



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PALAVRAS
DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY

VOLUME II



1985
BRASÍLIA

PALAVRAS
DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY

VOLUME II

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PALAVRAS
DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY

VOLUME II

— 02 de julho a 26 de setembro de 1985 —

Brasília

— 1985 —

354.810 35

S p Sarney, José, presidente do Brasil, 1930 -

Palavras do presidente José Sarney, 1º de julho a
30 de setembro de 1985. v.2. Brasília; Presidência da
República, Secretaria de Imprensa e Divulgação,
1985.

322 p.

1. Sarney, José, Presidente do Brasil, 1930 -

Discursos

I. Título

CDD 19. 354.810 35

02 DE JULHO
HOTEL GLÓRIA
RIO DE JANEIRO-RJ
PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA
ABERTURA DA COLETIVA À IMPREN-
SA ESTRANGEIRA

A política externa brasileira deve ser uma causa nacional, deve estar a serviço das necessidades brasileiras.

A volta do Brasil à plenitude democrática dará à diplomacia maior legitimidade, fará com que ela se torne de fato um consenso nacional.

Sem ilusões de grandeza ou de falsa potência, devemos partir de nossas realidades. Somos um País em desenvolvimento, com uma tradição de convivência pacífica, sem problemas com os vizinhos. Estamos voltados para a transformação positiva da ordem internacional no sentido de maior participação e justiça.

Com a vivência diária da democracia, aumentarão nossas condições de influir, pois diminuirá a distância entre o que pregamos nos foros internacionais e o que praticamos no âmbito interno.

Cada conquista social, cada passo para a melhor distribuição da renda, cada afirmação da dignidade e dos direitos humanos dos brasileiros, significará, no plano externo, o aumento da capacidade de influência da diplomacia brasileira.

Num mundo de crise, o Brasil, com confiança em seu destino, terá um papel expressivo a desempenhar. E eu espero fazer realidade esta missão. Temos condições de avançar além de uma postura meramente passiva e abstrata.

O Brasil tem direito a uma presença ativa no cenário internacional. Existem necessidades importantes da sociedade brasileira, inclusive no sentido da retomada de um desenvolvimento econômico constante e estável, que podem ser viabilizadas por um cenário internacional mais aberto.

Isto exige uma ação permanente e sistemática de busca de oportunidades de cooperação, em todos os níveis, sem discriminações, sem preconceitos ou exclusões.

O mundo exterior nos valoriza na medida em que somos parceiros dignos, com visão própria dos acontecimentos internacionais, com interesses nacionais legítimos e autênticos.

A recente história brasileira da construção democrática deixa-nos uma lição importante. Levamos a bom termo um processo de transformação, mesmo em condições adversas. Mobilizamos forças que pareciam sepultadas e vencidas. Aprendemos que, sem instituições fortes,

sem convivência democrática, sem a busca de soluções consensuais, não se pode construir um país melhor.

Temos a obrigação de transferir o que aprendemos para o plano internacional, para o próprio padrão de convivência diplomática brasileira.

Aceitação do diálogo, edificação do consenso, ética de cooperação e esforço comum são as melhores bases para a política externa de um Brasil plenamente democrático.

Um Brasil que será, cada vez mais, uma vocação de conciliação e equilíbrio a serviço da construção de uma ordem internacional melhor.

	1	2
1	1	2
2	2	3
3	3	4
4	4	5
5	5	6
6	6	7
7	7	8
8	8	9
9	9	10
10	10	11
11	11	12
12	12	13
13	13	14
14	14	15
15	15	16
16	16	17
17	17	18
18	18	19
19	19	20
20	20	21
21	21	22
22	22	23
23	23	24
24	24	25
25	25	26
26	26	27
27	27	28
28	28	29
29	29	30
30	30	31
31	31	32
32	32	33
33	33	34
34	34	35
35	35	36
36	36	37
37	37	38
38	38	39
39	39	40
40	40	41
41	41	42
42	42	43
43	43	44
44	44	45
45	45	46
46	46	47
47	47	48
48	48	49
49	49	50
50	50	51
51	51	52
52	52	53
53	53	54
54	54	55
55	55	56
56	56	57
57	57	58
58	58	59
59	59	60
60	60	61
61	61	62
62	62	63
63	63	64
64	64	65
65	65	66
66	66	67
67	67	68
68	68	69
69	69	70
70	70	71
71	71	72
72	72	73
73	73	74
74	74	75
75	75	76
76	76	77
77	77	78
78	78	79
79	79	80
80	80	81
81	81	82
82	82	83
83	83	84
84	84	85
85	85	86
86	86	87
87	87	88
88	88	89
89	89	90
90	90	91
91	91	92
92	92	93
93	93	94
94	94	95
95	95	96
96	96	97
97	97	98
98	98	99
99	99	100

02 DE JULHO
HOTEL GLÓRIA
RIO DE JANEIRO-RJ
ENTREVISTA COLETIVA DO PRESI-
DENTE JOSÉ SARNEY, AOS CORRES-
PONDENTES ESTRANGEIROS

France Press:

O Brasil vai reatar com Cuba? Quando? Também queria perguntar: o tema de Cuba constitui assunto de segurança nacional como já falou o Presidente Tancredo Neves?

Presidente José Sarney:

O normal em matéria de relações internacionais é a existência de relações diplomáticas. O anormal é não ter relações diplomáticas. Devemos reconhecer que, quando o Brasil rompeu relações com Cuba, o cenário da América Latina era outro. Hoje, quase todos os países da América Latina têm relações diplomáticas com Cuba.

Logo que assumi o Governo, determinei ao Ministério das Relações Exteriores que estudasse o reatamento

de relações diplomáticas com Cuba e esse estudo está sendo feito e acredito que em breve estará concluído.

Quando o Presidente Tancredo falou que o problema tinha conotações de segurança nacional ele queria se referir ao fato de que, na nossa legislação, segundo as praxes que o País sempre adotou, teremos que ouvir o Conselho de Segurança Nacional. Mas nós estamos tendo em relação a Cuba contatos bem constantes no terreno do intercâmbio cultural, no terreno da troca de informações nos diversos órgãos internacionais dos quais nós participamos e, também, interesse em relações comerciais.

O mercado cubano tem demonstrado bastante interesse na compra de equipamento para usinas e refinarias de açúcar e destilarias que se referem ao álcool e nós acreditamos que esses estudos serão concluídos em breve e que o Governo estará em condições de dar uma decisão.

Por outro lado, temos recebido algumas delegações cubanas. Agora mesmo recebemos delegações de parlamentares de Cuba e os contatos com o Brasil têm sido feitos sem nenhuma maneira de preconceito. E é com esse enfoque, como um País maduro dentro de seus interesses, que o assunto está sendo encaminhado.

Daily Telegraph (Londres):

Vossa Excelência tem declarado várias vezes que não ia tolerar o revanchismo. Será que para não provocar esse revanchismo, tantos crimes aconteceram aqui no Brasil, como assassinatos, como bombas, como torturas, como esquadrões da morte, o pior aspecto leva ao caso

de Baumgarten. Durante sete semanas não se chegou a nenhum resultado positivo. Parece que ninguém era capaz de descobrir o endereço de dois coronéis envolvidos no caso, apesar de que eles trabalham ou trabalharam nas Embaixadas de Buenos Aires e Genebra. O Delegado Vásquez não entregou a carta precatória ao General Medeiros porque, como ele disse, não tinha dinheiro para comprar passagem para Manaus. Quando já tinha o dinheiro e a passagem na mão, recebeu todo surpreso notícias que o General Medeiros não esperou pela carta precatória e fez o seu depoimento à polícia local. O General Cruz continua jurando por Deus que nunca ouviu falar de Baumgarten. E os únicos presos até agora são alguns assassinos do jornalista Mário Eugênio, talvez porque os envolvidos eram gente muito humilde, sargentos e cabos. Só agora se sabe que não havia gente humilde envolvida. Há também um tenente que é filho de um general e um coronel que era Secretário de Segurança do DF. Será que todas essas morosidades e confusões podem se explicar pelo medo da Nova República de ser acusada de suposto revanchismo?

Presidente José Sarney:

O Governo tem definido a sua posição muito clara a respeito do revanchismo. Aliás essa definição remonta à campanha da Aliança Democrática, quando o Presidente Tancredo teve oportunidade de dizer tantas vezes que a anistia votada beneficiava as duas partes.

Agora, o que acontecer depois da anistia da parte do Governo, temos absoluto interesse em que nenhum

crime seja de qualquer modo não esclarecido. E nesse sentido eu posso até dizer que, no que se refere a Brasília, ao fato citado pelo Senhor, também tivemos alguns meses em que todos pensávamos que não chegássemos a desvendar o assassinato do jornalista Mário Eugênio. E, entretanto, descobrimos os culpados, que estão à disposição da justiça para a devida punição.

A dificuldade, a morosidade na descoberta de crimes eu acho que não é um fenômeno só da polícia carioca e eu tenho crença e esperança que também em relação ao caso Baumgarten ele seja totalmente elucidado, porque nesse sentido tem interesse a Nação e o próprio Governo.

UPI (Estados Unidos):

Existem mais ou menos 11 bilhões de dólares de juros a serem pagos na dívida externa este ano. Lembrando a sua promessa de rejeitar compromissos que aumentem o desemprego e a miséria para o povo brasileiro, queria perguntar se o Brasil pode pagar esta quantia ou vai pedir aos bancos credores a capitalização de uma parte dos juros. E se o Senhor realmente pretende pagar todos os juros pedidos pelos bancos. Qual seria a diferença fundamental entre a política de dívida externa deste governo e a da administração anterior?

Presidente José Sarney:

A sua pergunta realmente envolve vários aspectos, mas no fundo ela se dirige a uma só direção, que é real-

mente o problema da dívida externa. Quando eu afirmei que não aceitaríamos nenhuma solução para o problema da dívida externa que importasse na colocação do País na recessão, eu o fiz no interesse absoluto do País. Uma vez que a recessão significa desemprego, e o desemprego representa fome, problemas sociais, nesse sentido qualquer negociação em relação à dívida terá que ter alguns parâmetros:

Primeiro, não podemos assumir compromissos que o País não possa cumprir e, nesse sentido, temos tido absoluto cuidado nas negociações com os organismos internacionais;

Segundo, não aceitaremos nenhuma cláusula que represente uma abdicação da soberania do Brasil ou uma limitação dessa soberania; e

Terceiro, nenhuma fórmula de negociação pode representar para o nosso País uma maneira de substituição de atos do Governo ou de decisões do nosso Governo.

É nesse sentido que nós temos colocado o problema da dívida externa. Fomos fundadores do Fundo Monetário Internacional. É uma organização destinada a resolver problemas cambiais transitórios e, como toda negociação é difícil, nós esperamos, porque herdamos essa negociação, concluí-la, mas dentro desse parâmetro que nós traçamos, que o Governo do Brasil traçou. O nosso objetivo é jamais colocar o País na recessão. Acreditamos que, na América Latina, sem crescimento econômico, as instituições vivem sob permanente ameaça. Essas são as linhas gerais que eu poderia adiantar sobre a negociação da dívida.

UPI (Estados Unidos):

Desculpe, mas eu queria repetir a última parte da pergunta. Qual a diferença fundamental entre a política de dívida externa deste Governo e a da administração anterior?

Presidente José Sarney:

A diferença fundamental é que a política em relação à dívida externa deste Governo é voltada a não aceitar nenhuma submissão a qualquer organismo internacional que represente uma interferência na política que o Governo deseja traçar no sentido da retomada do desenvolvimento econômico dentro do País.

Reuters (Alemanha):

Senhor Presidente, o pacote econômico que está saindo esta semana, incluindo cortes nos gastos públicos e alterando o imposto de renda, vai diminuir a diferença entre o Brasil e o FMI? E se não for suficiente, o Brasil vai tentar convencer os bancos comerciais que o reescalonamento da dívida não deve depender de um acordo com o FMI?

Presidente José Sarney:

Não há pacote econômico. O que há é uma necessidade que o País tem de uma reorganização das suas contas internas. Todo o País sabe que nós temos um déficit da ordem de 105 trilhões de cruzeiros. Se nós não tiver-

mos recursos para fazer face a esse déficit, teremos inexoravelmente que emitir moeda e isso significa jogar o País numa inflação incontrolável. Daí a necessidade de algumas providências de cortes orçamentários drásticos, de algumas providências de natureza fiscal, para que se possa diminuir o déficit, para que tenhamos controle sobre a inflação.

Temos como prioridade, em primeiro lugar, o objetivo de combater a inflação, manter a inflação em níveis toleráveis sem prejuízo do nosso crescimento econômico. Nenhuma corrida de preços ou de salários com inflação até hoje no mundo inteiro teve sucesso. Se quisermos sempre atualizar, nessa corrida, salários e preços com a inflação, evidentemente ela foge ao nosso controle e é uma determinação do Governo, qualquer que seja a medida que ele tenha que tomar, de não permitir que a inflação venha a fugir dos seus absolutos controles. Daí porque essas medidas foram equacionadas e tomadas dentro do interesse nosso de combater a inflação e ao mesmo tempo exercer esse controle sobre a economia.

No caso de algumas medidas, algumas que estão sendo bastante criticadas, elas não foram ainda nem tomadas. E eu acho que algumas das críticas estão sendo feitas com bastante antecipação, porque o que o Governo está tentando fazer é avaliar a consequência de cada uma delas de modo a não perder aquela linha fundamental que também se traçou, de que todo o enfoque, todo o esforço, deve ser dado ao lado social de modo a não prejudicar de nenhuma maneira qualquer faixa de assalariados.

NBC (Estados Unidos):

O Senhor Presidente está preparado para o emprego eventual da força para a plena incrementação da reforma agrária no País?

Presidente José Sarney:

Eu acho que, basicamente, a reforma agrária visa a evitar a violência e não a estimular a violência, parta do Governo ou de áreas interessadas. O fundamental, além da justiça que a reforma agrária trará para o campo é que ela, sem dúvida, também se destina a evitar a violência no campo. Nós sabemos que, ao longo dos anos, têm sido construídos conflitos agrários em muitas áreas do Brasil e esses conflitos têm sido degenerados em violência.

Ao contrário, nós esperamos que não tenhamos que usar da força para implantação da reforma agrária e que a própria dinâmica da reforma agrária extinga com a violência no campo. Tanto que o **slogan** fundamental que foi lançado por nós no Congresso dos Trabalhadores Agrícolas foi de que a reforma agrária significava «paz na terra». Paz, aí, no sentido de uma reforma agrária democrática e pacífica.

DPA (Alemanha):

Senhor Presidente, na semana passada o contrato nuclear entre Brasil e Alemanha completou 10 anos. O plano inicial previa a construção de 8 usinas nucleares

até 1990. Agora parece que nenhuma dessas usinas será completada até essa data. Eu gostaria de saber que prioridade o Senhor está atribuindo a esse contrato e, especificamente, se o seu governo vai prosseguir com a construção da segunda usina que faz parte do contrato com a Alemanha?

Presidente José Sarney:

O programa nuclear brasileiro e, dentro dele, a parte relativa ao contrato com a Alemanha, em face das dificuldades que o País tem atravessado, está sujeita a algumas retificações de natureza estratégica. Além do mais, não temos condições, neste instante, de implementá-lo, uma vez que ele está incluído entre aqueles setores nos quais nós temos que fazer cortes bastante razoáveis.

Televisão Francesa:

O governo francês convidou, na semana passada, o Brasil para participar do projeto EURECA. E o mesmo governo elogiou a nova política brasileira. A seu convite, o Presidente Mitterrand vai viajar para o Brasil. Como o Senhor desejaria que ocorresse esse encontro, principalmente do ponto-de-vista político e econômico?

Presidente José Sarney:

O convite para a cooperação no projeto EURECA ainda foi uma manifestação de intenção de alguns seto-

res do governo francês. Sabemos que o projeto EURECA é uma resposta à Guerra nas Estrelas, de uma maneira pacífica. Eu espero que a visita do Presidente Mitterrand ao Brasil sirva para uma aproximação cada vez maior dos nossos povos e, ao mesmo tempo, uma oportunidade de discutirmos alguns problemas que são do interesse comum da França e do Brasil, como o problema a que se refere à dívida externa, a sua peculiaridade em relação justamente aos credores europeus, ao Clube de Paris, e uma reflexão também sobre os problemas do mundo inteiro. Problemas da América Central, os problemas da paz mundial, do desarmamento, enfim, uma troca de opiniões entre dois países que maduramente desejam colocar a sua posição no cenário nacional.

NHK (Japão):

A minha pergunta será sobre a reforma agrária. A tensão na área rural fica cada vez maior, resultando muitas mortes. Até o Ministro Ribeiro recebeu ameaças. Nada dessas coisas muda a sua determinação de cumprir o plano prometido? E tem alguma medida mais concreta para conter mais a violência?

Presidente José Sarney:

A reforma agrária é irreversível. Ela não é somente uma decisão pessoal. Ela é um problema de consciência pessoal, uma vez que precisamos resgatar a grande dívida que temos em relação ao equilíbrio no setor fundiário do Brasil. E, como eu tive oportunidade de ressaltar,

acredito que a reforma agrária virá ajudar a solucionar esses conflitos, que são conflitos que existem em algumas áreas localizadas há muito tempo e que nós esperamos solucionar.

Evidentemente que ela será feita dentro da lei, do Estatuto da Terra, uma reforma agrária democrática, respeitando o direito individual, que é fundamental, que é o direito de propriedade, mas, ao mesmo tempo, fazendo com que a propriedade, na forma da Constituição brasileira, cumpra com a sua função social. O Japão é um grande exemplo do que a reforma agrária pôde fazer. Eu posso até fazer uma referência: da primeira vez o próprio Parlamento japonês recusou a proposta de reforma agrária. Isto provocou uma segunda proposta, uma segunda lei da reforma agrária. E, ao longo do tempo, ela foi capaz de transformar o Japão também numa potência agrícola.

NHK (Japão):

Senhor Presidente, qual a medida concreta para conter uma maior violência?

Presidente José Sarney:

Bom, eu acho que nesse momento os conflitos agrários que tivemos são conflitos que estão tendo uma longa duração e vêm sendo objeto de acompanhamento por parte do Governo. O próprio Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário está formando, neste momento, uma comissão que se destina justamente a solu-

cionar os conflitos que existem, através de negociação e de diálogo.

Business Week (Estados Unidos):

Senhor Presidente, o que pensa da recente proposta feita pelo Henry Kissinger de uma solução do tipo Plano Marshall para a crise da dívida na América Latina?

Presidente José Sarney:

Eu acho que é bastante significativo o fato de existirem algumas manifestações nos EUA no sentido de uma visão mais política e menos financeira do problema da dívida. Nesse sentido, essa declaração do Senhor Henry Kissinger, e também a do Vice-Diretor da Reserva Federal, Paul Martin, estimulam um debate sobre o problema da visão política da dívida externa.

Sabemos perfeitamente que a dívida externa tem dois patamares: um patamar que é financeiro, no que diz respeito à negociação com os nossos credores e, em grande parte, os nossos credores são bancos particulares. Mas isto não pode eximir cada um de nós de examinar o problema da dívida também sob o aspecto político. Teremos que verificar que o comércio internacional, com as barreiras protecionistas, ao mesmo tempo o comércio internacional fechando os mercados maiores de importação dos países em desenvolvimento, ele fecha qualquer condição de pagamento da dívida externa. Daí essa visão política. Eu acho que a dívida tem por outro lado os juros altos. As manifestações também pedem

que a dívida seja paga dentro das possibilidades de cada país. Nós vemos aí três decisões que são decisões de governo e não exclusivamente da área financeira. E decisões de governo importam em decisões políticas. E essas decisões políticas têm sua influência em relação à dívida externa.

Agência EFE (Espanha):

Senhor Presidente, a luta pela instalação e fortalecimento da democracia na América Latina abre a possibilidade de que se estruture uma frente democrática na região. Qual é a posição do Brasil e de seu governo em relação a essa frente, que já foi sugerida por alguns presidentes sul-americanos?

Presidente José Sarney:

Eu acho que a melhor contribuição que nós podemos dar a um continente latino-americano democrático é a contribuição do exemplo. Do exemplo que o Brasil vem dando e está dando nesse momento da sua plenitude democrática.

E eu desejo cada vez mais fortificar os laços de cooperação, de amizade com a América Latina e, nesse sentido mesmo, já se inclui a próxima viagem que farei ao Uruguai, no mês de agosto. Sempre nós todos da América Latina dissemos que éramos povos irmãos. Mas ficamos sempre juntos pelos ombros. Acho que chegou o momento de um amadurecimento de uma política externa dos nossos países em que devemos mais do que fi-

car juntos: devemos entrelaçar as nossas mãos para a solução dos nossos problemas.

Financia! Times (Londres):

Senhor Presidente, qual a atitude que tomará o seu governo em relação aos escândalos econômicos do passado caso seja provado o envolvimento de altos funcionários dos governos passados?

Presidente José Sarney:

Esse é um assunto da justiça brasileira, que, como o Senhor sabe, é um poder independente. Da parte do Governo ela terá sempre toda a cooperação para que possa identificar os responsáveis, como também punilos.

O primeiro ato que tomamos foi justamente criar uma comissão destinada ao estudo de toda a legislação que se refere a administradores financeiros. Verifico e todos nós verificamos que no Brasil é bastante falha. Queremos que ela se torne efetiva e que sejam punidos todos aqueles que tenham abusado da administração de entidades financeiras.

Diário Excelsior (México):

Senhor Presidente, qual é a sua opinião sobre a situação na América Central e a possibilidade de que o Brasil ingresse no grupo de Contadora?

Presidente José Sarney:

O problema da América Central é um caso que vem preocupando a todos os países da América. Nós compreendemos perfeitamente que as tensões que ali se verificam são antagonismos que vêm desde a posse da terra, à legitimidade das representações políticas e à dependência externa. O Brasil tem apoiado firmemente os esforços de Contadora no sentido de termos uma solução pacífica através da negociação para o que ocorre atualmente na Nicarágua. E nós achamos que o Governo brasileiro tem essa posição de que a ação do Grupo de Contadora tem se desenvolvido como pode, dentro das circunstâncias. E que não acrescentaria nada a nossa participação agora depois de esse Grupo funcionar há tanto tempo, que nós participássemos já depois de bastante desenvolvidas as providências de Contadora. Nós achamos que é muito mais importante o nosso apoio político a Contadora. Que examinemos firmemente alguns projetos concretos sobre as soluções do que realmente participarmos do Grupo de Contadora.

Essa tem sido a posição brasileira e neste momento mesmo o nosso Ministro das Relações Exteriores, em contatos com Ministros das Relações Exteriores da América Latina, tem reiterado essa posição do Brasil. Nós estamos até dispostos a examinar algumas providências mais concretas, mais objetivas para ajudar Contadora a cumprir com a sua missão.

New York Times:

Com todas as indicações de ruptura da Aliança Democrática, quem sabe até o seu calapso, Senhor Presi-

dente, o Senhor está preocupado com a perda de poder político ao seu governo e continua firme em sua intenção de ficar quatro anos no poder?

Presidente José Sarney:

A Aliança Democrática não tem qualquer sinal de ruptura. Eu acho que devemos consolidar a Aliança Democrática cada vez mais, e ela está num processo de consolidação. Nestes primeiros meses, dentro do Congresso Nacional, nós teremos naturalmente que enfrentar alguns ajustamentos das nossas forças. Mas, se fizermos um balanço, verificaremos que a Aliança Democrática termina este primeiro semestre de ação legislativa muito mais consolidada do que começou. E, segundo mensagem que mandei ao Congresso Nacional, as eleições diretas foram restauradas e o período do meu mandato será determinado pela Assembléia Nacional Constituinte, que será representativa do povo brasileiro para tomar essa decisão.

Agência Japonesa:

Eu gostaria de fazer uma pergunta sobre cooperação econômica, considerando os países desenvolvidos e também o Japão, principalmente com relação a grandes projetos, como Carajás e outros.

Presidente José Sarney:

Nossas relações com o Japão neste instante são as melhores possíveis e em matéria de cooperação economi-

ca os nossos projetos se desenvolvem em absoluta normalidade e o Japão está tendo uma colaboração em relação a Carajás, não somente no que se refere à construção como também às possibilidades de comercialização do minério ali produzido.

AP (Estados Unidos):

Presidente, qual é o papel dos militares no seu governo e por que eles ainda têm uma influência que pode ser considerada excessiva dentro de um governo civil democrático?

Presidente José Sarney:

A posição dos militares no meu governo é a posição que eles têm em face da Constituição. São forças destinadas a manter a ordem e as instituições. Eu acho que eles estão tendo a função constitucional, não tendo nenhuma influência nem maior nem menor do que aquela destinação histórica e constitucional que nós temos no País. Um país regulado por uma Lei Fundamental.

AP (Agência Angola Press):

Como o Senhor sabe seguramente, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou recentemente, no dia 21 de junho, a sua Resolução 566, na qual exorta os membros da ONU a exercerem sanções voluntárias contra a África do Sul. Sanções voluntárias essas que englobariam a revisão das ligações aéreas, a cessação de novos investimentos, a cessação das relações desportivas,

etc. Portanto qual é a disposição do Brasil, neste momento face a essa resolução recentemente aprovada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas? Está o Brasil na disposição de aplicar essa Resolução que pede sanções voluntárias de todas as nações contra a África do Sul?

Presidente José Sarney:

Eu acho que a nossa posição em relação ao **apartheid**, que é o caso fundamental da África do Sul, é bem clara. O Brasil acha que a política do **apartheid** é realmente uma política desumana e contra a própria Humanidade. Neste sentido o País tem sido de extrema coerência na manifestação da sua condenação à política do **apartheid**.

E ao mesmo tempo nós temos apoiado firmemente todos os países africanos no sentido da condenação África do Sul sobre essa posição no que se refere ao **apartheid**. Agora mesmo o Governo brasileiro teve oportunidade de manifestar a sua estranheza pelo visto que foi negado à visita pastoral que deveria fazer à África do Sul o Arcebispo de São Paulo, Dom Evaristo Arns. E por outro lado nós temos apoiado também firmemente a Namíbia, de maneira que, quanto à África do Sul, não há da parte do País qualquer vacilação no sentido da condenação da política racial sul-africana.

AP (*Latin America Daily Post*):

Na sua primeira entrevista coletiva, referindo-se à dívida externa o Senhor mencionou o risco político,

além do risco econômico. Qual o significado desse risco político no contexto internacional?

Presidente José Sarney:

Eu acho que esse é o ponto mais delicado da dívida externa. Em relação ao Brasil eu vou repetir: eu acho que a dívida externa não é um risco econômico. O País tem grandes potencialidades e o desejo de honrar sempre como um grande país os seus compromissos. Mas desde o momento em que a dívida externa seja um entrave ao desenvolvimento econômico, que ela seja uma causa de desemprego, que ela seja uma causa de manutenção de salários baixos para que o País possa ter competitividade internacional em economia voltada para a exportação, naturalmente que ela pode se transformar num grande risco social. Porque pode provocar convulsões sociais que são absolutamente incontroláveis e que fogem às nossas decisões e que fogem às nossas esperanças de um país que deseja ter instituições democráticas bastante consolidadas.

AP (Jornal de Zurique):

Senhor Presidente, no caso de o reordenamento econômico atual brasileiro não dar certo, o Governo considerará a possibilidade de uma solução à Argentina, quer dizer, tratamento de choque?

Presidente José Sarney:

Cada país tem a sua peculiaridade, a situação do Brasil, é a situação do Brasil. Nós estamos tendo saldos

comerciais, estamos com uma balança com o comércio exterior bastante dinâmica. Ao mesmo tempo nosso objetivo e os indicadores econômicos mostram que há uma retomada do desenvolvimento econômico. Nosso objetivo é crescer neste ano 5% (cinco por cento) e, possivelmente a partir do próximo ano, crescermos com taxas um pouco mais elevadas sem correr o risco de taxas que possam também jogar num processo maior inflacionário e eu não tenho nenhum pessimismo de que não dêem absolutamente certo as providências que estamos tomando e executando em matéria da política econômica do País. Assim, eu acho que não vamos ter oportunidade de ter tratamento de choque. Nós acreditamos que o tratamento gradual está tendo efeitos.

Quando assumimos o governo, sabemos todos que a perspectiva de inflação em relação ao Brasil era de 400% (quatrocentos por cento) ou 500% (quinhentos por cento), e nenhuma empresa multinacional não trabalhava em seus orçamentos se não com uma inflação brasileira da ordem de 500% (quinhentos por cento). Entretanto essa perspectiva inflacionária reverteu-se e nós vamos firmemente mantê-la, cada vez caindo mais. Não é o exemplo brasileiro, portanto nós não podemos comparar com o exemplo de outros países que tomaram medidas extremas com uma inflação da ordem de mais de 1000% (mil por cento).

AP (*London Daily Express*):

Senhor Presidente, nos últimos 25 anos foi descoberto que os criminosos nazistas viveram no Brasil. Es-

sas pessoas foram responsáveis pela morte de mais de 2 milhões de civis durante a guerra mundial, mas viveram aqui. O que o Governo pretende fazer contra essas forças antidemocráticas?

Presidente José Sarney:

Esse é um caso de polícia que naturalmente deve ser endereçado à área respectiva de São Paulo e é lamentável que tenhamos ainda hoje no Mundo manifestações dessa natureza. No caso do Brasil, eu, como Presidente do Brasil, lamento profundamente que tenhamos tido, em nosso País, sem que nenhum de nós soubéssemos, porque, se soubéssemos, aqui naturalmente não ficaria um homem que prestou tanto mal à Humanidade. E nós esperamos que já que tivemos o desconforto de tê-lo em vida, que não tenhamos os seus ossos.

AP (Jornal de Milão):

Senhor Presidente, o Brasil está a caminho da democracia, mas continua com uma legislação sindical inspirada na do facismo italiano. Esta situação vai mudar? E o Senhor é favorável a sindicatos livres ou ligados ao Estado?

Presidente José Sarney:

É um compromisso da Aliança Democrática, que consta no seu programa a autonomia sindical, a liberdade sindical. Uma das primeiras providências tomadas pelo Governo foi justamente suspender as limitações exis-

tentes da lei em relação a líderes sindicais que tivessem sido punidos. Assim eles foram anistiados. E nós estamos mandando justamente ao Congresso, no próximo semestre, uma reforma da lei de greve e também alguns projetos no que se refere à liberalização em relação ao problema sindical.

AP:

Os sindicatos continuarão ligados ao Ministério do Trabalho?

Presidente José Sarney:

Essa é uma decisão a ser tomada pela Assembléia Nacional Constituinte e também terá que ser discutida com os próprios trabalhadores. Na última vez em que estivemos juntos e discutindo com todos os presidentes das grandes confederações sindicais de trabalhadores do Brasil, nós reafirmamos o compromisso da liberdade e autonomia sindical e houve uma certa divergência quanto à manutenção ou não em relação aos fundos do imposto sindical a serem arrecadados e repassados pelo Estado. Mas eu acredito essa é uma decisão a ser tomada pelos trabalhadores se eles desejam qualquer vínculo ou nenhum vínculo com o Ministério do Trabalho. De nossa parte, o cumprimento do compromisso da Aliança Democrática é da liberdade e autonomia sindical.

AP (ANSA):

Através de um programa nuclear paralelo ou sigiloso, o Brasil estaria desenvolvendo tecnologia para fazer

bomba atômica. A Argentina também. Não seria o caso de sérias negociações de estadistas entre ambos países para abrir mão do aproveitamento não pacífico de energia nuclear, evitando enormes gastos improdutivos e impedindo a possibilidade de novas aventuras militares internas ou externas?

Presidente José Sarney:

Nós não acreditamos que a Argentina tenha o desejo de fabricação de bomba atômica. De nossa parte também nós não temos nenhum programa nesse sentido. O nosso interesse por dominar a tecnologia do átomo, se refere exclusivamente a sua utilização pacífica. Como todos nós sabemos, o Brasil é um país que não é rico de combustíveis fósseis. Nós temos necessidade de ter acesso à tecnologia do átomo, de modo que possamos ter no terreno da energia, sobretudo e fundamentalmente, neste, uma posição que possa colocar as nossas áreas mais industrializadas não dependentes a curto prazo em matéria de energia. Somos signatários do Tratado de TLATELOLCO no qual o Brasil se compromete à desnuclearização da América Latina. Nós não queremos de nenhuma maneira que a América Latina seja envolvida em qualquer tipo de armamento nuclear. É uma posição que temos decidida e que será mantida. A América Latina tem talvez esse privilégio, hoje, de ser a única parte do Mundo que ainda está preservada da existência de arsenais nucleares. E nós desejamos que ela seja permanentemente assim.

AP (Jornal de Israel):

A cooperação técnica entre Brasil e Israel iniciada há mais de 20 anos certamente beneficiou o Nordeste. Mas essa cooperação terminou em 1978. Não acha que seria oportuno renovar o acordo cooperação técnica com Israel?

Presidente José Sarney:

Nós estamos absolutamente abertos a examinar através do Ministério das Relações Exteriores qualquer proposta ou desejo de cooperação técnica em relação ao Nordeste e também em relação a qualquer outro setor do nosso País.

AP:

Qual é a política do PROÁLCOOL na Nova República? Se é cogitada a instalação de minidestilarias de álcool em forma de cooperativas? Como vai se acomodar essa implantação em regiões longínquas com a reforma agrária?

Presidente José Sarney:

Eu não vejo qualquer vinculação maior entre a reforma agrária e a implantação de refinarias que possam colidir no programa do PROÁLCOOL. O Plano Nacional de Reforma Agrária se destina justamente a atuar prioritariamente nas áreas de conflito, onde já existe

conflito agrário, que é aquele conflito que diz respeito à dúvida sobre a propriedade da terra, que não diz respeito à invasão uma vez que em face da nossa lei, para repetir, a invasão em face do Código Civil seria esbulho, em face do Código Penal seria crime, e por outro lado também a reforma agrária a ser implantada na área dos latifúndios improdutivos. E confesso que não vislumbro qualquer antagonismo entre a existência de refinarias e o programa da reforma agrária.

1
 2
 3
 4
 5
 6
 7
 8
 9
 10
 11
 12
 13
 14
 15
 16
 17
 18
 19
 20
 21
 22
 23
 24
 25
 26
 27
 28
 29
 30
 31
 32
 33
 34
 35
 36
 37
 38
 39
 40
 41
 42
 43
 44
 45
 46
 47
 48
 49
 50
 51
 52
 53
 54
 55
 56
 57
 58
 59
 60
 61
 62
 63
 64
 65
 66
 67
 68
 69
 70
 71
 72
 73
 74
 75
 76
 77
 78
 79
 80
 81
 82
 83
 84
 85
 86
 87
 88
 89
 90
 91
 92
 93
 94
 95
 96
 97
 98
 99
 100

02 DE JULHO
ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS
RIO DE JANEIRO-RJ
PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, NA RECEPÇÃO A MAR-
COS VINÍCIOS VILAÇA

Em nome da Academia, Senhor Marcos Vinícios Vilaça, dou-lhe as minhas saudações de chegada. Em nome da Casa, maior do que todos nós, e em nome de todos nós, passageiros da glória e do sonho de Machado de Assis.

O discurso de recepção deve ser generoso, ensinar nossa tradição, mas não tanto que não comporte algumas alfinetadas, coisa leve, feita para despertar sonolentos e chamar à colação o sentimento da humildade, nesta noite em que tudo são luzes e brilhos.

Tem sido assim, mas hoje não será. Começo por defender Marcos Vilaça ao afirmar que seu convite para recebê-lo data de alguns meses anteriores a 15 de março...

Não vem de artes de adivinho, mas dos largos rios da amizade. Do gosto comum pela política e pela litera-

tura, pelas minhas raízes pernambucanas de que tanto me orgulho, da gloriosa e forte mãe do semi-árido, terra entre a mata e o sertão, de Correntes, Bom Conselho, Cabrobó, que povoaram minha infância, na história da família pobre. Dali ela partiu no sofrimento dos retirantes em busca dos vales verdes do Maranhão.

E é como acadêmico que o venho saudar, no momento em que o Senhor recolhe a glória de seu amigo e conterrâneo Mauro Mota, para ser o continuador das glórias da cadeira, por onde também passaram Gilberto Amado, Ribeiro Couto, Constâncio Alves, Paulo Barreto e Guimarães Passos, todos eles sob o pálio dos laureis de Laurindo Rabelo.

Marcos Vinícios Vilaça é um político e um homem de letras. É seu o gosto da renovação, por inquietação criadora, e o gosto da tradição, pelo cuidado em estabelecer a ligação natural entre o passado e o futuro, de modo que não haja solução de continuidade na teoria de valores do patrimônio nacional.

O gosto da renovação o impele à política, como processo contínuo dos novos tempos a melhoria das condições sociais e individuais no mundo em transformação — enquanto o gosto da tradição o leva a buscar nas obras representativas de nossa cultura a própria essência da nacionalidade.

Todo homem, por força de sua condição social, é necessariamente um político, tanto por querer influir na comunidade a que pertence quanto por defender essa comunidade. Ninguém se dissocia desse modo de ser, tão

antigo quanto o próprio homem. É consubstancial à natureza humana.

A ordenação política é uma luta permanente entre duas tendências: a tendência que leva à ordem, pela disciplina autoritária e vigilante, e a disciplina que frequentemente se rompe, para que o processo social se revitalize, buscando formas de existência e afirmação. Uma, restringe a liberdade; a outra tende a ser caudal que abre a barragem e inunda o chão em seu redor.

A melhor solução é a conciliação da disciplina com a liberdade. Com a liberdade de romper a sociedade organizada, pela sincronia dos opostos, sem prejuízo da plenitude da liberdade — a liberdade de opinião, da renovação, da proposta, da experiência válida, em consonância com as aspirações nacionais.

Diz-me a experiência que ninguém deve aspirar ao pleno exercício da atividade política sem levar em conta estes dois elementos básicos: a palavra enunciada, para conduzir o processo social, e o silêncio acolhedor, para recolher a opinião e a advertência, que se incorporam aos instrumentos desse processo, como afluentes do grande rio.

Poucos escritores foram tão políticos quanto o primeiro Presidente desta nossa Casa. Realmente, toda a vida de Machado de Assis é uma fina urdidura política. Porque ao escritor não cabe apenas realizar uma obra — cumpre-lhe também realizar uma vida.

Certa vez, indeciso um colega sobre se deveria aceitar ou não um alto posto administrativo, nosso confrade Afonso Pena Júnior sussurrou-lhe ao ouvido:

— Aceite. Vai lhe dar trabalho. Mas melhora a biografia.

A Presidência da Academia não constituiu, na vida de Machado de Assis, uma homenagem ao romancista de Dom Casmurro ou ao poeta das crisálidas. Foi o reconhecimento de sua liderança. De uma liderança política, capaz de aglutinar companheiros, levando-os à mesma direção, que culminou com a criação desta Casa.

Outras tentativas tinham sido feitas, ao longo do tempo, com igual aspiração, mas nasceram com o chamado mal-de-sete-dias: despontaram, fizeram algum ruído, e desapareceram. Só esta vingou, venceu o tempo e nele se enraizou. E por que?

Porque encontrou o seu líder, na hora própria, que lhe deu normas, que lhe deu estatutos, que lhe deu espaço para reunir-se, que lhe insuflou a vida perdurável. A constituição da Academia é, assim, um ato político, realizado por um grande líder.

Não é por outra razão que os acadêmicos passam, levados pelo tempo, e o nosso grande e querido Austregésilo de Athayde permanece, na cadeira da presidência, com esses cabelos brancos, esse ar perenemente presidencial.

Se me perguntarem qual foi a alegria mais clara, o único momento da minha vida em que a vaidade me fez pecar, eu direi que foi o dia em que fui eleito para esta Casa.

Aqui é a glória que não passa.

Aqui não existe dívida externa e nem interna.

Mas, se a política e as letras aqui se irmanam, convém acentuar que a política só abre caminho a esta emi-nência se traz consigo a impregnação das letras. Pergun-temos a Joaquim Nabuco por que chegou até aqui. E a João Neves da Fontoura. E a José Américo de Almeida. E a José Carlos de Macedo Soares. Todos eles tiveram para com as letras a sensibilidade adequada.

As academias, lembrou Mauro Mota ao recebê-lo na Academia Pernambucana de Letras, não inventam, não fazem escritores menores ou maiores. Os escritores sim, é que inventaram.

E fechou: as academias nada têm a dar-lhes além do reconhecimento dos valores e dos poderes do con-vívio.

No seu caso, estou inclinado a crer que o Senhor foi trazido à Academia pelas duas vertentes, harmoniosa-mente conjugadas: a das letras e a da política.

A das letras, com os estudos que lhe deram preemi-nência em sua geração, no plano dos ensaios históricos e sociais; onde despontam *Coronel*, *Coronéis*, que Barbo-sa Lima Sobrinho diz ser um modelo de observação e realismo, e *Em Torno da Sociologia do Caminhão*, sau-dado por Adonias Filho pelo que representa de significa-tivo em inflexão literária e investigação científica.

A da política, com seu gosto de encontrar a concor-dância onde outros encontram as divergências. E ainda por esse modo arraigado de pensar brasileiroamente o Brasil, no discurso, na tese, no artigo de jornal, na vas-ta obra com que marcou sua presença, depois de Rodri-go Melo Franco de Andrade e de Aluísio Magalhães, no

zelo e na restauração de nosso patrimônio histórico e artístico.

Dir-se-ia que a inspiração de Rodrigo e a operosidade de Aluísio se fundiram na sua pessoa, e daí a obra que realizou.

Impressiona também a visão moderna que o Senhor soube dar a tudo em que tocou, como bem reconheceu Francisco de Assis Barbosa ao prefaciá-lo seu último livro: *Cultura e Estado*.

Pertencemos à mesma geração — aquela que, em plena adolescência, assim como ouviu os clarins da vitória, ao fim da Segunda Guerra Mundial, também ouviu, apreensiva, a explosão da primeira bomba atômica, abrindo um novo ciclo na História da Humanidade.

Cumpra-nos redobrar de esforços para prosseguir no sentido da paz definitiva, que permitirá ao Homem concentrar a sua inteligência nos valores eternos — os valores que refazem a cada momento o nosso itinerário até Deus.

Andei a ler o *Memória*, livro com o qual seu pai, Antônio Vilaça, recompôs a sua experiência existencial, para ao fim dizer, tomado de compreensivo orgulho, que, como filho, o Senhor é a sua realização mais destacada.

Permitam-me recordar aqui um pequeno episódio risonho da vida de Alexandre Dumas, ocorrido na noite de estréia de uma das peças de Alexandre Dumas Filho.

O velho romancista, gordo, efusivo, instalara-se perto do palco. Dali, num dos intervalos da representação, pôs-se a aplaudir com entusiasmo, levantando-se.

Um de seus confrades, ao vê-lo tão expansivo, perguntou-lhe:

— É o Senhor o autor da peça?

E o grande Alexandre:

— Mais do que isso, amigo. Sou o autor do autor.

Como autor do autor, o nosso bom amigo Antônio Vilaça tem razões redobradas para o aplaudir, Marcos Vinícios, ao longo da vida, sobretudo nas glórias e luzes desta noite.

Aqui alcança o Senhor a culminação de sua vida, no plano da merecida apoteose. Não se diga que tenha conquistado esta culminância por um favor da fortuna. Não. O Senhor soube vencer etapas sucessivas, notadamente a que o levou à presidência da Academia Pernambucana de Letras. Foi lá o companheiro e o realizador.

Quando o Senhor chegou, a Academia era uma; quando lhe deixou a presidência, era outra a gloriosa Casa de Joaquim Maria Carneiro Vilela.

Mais rica. Mais acolhedora. Instalada no seu Palácio. E a tudo soube dar o toque de seu bom-gosto pessoal. Gilberto Freyre, que tanto o admira, cunhou uma frase que define bem esse raro talento de administrador: Tão jovem e tão presidente.

No prefácio a um de seus livros, *O Tempo e o Sonho*, eu tive oportunidade de escrever estas palavras: «Marcos Vilaça tem pago a sua província natal um comovente tributo. Grande escritor, de nível nacional, sua dedicação a Pernambuco não teria dado tempo de ocupar o lugar que lhe pertence no País. Sua terra é para

ele mais do que tudo. Porque tem sido fonte permanente de inspiração e devoção.»

Bem sei o que significa esse apego à terra — berço. Dela jamais nos desprendemos. Quando o deixamos, ela nos acompanha — está a nossa volta, a seguir nossos passos. É o prato eletivo de nossa mesa, é o livro preferido de nossa estante, é a cantiga que cantamos, é a saudade que floresce dentro de nós.

Certamente, o Senhor sente aqui a presença dos rios que lhe acompanham a vida: o Tracunhaém e o Capibaribe; das luzes do sol do agreste pernambucano, onde o menino em homem se transformou; dos sons de viola dos tocadores da feira de Limoeiro; do cheiro do sapoti e da manga itamaracá, fruteiras do quintal da casa no bairro do Encanta-Moça.

Nosso confrade Ataulfo de Paiva costumava dizer que entrara para a Academia por unanimidade de votos e mais um. Esse *um* correspondia ao voto de Rui Barbosa, que pouco antes se havia agastado com a Academia, esquivando-se de participar de nossos pleitos. Mestre Ataulfo, hábil, jeitoso, trouxe para a sua eleição o voto esquivo, depois de amaciar Rui Barbosa.

No seu caso, Senhor Marcos Vinícios Vilaça, ocorreu também uma particularidade, que igualmente singulariza a sua escolha. O Senhor foi eleito também por seu antecessor.

Nosso saudoso Mauro Mota, ao sentir que se ia aproximando a *indesejada das gentes* do poema de Manuel Bandeira, não se limitou a pôr em ordem a sua vi-

da e os seus próprios papéis literários. Fez sentir que gostaria de tê-lo como seu sucessor nesta Casa.

No passado de nossa instituição, como sabe o Senhor desejos análogos já haviam ocorrido. Mas sempre terminaram malogrados: o candidato, além de ter perdido o voto e o amigo, perdia também a eleição, visto que, nesta Casa de imortais, ao contrário do que outra acontecia em nossos pleitos políticos, os mortos não votam.

Mauro Mota, nosso grande amigo, não se limitou a lhe falar sobre seu desejo: transmitiu-o a outros confrades. Estes, que já iam sufragar o seu nome, acresceram à justiça do voto a consideração e o carinho pelo saudoso companheiro.

Seu competidor, uma das mais altas figuras da inteligência brasileira, o quase meu conterrâneo, pelas raízes maranhenses: o professor Cândido Antônio Mendes de Almeida. Sua vitória foi fácil.

O primeiro foi o Senhor que chegou. Mas ficou na Academia, conforme nos aconselhou Machado de Assis, por intermédio de uma carta a Joaquim Nabuco, o compromisso de ir buscar lá fora, no momento próprio, a outra alta figura de escritor e homem de ação e pensamento, à altura desta instituição.

Esta noite é sua, Senhor Marcos Vinícios Vilaça. Estas luzes se tornaram mais profusas em sua homenagem. Há aqui gente de todas as partes, mas é saudável o acento pernambucano desta noite, em que ao seu lado participa de tudo Maria do Carmo, a «Baronesa de Li-

moeiro» do poema de Odylo Costa, filho. Maria do Carmo e os filhos.

Creio que se passou com Laurindo Rabelo, patrono de sua cadeira, o pequeno episódio que vou relatar. O poeta, pouco depois de estrear um traje elegante, viu-se convidado a comparecer a uma festa. Imaginando que o convite era dirigido não ao poeta mas ao dândi, ao elegante, Laurindo ficou em casa e mandou, em seu lugar, numa bandeja, a roupa nova.

Ninguém aqui se lembraria de repetir o gesto boêmio do poeta cuja glória o abriga na Academia. O fardão, que tanto estimula o talento dos chargistas, associa-se para sempre a nossa tradição de acadêmico. Quer faça frio, quer faça calor, é ele que nos encaderna, dando o ar vistoso e dourado com que neste momento o admiramos.

Por ocasião de um incêndio na embaixada francesa, em Tóquio, ao tempo em que era ali embaixador o grande Paul Claudel, acadêmico e poeta, o criado japonês correu ao seu encontro, radiante, em meio à confusão do fogo dominado, para lhe dizer:

— Salvei o que Vossa Excelência tem de mais precioso — o seu fardão.

E exhibia-lhe o fardão acadêmico, saltitando, rindo.

Esse fardão, Senhor Marcos Vinícios Vilaça, é o lado decorativo da condição acadêmica. Está na tradição da Casa. Vem dos velhos tempos de Paulo Barreto e Medeiros e Albuquerque como a indumentária própria de nossa condição.

Mas é um adorno externo, que não influi nas nossas idéias. A Academia Brasileira de Letras é uma instituição aberta a todas as correntes de arte e pensamento.

Que outros companheiros façam da criação pura o seu teatro, o seu conto, o seu romance, a sua novela. O Senhor optou pelos estudos sociais e políticos, e deles nos deu os mais altos testemunhos de aplicação e competência. Sua obra não lhe basta. O Senhor colocou sua vida pública a serviço da cultura brasileira. Foi assim que o julgou Eduardo Portella: «Marcos Vinícios Vilaça sabe combinar harmoniosamente espírito público e impulso intelectual, que nele se desdobram ao longo de pelos menos duas virtualidades dignas de serem grifadas — competência e serventia societária».

Rejubilo-me de saudá-lo em nome desta Academia. Já éramos bons amigos, antes de sua chegada. Agora, seremos companheiros pelo resto da vida, lado a lado, fraternalmente, como convém a uma casa de confrades.

Eça de Queirós, na página famosa sobre Antero de Quental, nas *Notas Contemporâneas*, diz-nos que o poeta, no simples ato de rasgar papel para atirá-lo ao cesto, obedecia a uma disciplina e a uma ordem: dobrava a folha em duas, depois em quatro, depois em oito, e por fim, com uma faca afiada, dava dois golpes, convertendo a folha em retângulos, que ia amontoando a um canto da mesa, antes de atirá-los ao lixo.

Tudo quanto o Senhor realizou, Senhor Marcos Vinícios Vilaça, obedeceu a uma ordem. O Senhor é homem do método. Da hierarquia de valores. Ninguém compôs com tanto acerto a sua eleição para a Academia

quanto o Senhor mesmo. Tudo a seu tempo. Tudo na sua seqüência natural. Por fim, esta noite enfeitada de amigos.

Estou a me lembrar de um poema de nosso Mauro Mota, Domingo na Praça, e em que nos diz: «Na praça, este domingo não é de hoje: é antigo».

Estive inclinado a reconhecer que também esta noite não é de hoje: é antiga, mas logo concluí que não. Tudo aqui, embora preparado, tem o toque do imprevisto afetuoso, que só as amizades sabem urdir, para tudo dar certo.

Um dos seus biógrafos (porque também de sua vida já há biógrafos), o cordelista José Costa Leite, depois de celebrar em versos populares a sua vida e os seus feitos, deu ao cordel este remate de seresteiro inspirado: «Leitores, peço desculpas se eu não souber escrever do jeito que merecia».

Não posso terminar sem duas invocações: de Gilberto Amado, a quem devotei grande estima, e Mauro Mota, meu amigo, fraterno, inesquecível companheiro, ambos ocupantes da cadeira que hoje pertence a Marcos Vilaça.

Com Gilberto Amado trabalhei nas Nações Unidas em 1961. Foram quatro meses de um convívio diário, rico de longas conversas. De uma não esquecerei. Foi um domingo, em Nova Iorque. Domingo vazio, das grandes metrópoles. Nas ruas um silêncio cortante, espaçado, frio. A solidão toma conta das pessoas, num desespero sem tréguas.

Estávamos havia longas horas no bar do Blackstone Hotel, onde Gilberto falara de sua vida. De Pinheiro Machado, da gratidão que lhe devotava, pelo apoio recebido quando esteve preso. Do Rio do seu tempo. De sua obra. Reminiscências. Amarguras. Aquela força da Natureza, agressiva, fluente, cáustico, sem falar de sua proverbial e bendita vaidade, que ele administrava com grande charme.

De súbito, ficou tomado por uma crise de possessão, e desabafou:

— A juventude do Brasil não conhece Gilberto Amado. Isso é uma injustiça. Ninguém mais lê Gilberto Amado.

Repliquei, delicadamente, que não era assim. Todos conheciam Gilberto Amado. O problema da leitura entre os jovens tinha outros aspectos.

A Marly, que estava presente, ele foi direto:

— Você já leu Gilberto Amado?

— Não, Embaixador, confesso que não li.

Pensei, conhecendo o seu temperamento, que íamos romper uma amizade de muitos anos. Gilberto era agressivo, imprevisível. Disse com meus botões: «Será que vamos ter uma cena de pugilato, num domingo, num bar, logo com nosso deus Gilberto?».

Ele parou. Ficou calado e depois replicou.

— Pois Marly, quero muito bem a você. Você tem que ler Gilberto Amado. E vai ler.

Subiu ao seu apartamento e voltou com dois volumes de suas memórias: *Minha Infância em Recife e Presença na Política*.

— Amanhã vou lhe telefonar para saber em que página você está.

E assim fez, com grande assiduidade.

Depois, aliviados do incidente, ouvi de Gilberto um hino ao Brasil, e foi surpresa para mim ouvir, repetido, aqui nesta Casa, no seu discurso de posse, o que ele mesmo me dissera naquela tarde: «A palavra Brasil ressoará, ressoará na sua voz pelo infinito. ... um Brasil de problemas resolvidos, economia organizada, riqueza bem distribuída, saúde, ordem interna assegurada e aceita na satisfação popular, justiça social efetiva, pobres tornando-se ricos, ricos contribuindo para a prosperidade geral, tudo certo, tudo equilibrado, tudo num grande ritmo, dentro da grande luz... . Imagens e visões que povoaram a nossa vida».

Foi assim que ele terminou o seu discurso de posse.

De Mauro Mota guardo a afeição de irmão mais novo. Cheguei a Recife em 1947. Ia participar do salão de poesia do Recife. Levava uma carta de Bandeira Tribuzi, apresentando-me a Mauro Mota, que dirigia o suplemento literário do Diário de Pernambuco, onde passei a colaborar. Desde então ficamos amigos, amigos de toda a vida. De carta e conversa.

Inteligência extraordinária, personalidade incomparável, poeta dos maiores na língua portuguesa. O soneto prospera em épocas de renascença, dizem alguns críticos ingleses.

No futuro o progresso não será medido por índices econômicos, mas pelo soneto. Assim não serão Keynes ou Stuart Mill, mas Petrarca, Camões, Baudelaire, Bilac... .

A ser assim, a época vitoriana de Pernambuco será de Mauro Mota.

As elegias são eternas. Daqui a mil anos, sempre haverá alguém que repetirá, na tristeza da morte, mãos cruzadas da esposa «As mãos, beije-as nas alvas conchas e nos dedos finos. Mãos, pássaros voando nos violinos».

Senhor Marcos Villaça. Esta é sua grande noite. Há no salão evocações de Olinda, flores do Encanta-Moça, o deus Gilberto Freyre, areias de Boa Viagem e o altar da Igreja de São Pedro.

E como sons de eternidade os versos de Manuel Bandeira, orquestrados numa banda de pífaros, de Nazaré da Mata, de farda nova e alegrias nos olhos: «Com dez anos vim para o Rio. Conheci a vida em suas verdades essenciais. Estava maduro para o sofrimento. E para a poesia».

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

03 DE JULHO
INSTITUTO DOS ADVOGADOS DO
BRASIL
RIO DE JANEIRO-RJ
PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, AO RECEBER HOME-
NAGEM NO INSTITUTO DOS ADVOGA-
DOS DO BRASIL

Recebo, com emoção, a homenagem que me presta o Instituto dos Advogados do Brasil, casa que tem sido, através de nossa História, um santuário do Direito e das grandes causas. Se ela pretende reconhecer a estrita obediência do Presidente da República à lei, não me constranjo em aceitá-la, sobretudo porque estimula a vigilância, para perseverar a ordem jurídica. O Chefe-de-Estado deve renunciar a qualquer outro mando que não seja o da lei, ainda que o cidadão e o político possam opor reservas aos estatutos constitucionais vigentes.

Incluo-me entre os que aspiram por nova Carta Política, e, no cumprimento do compromisso da Aliança Democrática, tomei a iniciativa de enviar ao Congresso Nacional, proposta de emenda convocando para 31-1-87 a Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana.

Sem embargo, as nações não podem viver no vazio jurídico e, enquanto outro diploma não substituir a

atual Constituição, dela serei servo. A seus dispositivos devo subordinar minha consciência política e as decisões de governo.

O Estado é uma construção, como tantas outras criações humanas, frágil em si mesmo; sua força e seu vigor procedem do respeito geral à convenção da lei. Para que os Estados durem e cumpram a sua finalidade essencial — que é a de manter a sociedade nacional coesa, fomentar sua prosperidade, impor a justiça social e tornar-se invulnerável às agressões externas, abertas ou veladas; militares ou econômicas — é indispensável que os seus administradores devam aos textos legais acatamento sagrado.

A única alternativa ao cumprimento da lei pelos governantes é a ditadura, que invariavelmente conduz as nações à abulia ou às insurreições.

As leis, no entanto, envelhecem. Elas nascem e crescem nas circunstâncias que se acumulam no tempo. Quando essas circunstâncias dão lugar a outras, é preciso reordenar o Estado. Códigos, como as Ordenações Filipinas, serviram bem em seu tempo, e hoje só nos servem como curiosidade histórica.

Estamos, nestes dias, rediscutindo o papel do Estado e do cidadão, na comunidade política. É de natural inteligência que a segurança dos cidadãos frente ao poder do Estado faz a segurança deste contra seus inimigos. Não há paradoxo: os Estados realmente fortes são aqueles que concedem o máximo de liberdade à cidadã-

nia e, em troca, recebem da cidadania a adesão indispensável aos projetos nacionais que executam.

Continuando no mesmo raciocínio, a subversão mais grave é a que se instala no centro do poder. Ao desrespeitar a lei, os altos funcionários do Estado autorizam a anarquia, estimulam os deslizes e corrompem as sociedades. Quando isso ocorre, as Nações, debilitadas, tornam-se presa fácil dos que as queiram conquistar, pelas armas ou pelo suborno.

Só o Estado de Direito, portanto, pode manter de pé, e invioláveis, as sociedades nacionais.

Senhoras e Senhores,

Os advogados, ocupem a mesa da magistratura, ou intervenham nos tribunais demandando justiça, são os principais guardiães do Direito. Os tempos autoritários lhes são, assim, tempos difíceis. Sem o respeito à lei não pode haver respeito aos que trabalham para aplicá-la. Em todas as épocas e em todas as civilizações, sempre que houve despotismo, houve advogados que contra ele se ergueram e que pagaram com a liberdade ou com a vida seu sagrado atrevimento em favor dos oprimidos.

A História Política do Brasil não pode ser escrita sem a presença dos advogados. É de seu meio que procede a maior parte dos homens públicos, e são eles os que fizeram e fazem a vanguarda dos reformadores. Dos primeiros movimentos nativistas à articulação da Independência, nas insurreições liberais que se encerraram na Revolução Praieira de 1848, na Abolição e na República, vamos encontrar ousados tribunos do Direito. E da sua presença nos fatos contemporâneos não preciso

citar-lhe os méritos. Todos nós sabemos o que foi a persistente luta dos advogados brasileiros em favor dos direitos humanos e da redemocratização do País.

Dizia-lhes, um pouco antes, que as instituições se amarram às circunstâncias. As razões de nosso tempo reclamam a modernização do Estado, e exigem uma participação cada vez maior dos cidadãos na vida política do País. Da mesma maneira, reclamam uma ampliação, cada vez mais livre, da força da Justiça. Creio que a excelência da Justiça não está apenas na sabedoria dos códigos que a orientam, mas na magnitude de sua função social.

Todos nós sabemos, e sabem melhor os advogados militantes, que a Justiça, em nosso País, não obstante a consciência democrática de seus quadros, nem sempre assiste, no devido tempo, os mais carentes. A dilação dos prazos, o amparo dos recursos e embargos sempre favorecem as partes que suportam delongas. Nos tempos novos que virão, e nos quais devemos estar presentes, é inelutável a democratização da Justiça. Um Estado de Direito — retornemos à idéia — deve ser um Estado de Direito para todos.

Meus Amigos,

O Brasil procura realizar a transição entre o período excepcional que lhe tocou viver nos últimos lustros e a plenitude democrática. Já demos o passo fundamental de mútua tolerância entre adversários ideológicos e políticos, enquanto não se estabelece o grande regulamento de convivência nacional, que será a Nova Constituição.

Sendo hora de grande esperança, esta é também uma hora de perigo. Temos que manter a unidade conquistada nas ruas e nas conversações políticas. Devemos abdicar de posições de seita e dogma, e encontrar, no centro político, a força para seguir adiante.

Na convicção de que não há outro caminho senão o da negociação que conserve a paz, tenho ouvido todos os setores da vida nacional, e buscado o aviso da experiência de homens eminentes, sem preocupar-me com suas idéias ou seus compromissos partidários. Estou empenhado em realizar as mudanças «reais, corajosas, irreversíveis» de que falava, em nome da Aliança Democrática, o Presidente Tancredo Neves.

Nenhum lugar e nenhum momento são mais propícios a esta exortação aos advogados brasileiros, de cujos quadros não desertei: aqui, nesta Casa, enriquecida de tradições e de luzes do saber jurídico, onde recebo esta homenagem, que me comove e orgulha, é que venho me inspirar para a prática dos atos que o meu cargo me impõe, no exercício do Governo, com aquele sentimento de quem pratica a arte do Direito, que é a arte da convivência, da justiça e do bem-comum. Nenhum homem de Estado pode desprezar a lição dos juristas, que nos abre o caminho da paz e do futuro do País.

É com este sentimento que recebo a distinção que ora me outorga este Instituto, e com ele espero cumprir estes dias de coragem e de esperança, com que tecemos o presente e abrimos a estrada do amanhã.

16 DE JULHO
PALÁCIO DO PLANALTO
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DO LAN-
ÇAMENTO DO PROGRAMA DE SUPLE-
MENTAÇÃO ALIMENTAR

Estamos aqui para lançar o Programa de Suplementação Alimentar, a cargo de dois importantes organismos do Ministério da Agricultura e do Ministério da Saúde: O INAN e a COBAL.

Trata-se de um programa de horizonte definido, com metas específicas a serem alcançadas até dezembro deste ano, com aplicação de 1 trilhão e 552 bilhões de cruzeiros originários do FINSOCIAL.

No mais curto espaço de tempo todos os municípios brasileiros — mais de 4 mil — serão atendidos, objetivando uma significativa melhoria dos índices de saúde de nossa população. Não há democracia em país algum onde exista o fantasma da fome e da subnutrição. A fome sempre foi e será má conselheira. Um país que se queira democrático há de esforçar-se para dar a sua população bom padrão alimentar, a fim de que os in-

divíduos possam exercer com dignidade a luta pelos seus direitos e deveres para com a cidadania.

E por isso o combate à pobreza e à subnutrição demanda por parte do Governo um esforço mais intenso e contínuo.

Ao se propor a atingir mais de 10 milhões de gestantes, nutrizes e crianças de até 3 anos, o Programa de Suplementação Alimentar concretiza um anseio mais que generoso: O de atender aquilo que para mim é a base e o investimento mais rentável em termos de desenvolvimento social: A criança em seus primeiros anos de vida.

Resultado das experiências obtidas com o Programa de Nutrição e Saúde, do Ministério da Saúde, tem por objetivo distribuir gratuitamente, através dos postos de saúde dos governos estaduais, a cesta de alimentos com cinco produtos básicos: feijão, arroz, leite, açúcar e farinha — gêneros perfeitamente incorporados aos hábitos alimentares da população. É o maior Programa de Suplementação Alimentar já proposto para o País. Como prioridade, a área de expansão do programa terá início no Nordeste, onde se congregam os maiores bolsões de miséria do País, até então desatendidos por planos de suplementação alimentar.

A cesta será entregue às mulheres grávidas, àquelas que alimentam os seus filhos recém-nascidos e às crianças ainda na fase crucial de sua formação física e mental.

Com início marcado para agosto, o programa começará por atender aos Estados da Bahia, Paraíba, Maranhão e Pernambuco, constituindo um programa extre-

mamente simples, pois o Governo não tem tempo a perder em demoradas maturações, em especulações complexas, quando todos sabem o clamor da subnutrição. Conjuntamente com outras medidas na área de atendimento à infância, o plano contribuirá para que o Governo alcance a meta de grande redução da mortalidade infantil nos próximos 4 anos.

Efetuar-se-á uma verdadeira operação de resgate do nosso maior investimento. O Brasil do futuro começa na criança.

Considero este ato peça importante na visão social do Governo, pois atenderá a quem mais necessita — mãe e filho — durante uma das quadras mais importantes da vida: Os três primeiros anos do ser humano, quando se consolida a saúde e quando a criança é mais vulnerável aos efeitos devastadores da insuficiência alimentar.

Sabemos que na subnutrição gera-se uma raça marcada por seqüelas irreversíveis na capacidade intelectual das pessoas.

No caso do Nordeste a situação é mais grave: Imensa é a evasão escolar, imensa a repetência no primeiro ciclo e, na adolescência, metade dos alistados são recusados pelo serviço militar devido a deficiências graves causadas pela subnutrição na infância. É o futuro do País que está comprometido.

Lembro também outro alcance social deste programa: Ao mesmo tempo as compras de alimentos, preferencialmente descentralizadas, estão norteadas pelo objetivo de estimular as economias das regiões, o que redun-

da em conseqüente contribuição para aumentar os níveis de emprego, renda e, é certo, saúde, nestas áreas.

À COBAL e ao INAN faço os melhores votos para que levem a bom termo essa missão, que sem dúvida atenderá a contento milhões de brasileiros carentes.

17 DE JULHO
PALÁCIO DA ALVORADA
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DE REU-
NIÃO COM OS GOVERNADORES

Reúnem-se, neste encontro, as velhas razões de nossa história política. Fomos e somos um povo que reclama a liberdade como o mais alto valor da vida, e vê no federalismo a instituição de governo capaz de garantir a prática cotidiana da democracia.

A recuperação da República, tal como sonharam os civis e militares que a fizeram há quase cem anos, dependerá do renascimento da Federação.

Restabelecer a Federação é um dos compromissos que assumimos, em agosto do ano passado, ao constituirmos a Aliança Democrática, e nossa união política só foi possível graças ao apoio decidido dos governadores aqui presentes. De certa forma, podemos dizer que a Federação começou a reabilitar-se no encontro de Foz do Iguaçu, em outubro de 1983, e esse movimento se tornou irreversível na vitória de 15 de janeiro deste ano.

O sentimento federativo esteve no cerne de todas as grandes iniciativas políticas nacionais. Desde a Revolução Pernambucana de 1817 até a Revolução Praieira de 1848, todas as insurreições nacionais se fizeram na reivindicação de autonomia regional.

Não foram apenas as armas que alçaram os estandartes da Federação: o Parlamento contou com vigorosos defensores dos direitos provinciais durante os dois reinados. Da Regência tivemos um documento avançado para o tempo, o Ato Adicional de agosto de 1834, que criou as Assembléias nas Províncias e, depois da maioria, destacaram-se os estudos de Tavares Bastos, os mais importantes de seu tempo, sobre as razões econômicas e políticas que reclamavam a descentralização do poder.

A Federação rejeita e impede os governos autoritários. A autonomia dos Estados não pode conviver com o arbítrio, o que faz reunir, no mesmo destino, a Federação e a democracia.

Reafirmo, diante de Vossas Excelências, meu solene compromisso com a Federação. Sei, pela própria experiência, o que é governar um Estado sob o regime da discriminação tributária e concentração do poder político. Haveremos de estabelecer, na próxima Constituição, o regime federativo que atenderá ao máximo as reivindicações de autonomia dos Estados brasileiros.

Enquanto isso, mesmo no quadro atual de nossas instituições, tudo farei para governar com os Conselhos de Vossas Excelências. Quero exercer a Presidência com a solidariedade e a participação política dos Estados.

Senhores Governadores,

Todos os atos de governo, como sabem, só se completam no consentimento da cidadania. Nas condições peculiares de nosso momento político, temos que encontrar novos instrumentos para assegurar esse consentimento, tendo em vista as medidas inadiáveis de ajuste econômico e social que devemos tomar. Não podemos esperar pela nova Carta Institucional, mas tampouco deveremos agir fora do quadro das instituições existentes. É preciso, portanto, negociar com as forças representativas da sociedade um programa de emergência que responda às dificuldades mais graves da hora. Sem essa adesão decidida dos políticos, dos empresários e dos trabalhadores, estaremos diante do imprevisível.

Quando, ao lado do nosso líder Tancredo Neves, fomos para a disputa no Colégio Eleitoral, sabíamos que era absolutamente necessário um pacto político e social durante a transição institucional. Passada a emoção e as dificuldades iniciais de formação do Governo, é hora de consubstanciar esses convênios, enquanto se processa a discussão em torno dos temas constitucionais.

Para isto conto com a ajuda de Vossas Excelências. Com a liderança que exercem sobre o povo brasileiro, podem obter a participação de todos neste compromisso com a paz e com o futuro. Não é difícil renunciar à intransigência, quando se trata da sobrevivência dos nossos grandes valores, que são a liberdade, a justiça e o amor à Pátria.

21 DE JULHO
BASÍLICA NOSSA SENHORA
APARECIDA
APARECIDA DO NORTE-SP
PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DO
DÉCIMO-PRIMEIRO CONGRESSO EU-
CARÍSTICO

Não vou fazer um discurso. Venho apenas dizer que, como Presidente da República, junto-me a todos do povo, como um peregrino que vem louvar à Virgem da Aparecida no momento em que aqui se realiza esta festa extraordinária de fé que é o Décimo-Primeiro Congresso Eucarístico.

Muitos Presidentes aqui passaram, as suas preces são guardadas pelo silêncio da Eternidade e só Deus sabe quais foram. Mas nenhum veio de tão longe, da região mais pobre e sofrida do País quanto eu. Eu acredito que o Deus da minha fé, pela mão do destino não me trouxe de tão longe se não me ajudasse, e não vier me ajudar a cumprir com as graves responsabilidades do meu cargo; porque no Brasil de hoje nunca tantas esperanças foram tomadas, foram juntadas, a tantas dificuldades. Porque sei que Ele vai me ajudar é que eu tenho

certeza que o Governo vai dar certo. Sei que não tenho poder nenhum, porque o poder que eu tenho é o poder do povo e este poder do povo foi fixado por Cristo quando certa vez falou que o poder temporal ele só existia porque era dado pelo Pai.

Procuro recordar-me de uma Carta de São Paulo, que, se não me equivoco, foi feita aos Efésios, em que Tiago tinha visto a Deus e que ele também tinha visto, mas que ele era o menor de todos, que nem podia ser quase chamado de apóstolo porque não se considerava apóstolo, mas tudo o que fazia só o podia fazer pela graça do Senhor. O tema deste Congresso Eucarístico é o tema da fome. Nenhum tema mais atual e mais desafiador no Brasil, porque não compreendemos que um país tão extraordinário quanto este, que domina a ciência e a técnica para produzir os mais sofisticados bens, não possa, não tenha tido até hoje condições de resolver o problema da fome. Esta é uma interrogação que pesa nas nossas consciências. A fome é uma agressão à liberdade e é uma agressão à vida. É uma agressão à liberdade, porque a nossa liberdade não se esgota na liberdade política nem nos nossos direitos individuais, mas ela vai além, para ser a liberdade contra a fome, a liberdade contra as doenças, a liberdade contra a miséria. Liberdade que é a própria vida; vida que deve ser feliz e quem tem fome jamais pode ser feliz.

Quero, antes de ler a oração da Consagração Cívica Nacional do Brasil ao Sagrado Coração de Jesus, conjuntamente com todos que aqui estão e, pensando no Brasil inteiro, orar, pedir a Deus, à Virgem Maria, que protejam a nossa Pátria, que protejam o nosso Povo,

que protejam a nossa Igreja e que iluminem o seu Presidente para que ele possa servir ao Brasil.

Ato da Consagração Cívica Nacional do Brasil ao Sagrado Coração de Jesus: Coração Santíssimo de Jesus, Coração do Homem-Deus, Coração de Cristo-Rei, Salvador da Humanidade, Senhor dos Senhores, Juiz Supremo dos indivíduos e das Nações, nós, como legítimos representantes do povo brasileiro, aqui vimos entregar-Vos os destinos de nossa Pátria que Vos foi consagrada desde o começo de sua História.

Neste importante momento de nossa vida, atendendo aos anseios do povo brasileiro, vimos ratificar esta consagração ao Vosso Divino Coração. A Vós consagramos todos os Estados e Territórios do Brasil, com suas riquezas naturais, suas empresas e realizações, suas riquezas materiais, seu patrimônio espiritual e moral.

Reinai em nossos lares, santificando todas as famílias, desde a mais abastada até a mais pobre. Reinai em todas as atividades dos homens — sede a luz dos homens de estudo; a defesa da Pátria pelas Forças Armadas, a sapiência dos legisladores, a justiça dos Magistrados, a orientação do Governo.

Agradecemos Vossa infinita bondade a nossa Pátria e reconhecendo nossas limitações, pedimos Vosso perdão e misericórdia. Por Maria Santíssima, a Virgem Aparecida, Rainha e Padroeira do Brasil, suplicamos Vossas bênçãos para a felicidade do nosso Povo, agora e para sempre. Amém.

22 DE JULHO
PALÁCIO DO PLANALTO
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY AO DIRIGIR-SE À NA-
ÇÃO EM CADEIA DE RÁDIO E TELEVI-
SÃO

O Presidente de um país democrático precisa compartilhar responsabilidades.

O Brasil mudou. Respira-se liberdade. Volta-se a sonhar e a ter confiança, embora permaneçam os efeitos do pior momento de nossa História, um quadro de pessimismo e a paisagem devastadora das injustiças sociais.

Não venho, contudo, perder-me no lamento. Proponho conjurar a neurose dos índices assustadores da economia e da miséria.

O destino não me trouxe de tão longe para ser síndico da catástrofe.

Exerço e exercerei sempre a Presidência da República com determinação e coragem. A omissão e a dúvida não serão a marca do Governo. Por formação e experiência, medito, pondero, analiso, ouço e sou prudente antes de decidir. Acerto e posso cometer equívocos.

Mas, sensibilizado do erro, nele não permaneço. A intolerância não faz parte do meu feitio.

Eu, José Sarney, homem simples como todos do povo, não sou infalível. Sou Presidente de um país democrático, Presidente e cidadão, responsável pelo Governo que tenho de consolidar, pelo exemplo, pelo trabalho, pela correção, pela vontade e pelo dever de acertar, pela obrigação de servir ao Brasil e ao seu grande povo.

Reitero, mais uma vez, o compromisso da Aliança Democrática, sagrado nas praças públicas por Tancredo Neves, que é pedra e mármore da História, a quem não faltei na minha lealdade e não faltarei na perenidade de sua pregação.

As mudanças começaram e continuarão. As reformas serão implantadas. A tarefa é grande.

Herdei para administrar a maior crise política da história brasileira; a maior dívida externa do Mundo; a maior dívida interna e a maior inflação que já tivemos. A maior dívida social — a dívida moral. A efervescência das reivindicações e o desespero diante das soluções impossíveis.

A metade mais pobre da população brasileira, que em 1960 detinha 4% da renda nacional, tem hoje menos de 3%. Os 10% mais ricos, que possuíam 39% da riqueza nacional, passaram a comandar 51%. Os pobres, mais pobres; os ricos, mais ricos.

Basta dizer que, no campo, 1% das propriedades representa, hoje, 45% da área rural.

Isto explica o fogo e o caldeirão social.

O desemprego aberto é da ordem de 13 milhões de pessoas.

O déficit potencial das contas públicas é de 110 trilhões de cruzeiros. Ao assumir o Governo, a perspectiva inflacionária era de 400%. A Administração pública desacreditada. Ausência de planejamento, ditadura na economia, marginalização da sociedade, medo e violência, insegurança pessoal e coletiva. Todos esses fatores, aliados à desordem jurídica, ao inferno burocrático, à avassaladora presença do Estado, à Federação esmagada, impedem o progresso, criam a recessão, favorecem as práticas ilegais e a corrupção.

A ineficiência, pela centralização do poder político e econômico, impede a ação do Estado em sua função mestra de prover a justiça social.

É uma situação difícil. Muitos me aconselham a ficar na denúncia como justificativa das dificuldades do Governo. A crise existe. Melhor do que falar dela, é evitar suas conseqüências. O Brasil vai vencer. Vai dar certo.

Vamos ver o caminho: em primeiro lugar, nenhum governo terá sucesso sem a confiança do País. Para isso, deve ser responsável. Dizer a verdade e obter a solidariedade do povo. A chave dessa aliança é a divisão do ônus. É a participação. O progresso começa dentro de cada um de nós. Não podemos resolver problemas crônicos com fórmulas demagógicas que são fáceis de enunciar e difíceis de realizar.

Não me cobrem, nem me pressionem para fazer o que eu não posso fazer. Não me exijam milagres. Rei-

vindicações impossíveis desestabilizam a ordem social, criam conflitos falsos, deformam a democracia, e a sufocam.

Não podemos repetir os erros do passado.

Consultei meus correligionários políticos, intelectuais, cientistas, economistas, trabalhadores, empresários, políticos e governadores, na busca de um consenso para fazer as mudanças, as reformas e a modernização do País.

Hoje, venho propor o grande acordo nacional do qual o povo será a alavanca.

Nossos objetivos passam por cinco pontos fundamentais:

1. Liberdade
2. Desenvolvimento
3. Opção social
4. Identidade cultural
5. Soberania e Independência

LIBERDADE

A política criou-se para servir a liberdade. A liberdade é um legado de Deus. É inseparável da vida.

As leis dão ordem ao exercício da liberdade. O Presidente será escravo da Constituição e das leis. O Estado democrático estabelece o direito, a fim de que o limite da liberdade de cada um seja a liberdade dos outros. O Brasil se livrou da tutela do arbítrio e não aceita a tutela da coação nem o intimidam facções ou grupos.

A liberdade implica o compromisso de fortalecer o poder político contra a insegurança de abalos institucionais. Ouvir a todos e conviver com todos, sem discriminação. Tolerância não significa concordância. O Presidente da República está no Centro — e nessa postura repousa sua autoridade para a realização da transição democrática, tarefa fundamental do seu mandato.

A liberdade não se esgota na vontade institucional. Ela tem de ser capaz de gerar direitos sociais, para ser a liberdade que não permita a morte pela fome, pelas doenças, pela insegurança das cidades e pela ausência de trabalho. Enfim, a liberdade é a vida; é uma perspectiva de vida feliz.

Mas o exercício da liberdade tem de ser integral. Indissociáveis são as liberdades política, econômica e social. Todos sabem que onde morreu a liberdade econômica ou existe a servidão social a liberdade política não existe. Querer a liberdade política, sem garantir o poder criador e competitivo da iniciativa privada, é não conhecer a realidade da História. Querer liberdade econômica convivendo com a injustiça social e com a miséria é admitir uma sociedade de privilégios que termina na violência e no silêncio das ideologias.

DESENVOLVIMENTO

A segurança das nações depende de sua força econômica. O desenvolvimento está indissolivelmente ligado à soberania. As nações pobres são vulneráveis. Podem sucumbir se forem apenas executoras de decisões tomadas no Exterior. Reunimos todas as condições na-

turais para desenvolver a economia e elevá-la ao primeiro escalão da prosperidade mundial.

Não podemos temer a forte competição internacional das próximas décadas. É preciso enfrentá-la, confiante.

O País precisa recobrar a perspectiva econômica de médio prazo. Não se pode esperar que, no curto período de um ou dois anos, o Governo possa superar totalmente a atual situação. Mas nesse tempo lançaremos as bases do grande avanço rumo ao futuro. Esse período não será somente um tempo de espera, mas um instante forte de construção.

Precisamos, ao mesmo tempo, sanear o setor público e dirigi-lo para as prioridades da Nova República.

Parece haver um consenso nacional quanto à eficácia e rapidez da ação do Governo no aperfeiçoamento político do País, como o restabelecimento das eleições em todos os níveis, a extinção da sublegenda, a instituição do direito de voto para o analfabeto. É plena a permissão para coligação partidária e é livre a criação de partidos políticos.

Enviamos ao Congresso a proposta de convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Reconhece-se, também, o avanço obtido na área trabalhista, com a legalização das associações de caráter intersindical, a reabilitação dos dirigentes cassados e as propostas em discussão para alterar as normas de organização sindical e a lei de greve; os entendimentos entre patrões e empregados são efetuados sem ingerência do Governo.

Todos concordam, além disso, que o Governo foi até o limite possível no processo de resgatar a dívida social acumulada, quando dobrou o salário-mínimo e manteve a prestação do BNH no nível de 40% da inflação passada. Na área rural, nosso plano de Reforma Agrária procura estabelecer a paz no campo.

Vamos ocupar o espaço aberto, com crescimento econômico sem inflação. Hoje, o País pode crescer de 5 a 6% ao ano, dando emprego a milhares de jovens que anualmente se apresentam ao mercado de trabalho. Combater a inflação é ponto-de-honra do Governo. Faremos todos os sacrifícios e tomaremos todas as decisões para que ela não fuja aos nossos controles.

O exemplo de outros povos revela aonde chegam as nações, quando os governantes vacilam nesse combate. A inflação é o pior inimigo da sociedade. Ela castiga os mais pobres, os que não têm instrumentos de defesa contra seus terríveis efeitos. Ela não confisca apenas o salário: confisca o pão! Aqueles que pretenderam competir com a inflação, reajustando salários e preços acima de seus índices, na tentativa de vencê-la, foram derrotados e provocaram o caos. Daí a necessidade de uma vigilância do Governo sobre os preços e uma política salarial justa, sem que se queira de maneira irrealista curar todos os males em um só dia.

O Governo reconhece a necessidade de reposição de perdas salariais e entende que ela deve ser feita parceladamente, de modo a não invalidar o próprio aumento, dando-se prioridade aos trabalhadores mais sacrificados, que são sempre os mais desprotegidos.

Por outro lado, é necessário controle de preços seletivo e severo para evitar a especulação e, ao mesmo tempo, que os reajustes não sejam superiores aos índices inflacionários, como era comum fazer-se. O controle de preços, público e privado, que impusemos, teve importante papel na contenção da inflação, que este ano será bem inferior à do ano passado.

INFLAÇÃO TRIMESTRAL ANUALIZADA

1985	em %
Janeiro	250
Fevereiro	245
Março	267
Abril	214
Maiο	188
Junho	140

A expectativa inflacionária, como podem notar, foi revertida. É importante lembrar que esses resultados não foram obtidos com a política antiinflacionária ortodoxa, fundada na recessão econômica. O setor industrial vem sustentando taxas razoáveis de crescimento. O apoio à agricultura, com destaque para aquisição de produtos, permitirá crescimento anual da colheita em mais de cinco por cento. A agricultura é setor prioritário.

No setor externo, aumentamos nosso saldo comercial. Uma política cambial estimulante para o exportador, associada ao crédito e à dinamização da ação governamental, produziu saldos mensais superiores a um bilhão de dólares. Hoje, poucos duvidam de que, em de-

zembro, teremos quase doze bilhões de dólares em superávits acumulados.

Apesar de nossa confiança quanto ao cumprimento das metas estabelecidas para 1985, acompanhamos diariamente o desempenho das importações e exportações. Tranqüilizem-se os nossos exportadores. É compromisso do Governo garantir o poder de competição internacional de nossos produtos, obtendo saldos comerciais.

É parte central da nossa estratégia atribuir ao setor privado o papel de agente dinâmico do desenvolvimento. Vamos conter o setor público, transformando a economia decorrente dessa ação em redução nos preços ao consumidor. Todos estamos ansiosos por essa queda de juros e aspiramos a cortes drásticos no setor público. Esse processo exige administração criteriosa de instrumentos: se tentarmos cortar tais despesas com açodamento, esbarraremos no limite do possível, e estaremos ameaçados de recessão. Se administrarmos criteriosamente o setor público, contendo-lhe o crescimento, com a queda de juros e a absorção da capacidade ociosa o setor privado poderá assumir a liderança do País em seu destino de progresso.

A economia somente pode voltar a crescer em bases definitivas se forem restabelecidos a confiança e o estímulo da iniciativa privada, a qual deve ser o carro-chefe do desenvolvimento. Devemos dinamizar o mercado interno. Sair da especulação financeira. Voltar a acreditar na produção e no trabalho, e não em papéis.

Nesse contexto contribuirei para nova postura empresarial, livre das amarras do Governo.

Os empresários devem recuperar sua criatividade e assumir riscos, sendo remunerados com o lucro, quando houver sucesso, e arcar com os prejuízos do malogro. Ao empresário capaz, ofereceremos a eliminação simultânea do arbítrio e do paternalismo oficial.

As pequenas e médias empresas terão condições propícias à sua consolidação, pois os produtores menores realizam desenvolvimento econômico democrático, com a distribuição da propriedade e maior absorção da mão-de-obra.

Faremos chegar ao campo os benefícios da economia de mercado. Temos que nos tornar cada vez mais competitivos, para dinamizar o mercado interno, sem sacrificar o potencial exportador. Menos governo na economia significa mais governo nos setores sociais.

As medidas necessárias à contenção dos gastos públicos serão implementadas através da consolidação orçamentária, em cujas rubricas estarão definidas todas as despesas e subsídios a cargo do Tesouro; o saneamento financeiro das estatais, para que não transfiram ao setor privado suas tarifas abusivas; o fechamento e privatização de empresas públicas ineficientes. Apenas as estatais indispensáveis ao cumprimento do papel do setor público devem permanecer nas mãos do Estado. Imposição de padrões de produtividade para que elas operem em níveis de eficiência compatíveis com os do setor privado. Elaboração de um plano plurianual de investimentos, expresso pelo próximo plano nacional de desenvolvimento, onde cada centavo do gasto público será avaliado.

O Governo tem mobilizado vários instrumentos com o objetivo de impor o controle de gastos nas em-

presas estatais. Além de limitar despesas, estamos exigindo responsabilidades e determinando a punição dos administradores perdulários. O fim das chamadas mordomias e a luta contra a corrupção trazem resultados éticos, atendendo ao compromisso da Aliança Democrática contra o esbanjamento e a ostentação. Recentemente, divulgamos o conjunto de medidas aprovadas. Pela primeira vez o Governo decide, corajosamente, interromper projetos incompatíveis com a realidade nacional. Determinei corte de custeio nas estatais, mais de duas vezes superior ao corte nos investimentos.

Do lado da receita, houve recomposição orçamentária por meio de providências que tributaram o capital financeiro, preferentemente ao produtivo. Reestimativas recentes dos orçamentos do Governo, após providências adotadas, revelaram quase 30 trilhões de cruzeiros a mais nas receitas e outros 30 trilhões a menos nas despesas.

Ou seja: o déficit potencial de cerca de 110 trilhões de cruzeiros será reduzido a aproximadamente 50 trilhões de cruzeiros, no maior esforço já conhecido de ajustamento do setor público. Em decorrência, podemos esperar a redução das taxas de juros, pois o Banco Central, ao longo deste semestre, irá vender cada vez menos títulos públicos.

Estamos atendendo a compromisso cobrado por todos os setores produtivos do País: criar condições para a queda sustentável das taxas de juros reais, que hoje asfixiam o empresariado nacional.

Os resultados destas medidas permitem o crescimento sem inflação. Ao provocar a reversão do déficit pú-

blico, estaremos atacando a inflação em sua causa estrutural. Ao reduzir as taxas de juros, reforçamos o combate antiinflacionário e criamos condições objetivas para que o setor privado ocupe seu espaço, empregando brasileiros que têm direito à oportunidade de trabalho, pagando impostos sobre lucros decorrentes do seu êxito e gerando, assim, fundos para o Governo aplicar em seus programas sociais redistributivos.

Promoveremos uma autêntica mudança institucional na área econômica. Tivemos a abertura política. Chegou a hora da abertura econômica e social.

É necessário consolidar e simplificar leis e decretos, que fazem insana a obrigação do empresário. Implantaremos um eficiente sistema de planejamento e controle dos gastos públicos, de modo a permitir à sociedade comando efetivo sobre os recursos governamentais.

OPÇÃO SOCIAL

A nossa grande opção é social. Estes programas não terão cortes e sim recursos crescentes a cada ano — todo o nosso esforço será nessa direção.

A prioridade, já disse, será pelos pobres. Debelar a pobreza absoluta, combater a miséria. Nesse sentido se incluem programas de alimentação, habitação, saúde, assistência e educação.

Nessa opção pelos pobres se inclui o Nordeste, onde está localizada a maior área de miséria do Brasil. Basta dizer que a renda *per capita* no Nordeste é um terço da média da renda brasileira. Já temos ali o primeiro pas-

so, com o programa de um milhão de hectares irrigados para pequenos agricultores. É pelo Nordeste que começaremos a diminuir as diferenças regionais. Se queremos que a Nação seja livre em cada um de seus filhos, é preciso atacar a miséria.

Um instrumento importante de alteração e progresso das estruturas sociais, como reclama a Nação, é a Reforma Agrária. Uma reforma agrária onde não se pensa apenas no problema fundiário, mas também no aspecto conseqüente: crédito e viabilidade econômica da terra para os novos proprietários. O que se busca é o equilíbrio da riqueza no campo e o aumento da produtividade.

Mas se por um lado a reforma, junto com outros instrumentos, atenderá ao homem do campo, que por falta de terra para cultivar e de condições para fixar-se fugiu para as cidades, por outro lado é necessário também lutar contra o inchamento dos grandes núcleos, contra as condições muitas vezes subumanas em que nelas se vive.

Na área da habitação, vamos desenvolver novas formas de harmonização de custos e formas de financiamento para atender aos trabalhadores de baixa renda. Vamos investir em programas de autoconstrução, de mutirão, e em outras formas pouco convencionais.

Como vimos, na área econômica procuraremos também aumentar a oferta de trabalho. Isso, com os sindicatos livres, permitirá que os naturais mecanismos de ação social melhorem as condições dos assalariados. Não basta, porém, permitir a busca por maiores direitos

e ganhos, sem a interferência do Estado. Há problemas que iremos enfrentar com todas as forças.

É preciso atacar a miséria. Se é verdade que os problemas da carência só encontrarão solução definitiva com o pleno desenvolvimento da economia, é de nossa responsabilidade moral impedir que compatriotas continuem a morrer de fome e por falta de assistência médica.

Buscaremos, com o concurso dos especialistas, a recuperação da infância marginalizada. E, mediante novas formas, procuraremos incorporar à família, à sociedade, ao sistema produtivo, os milhares de menores abandonados.

Mas há necessidade de medidas urgentes. O Papa João Paulo já disse: *O povo tem fome*: Acabamos de lançar os programas de alimentação básica. Aumentaremos, gradativamente, o número de crianças beneficiadas pelo programa de merenda escolar, até chegar a trinta e um milhões no fim do governo.

Da mesma forma, elevaremos — de 4 milhões para 20 milhões — o número dos que recebem suplementação alimentar, gestantes e crianças até 3 anos.

Mas limitar-nos a isto seria paternalismo. É preciso criar condições para que não haja fome. Saúde, porque um povo com doenças, com perspectivas de vida menores que em muitos países, com a morte e a fraqueza rondando a porta, não pode sobreviver plenamente. E, quer na cidade, quer no campo, em condições equilibradas de desenvolvimento, respeitando-se o meio-ambiente. Como qualquer brasileiro, não posso deixar de me emocionar

ao ver gente, por este Brasil tão vasto, morando em locais onde a poluição mata.

IDENTIDADE CULTURAL

Joaquim Nabuco dizia há cem anos: «Não basta libertar os escravos, é necessário dar-lhes terra e Educação».

A sociedade industrial gera valores materiais. Os valores espirituais são destruídos e não se criam outros. Pouco a pouco o povo vai perdendo sua identidade, fica à mercê da colonização cultural e a Nação se descaracteriza. O Brasil, rico em sua cultura de tantas facetas e influências, mescladas e consolidadas na feição de um País que se afirma nas tradições, no folclore, nas Letras e nas Artes, pouco a pouco define, tragado pelo abandono e pela pobreza.

Os valores espirituais têm de ser preservados, os bens culturais têm de ser criados e protegidos. A Cultura deve estar na mesa do planejador, como a Economia. Nunca os nossos artistas e intelectuais tiveram tantas possibilidades, e nunca essas possibilidades foram tão desprezadas. Partiremos agora para o renascimento cultural.

O Presidente tem a certeza de que não basta o País crescer. O crescimento não terá sentido, se não crescerem a Cultura, o Teatro, a Literatura, o Cinema, a Música, as Artes Plásticas; e a memória histórica não for preservada.

A arte popular brasileira não pode morrer por ausência do Estado em sua defesa.

Assegurar o acesso de todos à Educação é ideal do País.

A Educação é o primeiro e o mais rentável dos investimentos públicos. O Brasil começa na criança, no estudante, no universitário. Seja no nível básico ou no nível secundário, é tarefa em que os Estados e Municípios têm que repartir responsabilidades. É preciso não só construir escolas, como garantir que as crianças as frequentem.

O mundo do futuro será o mundo das descobertas científicas, da pesquisa, da Educação. Não podemos nos esquecer do sentimento de alma, da força do espírito humano em tudo que fizermos.

O Brasil tem de criar sua própria tecnologia, promover suas próprias descobertas, investir na pesquisa, acreditar em seus cérebros e dar-lhes condições de trabalho. É preciso apoiar a Universidade, a Ciência e a Tecnologia. Só com o domínio do saber, seja ele universal ou brasileiro, pode-se construir o progresso.

Procurarei, também, coerente com minha própria origem, apoiar as Letras e as Artes. Seja através de programas de governo, seja através do envolvimento da iniciativa privada no custeio da produção cultural.

A Imprensa e os modernos meios de comunicação visual, múltiplos e livres, são resultados e causa da liberdade. É preciso apoiar o livro. Só um povo que lê pode ter consciência de si próprio e da cidadania. Saber o que quer e fruir a liberdade. Uma Nação se faz com políticos, historiadores e poetas. Políticos para lidarem com o presente, historiadores para pensarem o passado, mas

poetas para que possa sonhar com o futuro. Lutar pela identidade e pela unidade cultural do País é tarefa para nossa geração. Para isso, é necessário compreender e respeitar as formas locais e regionais — formas de falar, formas de viver, formas de cantar e de lazer.

Só assim preservaremos nossas raízes diversas — tantas raças e tantos povos — e só assim nos encontraremos com nossa verdadeira identidade: a de brasileiros.

SOBERANIA E INDEPENDÊNCIA

A soberania nacional é um patrimônio inviolável do povo brasileiro. Temos uma tradição diplomática de coerência e justiça que orgulha a todos. Para a defesa dos nossos interesses no Mundo contamos com uma diplomacia ágil, que, desde o Visconde do Rio Branco, vem mantendo inexecedível zelo patriótico.

Nosso Território está entregue à guarda das Forças Armadas para preservar nossa soberania, ao lado de sua função constitucional de mantenedora da ordem e das instituições. Elas encontram no Governo o apoio para se reequiparem e receberem o adestramento indispensável à sua missão.

O Brasil honrará os compromissos e acordos firmados internacionalmente. Continuará irredutível na defesa dos direitos de autodeterminação dos povos e contra as soluções dos dissídios internacionais pelo uso da força. O não-intervir é um dos princípios sagrados da diplomacia nacional. Temos consciência de sermos um traço de união entre o Mundo Velho e o Mundo Novo, que está a surgir, através da cooperação fraterna entre os povos.

No exercício da soberania, estamos negociando a dívida externa sem ferir a nossa independência. Não nos move nenhum intuito de criação de impasses. A posição do Brasil é bem clara. A dívida para nós não é um instrumento de luta ideológica. Não será jamais uma peça na confrontação Leste-Oeste. Um grande País como o nosso, a oitava economia do Mundo, tem consciência dos seus deveres e de sua força. O Brasil jamais será caudatário de ninguém. Nem das grandes potências, nem nos pequenos conflitos. Mas no interesse do nosso próprio País não vacilaremos em ser firmes. E seremos.

Estamos enfrentando uma difícil negociação da dívida externa. Com os banqueiros e com o FMI.

Não podemos admitir que a intransigência dogmática de organismos financeiros internacionais imponha ao País uma política recessiva desnecessária. Nós, homens de Estado, lidamos com fatos e não com teoremas.

No plano político, não abrimos mão de proclamar a prioridade de uma nova ordem econômica internacional contra o protecionismo dos países desenvolvidos que fecha as portas às nossas exportações e nos impõe unilateralmente juros exorbitantes. Para pagá-los, teríamos de sufocar nossa economia.

A dívida, portanto, tem um patamar político e o Brasil não abdica do seu direito de discuti-la, lutando por todos os meios para afirmar seus direitos e sua soberania.

Brasileiros, meus irmãos, compatriotas:

Se formos dignos do presente, as gerações do futuro se orgulharão de nós.

Tenho consciência de que sou o Presidente de um grande País e de um grande povo.

Juntos, levantemos as mãos para dizer adeus ao pessimismo.

A hora é de coragem e fé.

23 DE JULHO
PALÁCIO DO PLANALTO
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, AO RECEBER O PRESI-
DENTE DA REPÚBLICA DOMINICANA

É com grande satisfação que recebo, em Brasília, a honrosa visita de Vossa Excelência e da ilustre comitiva que o acompanha. Aceite minhas expressões de boas-vindas.

Sua visita ao Brasil, embora se estenda por curto período, reveste-se, para nós, da mais alta significação política. Dominicanos e brasileiros somos povos irmãos. A História, a Cultura, a formação étnica nos aproximam, e transformam, num exercício de amizade, o diálogo político.

Nossas nacionalidades tiveram, em seus momentos iniciais, as mesmas bases. A presença africana definiu traços essenciais das nacionalidades brasileira e dominicana.

Mas, não é só o passado que nos une. Temos aspirações comuns, temos projetos comuns. Compartilha-

mos a mesma vocação democrática e sabemos que ela deve se afirmar mesmo diante das dificuldades econômicas maiores; nosso desejo de progresso e de justiça social é claro e nos empenha profundamente; na vida internacional, nossa meta é a paz e a conciliação, e sabemos que, para atingi-las, o único caminho é o do respeito mútuo, do direito, do respeito aos princípios básicos da convivência entre nações.

Gostaria que a presença de Vossa Excelência marcasse um momento de reflexão sobre o que nos une. E, assim, criássemos impulsos novos para aprofundarmos a relação bilateral entre nossos países. Entre nós, há um imenso potencial de afinidades que poderia ser explorado, e que há de ser estimulado por decidida vontade política de aproximação e diálogo, vontade que eu agora exprimo em nome do Governo brasileiro.

Sua visita simboliza também a força da solidariedade latino-americana. Vivemos um tempo de dificuldades, que exige de nós ação política criativa, constante, e, sobretudo, uma impecável solidariedade. Quero, neste momento, sublinhar a participação dominicana no Grupo de Cartagena, que tem procurado equacionar, de forma política, o dramático problema financeiro que nos aflige, hoje na América Latina. É tema em que a coesão latino-americana tem que ser perfeita e os esforços de ação bem orientados já que estamos diante de um problema absolutamente crucial para nossos povos.

Senhor Presidente,

Gostaria agora de elevar um brinde a Vossa Excelência e, assim, peço a todos os presentes que se unam a

mim numa saudação à felicidade pessoal do Excelentíssimo Senhor Salvador Jorge Blanco, Presidente da República Dominicana e à amizade que tradicionalmente une os nossos povos.

24 DE JULHO
PALÁCIO DO PLANALTO
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA SAN-
ÇÃO SOLENE DA LEI QUE REGULA-
MENTA A EMENDA CALMON

A lei, agora sancionada, viabilizará a prioridade que deve ser conferida à questão educacional, possibilitando o atendimento das necessidades crônicas e a correção de flagrantes desequilíbrios setoriais na ação governamental, que terminam punindo a área social.

Insera-se, entre seus objetivos, a universalização do acesso à educação básica, prevista no texto constitucional, mas até hoje não concretizada. Sem alcançar essa meta, há de frustrar-se o esforço para ampliar as oportunidades de participação na vida política do País, como se não de perder as expectativas de ascensão dos segmentos menos favorecidos de nossa sociedade.

Entendeu o Congresso, mercê da relevância do problema educacional, de abrir exceção ao princípio geral que impõe restrições à vinculação entre receitas e despe-

sas públicas. Essa excepcionalidade encontrou amparo na obrigação inadiável, que temos todos, de prover o atendimento das carências educacionais brasileiras.

Sei que a Nação deposita grandes esperanças nessa inovação legislativa. De fato, a profunda identificação dos políticos brasileiros com o ideal de uma sociedade mais justa teria de traduzir-se em medidas concretas de apoio à Educação, como esta que acabamos de adotar.

O disciplinamento legal, que tenho a honra de sancionar, propiciará a efetivação de medidas mais específicas, a exemplo de: ampliação do apoio financeiro aos sistemas estaduais e municipais de ensino que arcam com a responsabilidade de ministrar a educação pública de 1.º e 2.º Graus; investimento na formação e no aperfeiçoamento de professores, administradores e pesquisadores; elevação da oferta de merenda escolar e de livros e materiais didáticos; maior acesso e melhoria da qualidade dos programas de graduação, pós-graduação e extensão, oferecidos por nossas universidades.

Queremos, enfim, aumentar a produtividade do ensino como um todo, porque precisamos não só de uma população mais habilitada, como também capaz de absorver, de adaptar e até mesmo de gerar tecnologias compatíveis com a sociedade complexa que estamos criando. É necessário formar gerações de brasileiros conscientes de suas responsabilidades na construção do País, através da transmissão de valores e de conhecimentos gerais e específicos, que assegurem ao jovem efetiva participação.

Devo ressaltar, para finalizar, que esta lei é o resultado da grande luta do Senador João Calmon em benefício da Educação. Destina-se a disciplinar a Emenda Constitucional que foi fruto da pertinácia, obstinação e coragem desse grande homem público.

25 DE JULHO
TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
RIO DE JANEIRO-RJ
CARTA DE AMOR DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, EM NOME DO BRASIL, À
PIANISTA MAGDALENA TAGLIAFERRO

Senhora Magdalena Tagliaferro,

Esta é uma carta de amor.

Quem lhe escreve é um país jovem, o seu país, o Brasil.

Venho confessar o sentimento que trago na alma, e que nunca tive oportunidade de dizer-lhe.

Uma paixão forte e longa que me enche de música: fusas, semifusas, andantes, alegros, adágios...

De há muito a Senhora é, para mim, um símbolo e um exemplo. Quando a ouço, passa-se comigo o mesmo que seus dedos fazem quando roçam as teclas do piano: suas mãos, por onde corre sangue brasileiro, transformam vida, emoção, sofrimento, alegria, sonho, seja dos grandes compositores que interpreta — Mozart, Beethoven, Villa-Lobos, Chopin —, seja do nosso povo, na poesia da música.

A Música — sentimento de todos — é a única linguagem que une a Humanidade. Não precisa de tradutores. Fala diretamente à alma. É silencio e sons. Otto Maria Carpeaux observou que «a palavra não é capaz de traduzir a substância musical; se fosse, não se precisava de música. É o supremo triunfo do espírito criador humano».

Desde menina, suas mãos pousaram nos teclados dos negros pianos, pelas salas do Mundo. Desde então conquistou ouvintes em Paris, arrebatando Gabriel Fauré, e logo encantando platéias no mundo inteiro.

Quanto ciúme senti da França, no amor que a Senhora tem por aquele grande país, que, menina ainda, aos treze anos, a Senhora extasiou, ao ganhar o prêmio do Conservatório de Paris.

Quanta alegria, ao longo de tanto tempo, cada vez que a Senhora se apresentou com uma grande orquestra, com um grande maestro, pelo Brasil afora, por tantos países, pelo Mundo...

E quão reconhecido fiquei pelo seu trabalho, a dedicar-se a tantos alunos, a formar no Brasil toda uma escola musical...

A Senhora sempre acreditou no Brasil e no Povo que lhe fala. «Temos a vocação da música. Em nenhum país do Mundo poderíamos encontrar tantas qualidades reunidas», foi a Senhora quem disse. E «o artista deve saber, durante a vida inteira, guardar em si a bondade,

o carinho, a alegria da alma e, quando possível, a divina infância do coração».

Senhora, isso a Senhora conservou sempre.

Uma longevidade ativa rara, como um Rubinstein, um Casals. Continua a tocar. Seu coração, ainda adolescente, como vimos, ao ouvir o seu piano. O Brasil, também, quando a ouve, é um adolescente em seu amor.

Mas sei que a Senhora o ama, assim como ama a Humanidade.

Por isso, esta é uma carta de amor, de amor por quem somente encheu de orgulho o Brasil, com sua extraordinária arte, com a magia de suas mãos, com a beleza de sua vida, que neste dia compartilho na honra de inscrevê-la no Livro do Mérito da nossa Pátria, como um dos maiores instantes da inteligência e da alma brasileira.

E mais, trago aqui, pela minha palavra, a voz do Povo brasileiro: bumba-meu-boi do Maranhão, sanfoneiros, violões, pífaros, atabaques, pianos, violoncelos, vozes, violinos, cuícas, zabumbas...

Porque a Senhora é um símbolo e um exemplo para mim, e para o Brasil.

«Aos vossos pés, Alteza, reverencio a sua graça».

Seu
José Sarney

30 DE JULHO
PALÁCIO DO PLANALTO
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA AS-
SINATURA DOS CONTRATOS DE PAVI-
MENTAÇÃO DA BR-364

Estamos hoje aqui para um ato que concretiza sonhos antigos do povo do Estado do Acre e atende a uma grande aspiração de integração nacional: a assinatura dos contratos de pavimentação da BR-364.

Abre-se à malha rodoviária nacional Rio Branco, a capital acreana. É a ponta do arremate da interligação, por estradas asfaltadas, de todas as capitais de Estados - mais de 500 quilômetros de rodovia em plena selva.

Este momento também se reveste de significado por acontecer no ano dos festejos dos 80 Anos de Euclides da Cunha na Amazônia.

Ao visitar a Região no princípio do Século, Euclides registrou a necessidade da criação de grandes vias no extremo-oeste brasileiro. Defendeu o projeto de uma ferrovia de mais de 700 quilômetros — a Transacreana — pedindo «a intervenção urgentíssima do Governo Fe-

deral, dever elementaríssimo de ... reunir tantos esforços parcelados», os esforços dos novos bandeirantes, os brasileiros que abriam os varadouros naqueles rincões. «Na Índia, como entre nós», disse ele, «não faltam profissionais apavorados ante as dificuldades naturais — esquecidos de que a Engenharia existe precisamente para vencê-las.»

A população do Acre não pode mais ficar à margem da Nação; na dependência, a custos insuportáveis, de gêneros de primeira necessidade; com sua energia elétrica à espera de combustíveis, que são transportados em caminhões sofridos na superação dos obstáculos daqueles ermos e matas.

As precárias condições de tráfego entre Porto Velho, em Rondônia, e Rio Branco oneram o custo do frete, tornando-o duas vezes mais elevado que o transporte da mesma mercadoria de São Paulo a Belém — distância seis vezes maior.

Uma região promissora vê chegar mais perto as possibilidades concretas de ocupação racional, com abertura de novas fronteiras agrícolas e pecuárias e do enorme potencial de recursos naturais. Não podemos deixar de registrar a preocupação com o impacto da obra sobre a sua faixa de domínio: um engenheiro de meio-ambiente e um biólogo assessoraram as negociações e a elaboração do projeto.

Serão despendidos 125 milhões de dólares — cerca de 780 bilhões de cruzeiros — dos quais 44 milhões de dólares ingressarão liquidamente no País, como partici-

pação do Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID.

Em caráter prioritário, já estão asseguradas, com aval do Governo Federal, as contrapartidas em cruzeiros a serem aplicadas no período 85/88. Assim, posso afirmar que as obras, tocadas em sete frentes, deverão ser realizadas sem interrupção até seu final, que ocorrerá em menos de três anos.

Quando, em 1988, estiver concluída a pavimentação da Porto Velho/Rio Branco, o tempo do Acre vai render muito mais — os veículos de carga não mais levarão os 8 ou 10 dias, no período de estiagem, ou cerca de 30 dias, no período das chuvas, para percorrer aqueles 500 quilômetros. Esse percurso será vencido em apenas 7 horas.

Chamo a atenção também para o fato de a BR-364 vir a constituir — seja em direção a Cruzeiro do Sul, seja no rumo de Brasiléia e Assis Brasil — importante elo na conexão com o Peru e a Bolívia, vizinhos e irmãos, na busca da expansão e integração econômica, cultural e comercial dos mercados dos países latino-americanos.

À margem do caminho, à beira da estrada, sempre foi a metáfora do abandono. Hoje ele passará a representar não só desenvolvimento como também nova realidade: a de um país que vai deixar na poeira do tempo o estigma do atraso econômico e social.

A BR-364 é a obra certa, no momento certo, no lugar certo.

31 DE JULHO
PALÁCIO DO PLANALTO
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA INS-
TALAÇÃO DA COMISSÃO-GERAL DA
REFORMA ADMINISTRATIVA

Estamos aqui reunidos para dar conseqüência a um dos objetivos maiores do meu Governo: a reforma administrativa.

O Brasil, grande país, oitava economia do Mundo, não pode sobreviver com a máquina governamental desarticulada, anacrônica e desestimulada.

Temos de construir uma administração moderna, selecionada pelo mérito, capacitada e treinada, submetida ao sistema de carreira, em que cada um tenha oportunidade de construir um destino, e os homens públicos estejam liberados da tarefa menor do «pistolão», para que toda sua atividade seja concentrada na grande obra da construção política, do equacionamento e solução dos graves problemas da sociedade.

Há vinte anos, Governador do Maranhão, eu afirmava: «Uma das reformas básicas para o desenvolvimen-

to é a modernização da máquina administrativa. O Brasil jamais será a grande Nação com uma administração feita à base de rotinas anacrônicas, visão e herança do clientelismo eleitoral e do paternalismo, corrupção nos despachos e dos orçamentos inviáveis, que meios passam a ser fins, onde se esgotam os recursos e as aspirações».

Governar é resistir. Resistir ao pessimismo e ter coragem para missões difíceis.

Uma delas é sacudir o monstro burocrático.

O Governo da Nova República resolveu enfrentar este problema, que tem um componente novo: a democratização do País.

Este fato empresta à reforma o dimensionamento próprio, que não é somente técnico, mas virtualmente político.

A sociedade civil é o componente atual que a democratização introduziu no cenário.

É preciso, porém, com humildade e ousadia, percorrer os caminhos da mudança, transformando a administração pública num agente do desenvolvimento nacional.

O objetivo é resgatar, na prática, a função social da administração pública, diante da qual o usuário põe-se como cidadão, com direito aos serviços que custeia com o pagamento de tributos.

Para a realização deste trabalho está empenhada a vontade política do Governo. Por isso, no contexto do grande acordo nacional, a reforma administrativa nasce com um compromisso do Brasil democrático.

Numa palavra, a reforma deverá atacar, frontalmente, o subdesenvolvimento administrativo do País, representando uma etapa decisiva de sua história.

Convoco todos os que trabalham na Administração Pública para esse desafio. O funcionalismo está desestimulado. Não é só a questão salarial, é a motivação. É a qualidade da vida. Precisamos restaurar seu idealismo. Ele é uma peça do progresso. Do porteiro ao ministro, todos são importantes. Têm uma tarefa na estrutura do bom funcionamento da coisa pública.

A reforma deve atacar todos esses problemas: de recursos materiais e de recursos humanos.

Com este espírito está sendo instalada a Comissão-Geral de Reforma Administrativa, que funcionará sob a presidência do Ministro de Estado para Assuntos Administrativos, e com as participações dos Ministérios da Desburocratização, Fazenda e SEPLAN, de instituições dedicadas aos estudos administrativos e de especialistas e autoridades no assunto.

A esse órgão confio o trabalho e o êxito da Reforma. Não lhe faltará o apoio decidido e permanente do Governo, na certeza de que essa tarefa terá a colaboração esclarecida e patriótica do Congresso Nacional, bem como o incentivo de todos os setores da sociedade brasileira.

A Comissão aqui presente terá, ainda, a árdua missão de rever normas, estruturas, sistemas, métodos e comportamentos no Serviço Público, colocando a Administração dentro dos objetivos maiores que animam o Governo, de construir uma sociedade aberta e pluralista,

e, sobretudo, pô-la ao serviço dos legítimos interesses do povo.

É com esta visão que cobraremos de todos este desafio fascinante, que não tem a sedução das pirâmides, mas o extraordinário encanto de melhorar a vida do povo brasileiro.

02 DE AGOSTO
ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO
PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, EM DIÁLOGO COM O
CAPITÃO MOREIRA, EM VIAGEM A
UMA ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO
DA AERONÁUTICA

Capitão Moreira:

Representando a Força Aérea Brasileira, o Primeiro Grupo de Aviação de Caça, forjado nos campos de batalha da 2.^a Guerra Mundial, solicita a permissão de Vossa Excelência para escoltá-lo em sua primeira visita a uma organização do Ministério da Aeronáutica. Sentimos grande honra em conduzi-lo ao centro gerador da moderna tecnologia aeroespacial nacional. Asseguramos a Vossa Excelência irrestrita confiança nos altos destinos da nossa Pátria. Hipotecamos ao nosso Comandante Supremo a expressão de todo o nosso respeito e admiração.

Presidente José Sarney:

Capitão Moreira, aqui é o Presidente. Estou muito honrado com a homenagem que acabo de receber com a

mensagem que o Senhor me transmitiu em nome dos bravos pilotos de caça da nossa Força Aérea. Congratulando-me com todos que fazem a Força Aérea Brasileira, desejo expressar a minha homenagem a essa Força que tantos serviços tem prestado ao Brasil ao longo de sua história, desde a bravura dos campos da Itália até hoje no cumprimento de suas tarefas. O que eu posso dizer é que eu espero durante o meu período de mandato possa governar o Brasil com a mesma competência, com a mesma coragem com que os homens da FAB cumprem suas tarefas e suas vitórias.

05 DE AGOSTO
PALÁCIO DO PLANALTO
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA EN-
TREGA DO DOCUMENTO PRODUZIDO
PELA EQUIPE DO «MUTIRÃO CONTRA
A VIOLÊNCIA»

É do dia 25 de março, 10 dias depois que assumi a Presidência da República, o meu memorando ao Ministro da Justiça, pedindo ações no combate à violência. Determinei que se fizesse aquilo que chamei um mutirão contra a violência. Não será tarefa só do Governo, nem do poder público, mas da sociedade como um todo.

A violência está desfigurando o Brasil. Corroendo nosso estilo de vida, ameaçando a fisionomia de uma pátria de irmãos.

Todos temos o direito à paz. O direito de não ter medo do outro, o direito de ter as janelas abertas para o jardim e a porta franca a quem chegar. O direito de fazer amigos entre desconhecidos, e o de não temer as ruas cheias da multidão anônima, ou vazias na noite. Todos nós temos o direito de não ter medo do medo.

O homem brasileiro é cordial, e disso deram conta todos os viajantes estrangeiros que conheceram as nossas cidades e percorreram os vastos sertões. Seu coração se abria, a mesa se punha, e não faltavam, nas casas que se espalhavam nos ermos, o pouso para quem chamasse, pedindo abrigo. De repente, em poucas décadas, tudo mudou. Somos um povo com medo. Um povo que se sente ocupado pelas hordas de um particular apocalipse.

Nas grandes cidades há quem mate por um pão: os que o roubam e os que o defendem do roubo. Desataram-se os instintos, e a violência não repara suas vítimas. Morrem ricos e morrem pobres, e em torno das residências cavam-se fossos e se levantam guaritas, ou pesadas grades que encarceram o sono.

Quantos morrem, a cada dia, nesta impiedosa guerra? Por que, de repente, o ódio fechou o sorriso em tantas faces, e cada homem carrega seu pânico dentro do peito?

A primeira causa da violência é a ausência da liberdade. É a insegurança que a violação da lei dá e permite. O próprio Estado de direito é assim a primeira garantia contra a violência, permitindo a segurança individual. O cumprimento da lei e o exercício sereno e participativo da liberdade são que permitem a convivência pacífica dos cidadãos. Só a vigência plena de todas as leis, seu cumprimento por todos, e a punição, por uma Justiça livre e atenta, dos que as transgredirem, dão condições para que comece a cessar a violência.

A segunda grande causa da violência está também intrinsecamente ligada à liberdade. Não à liberdade política, mas às liberdades a que me referi em meu discurso à Nação: a liberdade de não ter fome, a liberdade de ter educação e saúde. Liberdades cuja ausência cria as condições de desrespeito pela liberdade dos outros, já que uma estrutura social injusta não ensina aos injustiçados respeitar suas regras e suas leis.

Enfrentar essas causas, porém, não esgota o problema. Haverá também a violência decorrente do próprio modo de vida das grandes cidades modernas, com seus dramas e suas neuroses. E ainda a violência que dorme no coração dos homens, em qualquer sociedade, inclusive nas mais desenvolvidas ou justas.

Sejam quais forem as origens inconscientes ou espirituais da violência, uma coisa é certa: quem é feliz não é violento. Assim, o problema toma uma grande dimensão política: é necessário fazer a Nação reencontrar-se, fazer com que seus cidadãos se sintam realizados e participantes de um destino comum — a grande tarefa da Nova República.

A paz e a liberdade, a alegria da convivência, estão no coração de cada brasileiro. O seu encontro é apenas o reencontro de nossas raízes.

Senhoras e Senhores,

Determinei ao Ministério da Justiça que convocasse a sociedade inteira a este mutirão pela paz. Empenhemos os recursos e a vontade do Governo nesta empreitada. Queremos que todos os cidadãos integrem a nova cruzada. Temos que combinar várias medidas, a fim de

que as ruas sejam de novo caminhos seguros. Isso significa melhorar o padrão profissional e ético de nossos quadros policiais, dinamizar a ação da Justiça, estabelecer um sistema ágil de informações, modernizar o sistema penitenciário.

O Governo deve numa ação conjugada, sociedade e Governo, a nível nacional, estadual e municipal, juntar as mãos para o grande mutirão. Policiais, juizes, sacerdotes, mães e pais, órgãos de informação unam-se para essa grande tarefa. As ações devem abranger os setores repressivo e preventivo, de modo a combater os efeitos e as causas.

A violência não pode ser combatida sem firmeza. O Estado, os agentes encarregados de fiscalizar a lei, tem o dever de exercer toda a sua força para eliminá-la. Mas não pode o Estado fazer da violência legal o instrumento de uma violência institucionalizada, que gera outra violência, num círculo vicioso que não cessará. O cidadão deve ver no policial a proteção, não a ameaça.

Essas providências diretas, no entanto, de nada adiantarão se não forem tocados os problemas mais graves da sociedade brasileira. O combate à violência começa pela proteção da infância. Enquanto houver uma criança abandonada, no Brasil, haverá sementes de ira. O Brasil é um país grande. Seu povo ainda guarda reservas de cordialidade, de amor ao próximo, de alegria que podem servir à reconquista da paz possível. Vamos trabalhar a fim de que possamos, nós e nossos filhos, abrir as janelas aos jardins, e franquear a porta a quem quiser cruzar a nossa soleira, em toda a paz que merece-

mos; a paz dos homens e a paz cristã, aquela que não está somente nas coisas mas dentro de cada um de nós.

A violência, em última análise, é uma busca da morte. O Brasil não é País destinado a essa procura trágica.

Esta Pátria é um hino permanente à liberdade. Para possuí-la é preciso viver. Acabemos com a violência.

Um fanático fascista gritou certa vez a Unamuno, na Universidade de Salamanca: «Viva a Morte!»

O meu grito, o grito do povo brasileiro, é outro: «Viva a Vida! Abaixo a Violência!»

05 DE AGOSTO
PALÁCIO DO PLANALTO
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, AO RECEBER A COMIS-
SÃO DO ESPORTE NACIONAL

Não vou fazer um discurso. Vou apenas agradecer a gentileza do Senhor Ministro da Educação, de todos os Senhores e de Maria Ester Bueno, de virem até aqui, ao Palácio do Planalto, para cumprimentar o Presidente da República, depois de instalada a Comissão. Teve início hoje uma tarefa gratificante, que é definir uma nova política de esporte para o País.

O esporte está na alma do povo brasileiro, que reclama permanentemente maior presença do Estado, não como controlador, mas como incentivador das atividades desportivas no Brasil.

Seguindo a diretriz traçada para o Governo, e não desejando tomar decisões autoritárias e unilaterais, procuramos ouvir todos os setores da sociedade no momento de iniciarmos a deflagração de determinada política. Em relação aos esportes não iremos mudar. E nesse sen-

tido, a Comissão ora instalada tem por finalidade ajudar a assessorar, dar conselhos e orientar o Governo para que ele possa também acertar com relação ao esporte nacional. Quanto maior for a contribuição dos Senhores, mais agradecido ficará o Governo da República com essa colaboração.

O Brasil, neste instante em que se movimenta em todos os setores, em busca da sua identidade, não podia deixar de, também no setor esportivo, iniciar uma nova caminhada. E é isso que nós desejamos, que possa nascer um novo entusiasmo, uma grande vibração e uma grande determinação de todo o setor esportivo. É importante que o Brasil ocupe também nessa área aquele grande destino que para ele está reservado como país que ama o esporte e que tem nele uma das suas maiores motivações.

06 DE AGOSTO
PALÁCIO DO PLANALTO
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA AS-
SINATURA DE MENSAGEM AO CON-
GRESSO NACIONAL SOBRE O VALE-
TRANSPORTE

O Vale-Transporte virá consubstanciar mais um passo em direção à meta social do Governo, aquela em que oportunidades de melhoria de vida alcancem a toda a sociedade.

Venho sempre defendendo a idéia do pacto social. Um entendimento de todas as forças nacionais, para a construção de um arcabouço forte que sustente a comunidade, solidariamente.

Repeti várias vezes: o Governo da Nova República fez solenemente uma opção pelos pobres. É compromisso do Presidente lutar para solucionar, com medidas criativas e corajosas, os problemãs do nosso povo.

Profundamente interessado em eliminar dificuldades que onerem os trabalhadores, busca o Governo identificar obstáculos e imaginar soluções para superá-los. Um desses obstáculos é o transporte de massa.

A maioria dos trabalhadores cumpre uma sofrida viagem de casa para o trabalho e do trabalho para o lar. Não há argumento de espécie alguma que justifique a aplicação de até 40% do salário para o pagamento de condução. É uma agressão à nobreza do trabalho, trabalho que só enaltece a existência humana. E assim essa situação merece ser modificada.

Impõe-se aliviar esse caminho no itinerário que passa pelo bolso, visto que não podemos encurtar as estradas. Temos de somar esforços para o resgate de uma dívida acumulada, provocada pela alternativa de planejamento que dava mais valor a cifras e tabelas que a qualidade de vida e sobrevivência com dignidade.

Dentro da preocupação do Governo com o lado social, o Vale-Transporte insere-se no rol das preocupações maiores, incluindo também um esforço permanente no sentido da redução das tarifas, através da racionalização dos serviços existentes, do incentivo à adoção de meios de transporte eficientes, além da participação da comunidade nas decisões.

Essa providência, que congrega Governo, patrões e empregados, vai aliviar a carga dos custos dos transportes dos ombros do trabalhador. Trata-se de solução de aplicação relativamente fácil, de caráter emergencial, adotável a curto prazo praticamente em todos os grandes centros metropolitanos do País.

É uma solução que atende empregados e empregadores, estimulando as fórmulas consensuais, as negociações coletivas de trabalho. A inclusão do Vale-Transporte nas convenções e acordos trabalhistas benefi-

ciará diretamente os trabalhadores de mais baixa renda salarial.

Seu espírito expressa uma taxaço socialmente justa, por ser progressiva, proporcional ao salário do beneficiado.

Do lado patronal, os estímulos criados pelo projeto — como a falta de incidência de encargos para os empregadores que concedam o Vale-Transporte e a possibilidade de ser considerado como despesa operacional para fins de apuração do lucro real — são formas encontradas para viabilizar, nas circunstâncias atuais, a implantação do sistema.

Nenhum povo, em nenhum momento de sua História, conseguiu coisa alguma de maior e importante que não tenha sido fruto da participação integral e absoluta de todos. A Nova República precisa da participação de todos, com sugestões, com críticas, com idéias, com participação.

Meus Senhores,

Mais uma vez aqui estamos reunidos para uma providência em favor da paz social.

É a manifestação do Governo de mais uma vez cumprir com o seu dever de trabalhar pelo povo brasileiro.

07 DE AGOSTO
PALÁCIO DO PLANALTO
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, AO RECEBER OS RE-
PRESENTANTES DAS INDÚSTRIAS DO
COURO E CALÇADO DO RIO GRAN-
DE DO SUL

Em primeiro lugar a minha satisfação de ter esta oportunidade do contato com essas lideranças tão expressivas do Rio Grande do Sul, que vêm a Brasília em missão tão nobre, ou seja, não somente em defesa de seu direito de trabalhar, como também de manter e ampliar o mercado exportador do País.

O que se fez no Vale dos Sinos é realmente o momento extraordinário da indústria brasileira, que é a construção de um parque calçadista, no mais alto nível tecnológico e em condições de competir em todos os mercados mundiais, levando, nesses produtos, a competência do operário brasileiro e a capacidade empreendedora dos nossos homens da indústria.

Aqui, os Senhores se juntam, nesta manhã, a homens públicos também profundamente preocupados com

os problemas que afligem os trabalhadores, como também a economia nacional. Aceito, portanto, como uma colaboração ao Governo, a presença de todos os Senhores, bem como dos nossos companheiros políticos. Sou político, também me orgulho muito de ser político, acho que essa é uma missão nobre dentro da sociedade.

Esse assunto preocupou profundamente o Governo. Nesse sentido, mandei aos Estados Unidos o Senhor Ministro da Indústria e do Comércio com a autorização expressa do Presidente da República de fazer chegar, às autoridades americanas, a nossa incompreensão diante das medidas que estavam sendo tomadas. Medidas protecionistas que temos combatido em todos os foruns internacionais. Porque não se justifica, de nenhuma maneira, no momento em que nosso País reinicia um esforço extraordinário para uma recuperação de suas instituições e da sua economia, que os países desenvolvidos iniciem medidas protecionistas que impedem o desenvolvimento das nações que desejam também um lugar ao sol, como é o nosso País. Temos o direito desse lugar ao sol.

Por outro lado, fiz uma carta ao Presidente dos Estados Unidos solicitando a sua ação no sentido de evitarmos que medidas dessa natureza fossem tomadas.

Em primeiro lugar, as notícias que nos chegaram foram que as primeiras medidas de barreiras já tinham sido suspensas e iniciado um processo de proteção tarifária. Nós protestamos e expressamos que não aceitaríamos nenhuma medida de natureza protecionista. Nesse sentido, posso assegurar aos Senhores que o País tem mantido uma posição firme, e vai manter, de defesa de

nossos interesses. Essa é a posição do Governo brasileiro e dela ele não vai se afastar. Os Senhores tenham a certeza de que vamos continuar nessa luta. Acredito que ninguém, nenhuma barreira, nenhuma medida pode cortar o desenvolvimento deste País. Somos um grande País, podemos ter dificuldades transitórias, mas venceremos todas essas dificuldades. Cada vez mais nos afirmaremos, aqui e lá fora, como esse grande País.

Os Senhores têm, de parte do Presidente da República, um aliado nessa luta, em favor dos nossos interesses e em favor do desenvolvimento, da continuidade e da ampliação da capacidade exportadora do País.

08 DE AGOSTO
SÍTIO AVIAÇÃO
LONDRINA-PR

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DE SUA
VISITA À CIDADE DE LONDRINA

Acabo de acionar a chave de ligação de energia elétrica da propriedade de número 50 mil do Programa de Eletrificação Rural.

Trata-se de medida de fortalecimento do desenvolvimento rural integrado, instrumento fundamental de contenção do êxodo rural e do aumento da produção e da produtividade agropecuária.

O Governo Federal envidará todos os esforços para modificar a atual situação do País: das 4 milhões, 200 mil propriedades rurais cadastradas, apenas 900 mil estão beneficiadas com energia elétrica, ou seja, 20%.

Aqui estou, também, para assinar contratos de ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água de Londrina e Cambé; complementação dos recursos do Estado para integralização do FAE-Paraná; complementação da integralização do FAE-Paraná por destinação de recursos do Estado ao abastecimento de água em co-

munidades de pequeno porte; abastecimento de água em 161 comunidades de pequeno porte; implantação de esgotos sanitários na cidade de Cascavel; desenvolvimento operacional dos sistemas de água da responsabilidade da SANEPAR em 377 localidades.

São providências que se enquadram na prioridade social do Governo. Obras de saneamento: água, esgotos, que irão possibilitar melhores condições de saúde, melhor qualidade de vida para o povo.

Brasileiros do Paraná,

Rever o Paraná — pela primeira vez, depois que assumi a Presidência da República — é reencontrar a fé em nossa terra e em nossa gente. Nesta porção do Brasil, de belas montanhas e vales férteis, Deus elevou suas águas para que elas desçam, impetuosas, em cataratas, cachoeiras e quedas que produzem encanto e energia.

O mesmo povo que desbravou o Paraná, tornando selvas densas em celeiro nacional, não se destaca somente pelo destemor e pelo trabalho. Nele habitam também o amor à paz, a tolerância política, a disposição para o diálogo criador. A contribuição de seus homens públicos tem sido irrecusável na luta continuada pela democracia e pela justiça em nosso País. Dirijo-me a um deles, o Governador José Richa, que, sem descurar de suas responsabilidades administrativas, entregou-se, de corpo e alma, às articulações políticas que germinaram a Nova República, sob o comando de Tancredo Neves.

Brasileiros,

Os povos, como os homens, demoram a aceitar a necessidade de mudanças. Mas o imobilismo, da mesma

forma que castiga os indivíduos, pune dolorosamente os povos. Uma só geração que não compreenda as exigências da História pode comprometer o futuro de um povo inteiro. Temos, no passado do Mundo, exemplos de civilizações que murcharam porque lhes faltou a coragem da mudança.

Estamos, os brasileiros, diante de grandes desafios. Um deles é o de restaurar, plenamente, a confiança na iniciativa privada. Criar condições para que haja liberdade econômica.

O Paraná é um grande exemplo. Aqui, pioneiros domaram a terra e criaram riquezas e implantaram uma das regiões mais prósperas do País e uma agricultura das de maior produtividade do Mundo, em condições competitivas no mercado internacional. A reforma agrária jamais poderia ser feita para desarticular a produção, o que seria um crime contra o País. Ela se destina a ampliá-la, fazer justiça social, evitar o êxodo rural e restaurar a paz na área do campo, onde a violência está vergonhosamente ocupando o lugar do diálogo e do entendimento, da solução pacífica dos conflitos.

Quem produz nada tem a temer.

O Governo tem o máximo interesse em estimular e apoiar a realização de contratos agrários, arrendamentos e parcerias, em condições econômicas vantajosas para ambas as partes, por serem instrumentos valiosos para o desenvolvimento rural e para a fixação do homem no campo, sua aprendizagem e vivência nas atividades agrárias, tornando-o mais capacitado. É necessário aumentar

a produção, a produtividade e a democratização da propriedade.

Conciliar essas três exigências, para a distribuição mais justa dos frutos da terra, é um grande desafio que exigirá imaginação, criatividade e desprendimento de toda a sociedade, e possibilitará o pacto social.

O Brasil é, ainda hoje, em parte, o que dizia o visitante estrangeiro: um país voltado para o litoral. Em muitos lugares ainda estão em vigor muitos Tratados de Tordesilhas. E se olharmos com os óculos do realismo, veremos que grande parte dos problemas de nossos dias foram gerados precisamente pelo êxodo daqueles que não tiveram condições mínimas, econômicas e sociais para permanecerem fixados na terra, e foram nas últimas décadas para as grandes cidades.

Os frutos da terra são dos mais antigos alimentos do Homem. Não há canto do Mundo onde a atividade agrícola não se faça presente. Por que tiveram tantos que abandonar suas casas, suas roças, seus campos, os frutos da sua terra, para irem viver em condições impossíveis nas inchadas metrópoles? No meio da violência, nas favelas, agredindo e sendo agredidos — em vez de colherem.

Brasileiros do Paraná,

Londrina é exatamente o exemplo da convivência do campo com a cidade, da colonização — brasileiros e estrangeiros, todos os que quiseram trabalhar — da recompensa do trabalho da terra. Se tivermos a multiplicação de cidades como esta, pelo Interior, a estrutura social do País se transformará radical e rapidamente.

Não podemos, nem devemos, sentar-nos à beira da estrada do tempo, enquanto os outros povos crescem. Para preservar essa terra, devemos ocupá-la com homens livres e trabalhadores.

Estamos em uma esquina decisiva da História, nestes últimos anos do Século. Não podemos continuar amontoados nas grandes cidades, depósitos de desespero e miséria, deixando os campos desertos, adormecidos, ou apenas ocupados pelas máquinas.

Sinto-me feliz por estar aqui, no convívio de amigos. Estou seguro de que iremos vencer as dificuldades econômicas do País, e lutar contra as desigualdades sociais que tolhem o nosso crescimento, dentro de um amplo consenso nacional. Os últimos meses desmentem os oráculos da catástrofe. Soubemos realizar a transição política em paz, ainda que dentro da mais pesada emoção. Iniciamos o Governo vencendo a inflação e realizando profundas reformas políticas. A Nação dialoga consigo mesmo, busca seus caminhos, estabelece os pactos de que necessita, sob um governo que coloca o respeito à democracia como o primeiro dos seus deveres.

Com um povo como o que Deus trouxe a estas terras, inspirado na fé cristã de nossa Igreja, para desbravá-las e construir um Estado como o Paraná, podemos ter a certeza de que edificaremos a Nação que os nossos pais quiseram e os nossos filhos merecem.

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

09 DE AGOSTO
PALÁCIO DO PLANALTO
BRASÍLIA-DF
PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, AO DIRIGIR-SE AO PO-
VO URUGUAIO

No dia 12 visitarei o Uruguai, a primeira viagem que realizo ao Exterior como Presidente do Brasil. É com imensa satisfação que lhes dirijo estas palavras de amizade e confiança, em meu nome e em nome de todo o povo brasileiro.

Os uruguaiois ocupam um lugar especial na admiração e no afeto do povo brasileiro. Acompanhamos com interesse e emoção o renascimento da sólida tradição democrática do povo oriental, ao mesmo tempo em que nos lançávamos também à procura de novos caminhos.

Nossos países, irmanados pela História e por valores e aspirações comuns, acrescentam agora à sua identidade a reconquista da democracia e da liberdade. Nossa convergência se aprimora e nossas relações se projetam como um instrumento expressivo na procura comum do desenvolvimento e do bem-estar.

Levarei ao Uruguai uma mensagem de esperança e de fé na integração e na cooperação latino-americanas. Muitos são os desafios que não são comuns; numerosas as nossas dificuldades. Estamos unidos, entretanto, em torno de valores e aspirações democráticas, com plena participação da sociedade.

Minha visita ao Uruguai, atendendo ao amável convite do Presidente Julio María Sanguinetti, tem precisamente o sentido de mostrar a determinação de nossos países em aprimorar os seus caminhos de cooperação e de entendimento. Deixaremos claro o nosso propósito de preservar o desenvolvimento e o crescimento com estabilidade.

Mais do que um encontro entre os governos, procuraremos fazer de minha estada em Montevideu uma festa de confraternização entre brasileiros e uruguaios e um passo concreto no estreitamento de nossa velha amizade, nesta nova era que se abre diante de nossos países.

12 DE AGOSTO
AEROPORTO INTERNACIONAL
DE CARRASCO
MONTEVIDÉU-URUGUAI
PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DE SUA
CHEGADA AO URUGUAI

Agradeço as calorosas palavras de Vossa Excelência. Elas refletem a generosidade do povo uruguaio e a bondade de seu ilustre Presidente.

Esta minha viagem não é um simples dever diplomático — é uma visita de amizade, uma vontade política de estreitar laços históricos, de trazer em nome da gente do Brasil os nossos sentimentos de estima e afeto, de simpatia ao Uruguai, neste momento em que voltam os ventos da liberdade, e a Nação tem à frente de seu governo o Doutor Julio María Sanguinetti, homem de extraordinárias qualidades e de fina sensibilidade cultural, presidindo a uma missão desafiadora e fascinante: consolidar o poder político, que é a síntese de todos os poderes.

Nós no Brasil vivemos o mesmo instante. Com as mesmas esperanças e as mesmas dificuldades. Agora,

apertemos nossas mãos e vamos pensar juntos na procura de soluções para os problemas comuns.

Esta é a primeira viagem que faço ao Exterior depois de assumir a Presidência da República. Escolhi o Uruguai para marcar meu desejo de uma política externa que tem como prioridade a América Latina, a começar pelo país irmão do Uruguai, mostrando que não são interesses que nos movem os pés de caminhar, mas os altos ideais da Nova República, que o Brasil inaugurou.

Aqui não estamos na busca de nenhuma política hegemônica ou soluções de querelas que não temos. Estamos para falar da cooperação e da solidariedade.

Brasileiros e uruguaios têm mais de século e meio de história, unidos mais hoje do que ontem no desejo de consolidar a democracia e resolver os graves problemas do desenvolvimento e do bem-estar.

Como latino-americanos, temos de ser irmãos unidos e proclamar alto e firme que a América Latina não pode abrir mão do desenvolvimento em nome de teorias abstratas que nos condenam à estagnação. Só o crescimento vai permitir a abertura de horizontes de esperanças para vencer a miséria que ameaça a democracia recém-conquistada.

É um elo poderoso construído pelos nossos povos nas praças públicas e nos corações, nas lutas pelos direitos individuais e pelas liberdades civis.

A fraterna acolhida com que somos recebidos, minha mulher, minha comitiva e eu mesmo, é expressiva de uma nova etapa de nosso relacionamento.

Parceiro do Brasil nesta etapa histórica que vivemos, o Uruguai não podia deixar de figurar entre os países que maior interesse e atenção despertam em nosso País. O gesto de Vossa Excelência, Senhor Presidente, de comparecer pessoalmente à posse Presidencial em Brasília e ali retornar para juntar-se à dor dos brasileiros pela perda do saudoso Presidente Tancredo Neves, sensibilizou-nos profundamente e demonstrou, com a força da emoção, o afeto crescente que une nossos povos.

Senhor Presidente,

Chego ao Uruguai em meio a uma conjuntura especialmente adversa para nossos países. Este fato não faz com que o desalento seja parte de nosso encontro. Temos certeza de que venceremos todas as dificuldades. Nossos povos não existem para o lamento, mas para a construção.

As dificuldades têm a contrapartida de aumentar as áreas de coincidência e afinidade e de valorizar o intercâmbio de experiências e o diálogo político. Nunca antes a unidade da América Latina se externou, de forma tão determinada, em aspirações comuns e ações concretas para defender nossos interesses.

Nosso Continente, unido, toma consciência dos seus interesses e do seu destino. Nossa democracia não é um fim em si mesma, nem uma conquista definitiva. Ela é um instrumento das aspirações dos nossos povos, para reconciliar o Estado e a sociedade civil.

Um esforço permanente de aprimoramento, em busca de uma plenitude democrática que não se esgota nas

liberdades individuais mas que seja a liberdade contra todas as opressões, sendo as maiores delas a pobreza e a dependência.

Senhor Presidente,

O Uruguai é um dos mais importantes parceiros do Brasil. São eloqüentes, a esse propósito, não apenas as cifras do comércio bilateral, mas também os numerosos acordos que moldam nossas relações bilaterais e o intercâmbio nas mais variadas áreas da atividade humana. O fraterno convívio de nossas populações na faixa de fronteira simboliza essa grande integração entre os dois países.

Senhor Presidente,

Trago aos uruguaios a palavra de um novo Brasil.

Começo pelo Uruguai, Senhor Presidente, uma caminhada. Que todas as nações saibam que nós da América Latina não desejamos ser tema e devaneio retórico para protelar conquistas no campo internacional.

Juntos, Uruguai e Brasil, viram nascer as bandeiras da liberdade. Juntos vamos lutar pelo bem-estar de nossos povos.

Nada melhor neste instante, ao apertar suas mãos, amigos uruguaios, nas saudações de chegada, do que exaltar aquilo que é a essência do seu hino, a liberdade e a pátria: *la Patria o la tumba; libertad, o con gloria morir.*

13 DE AGOSTO
PALACIO LEGISLATIVO
MONTEVIDÉU-URUGUAI

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA SES-
SÃO SOLENE DA ASSEMBLÉIA-GERAL
DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URU-
GUAI

Como Presidente da República, pela primeira vez viajo ao Exterior. Visito o Uruguai. Há trinta anos, membro do Parlamento, que é a minha casa de formação política, volto hoje à Tribuna Parlamentar, como Presidente, mas tendo na vida, na memória, nas palavras e no destino os anos de deputado e senador, os debates, os apartes, os projetos e as emendas.

Dentro dos Parlamentos está a maior escola de vida pública. Aqui aprendemos a trabalhar por todos. Lutamos para fazer leis que melhorem a sociedade, obras que jamais desfrutaremos, porque se destinam para as nossas cidades. Escolas onde não estudaremos, estradas onde jamais transitaremos, energia na qual não acenderemos uma lâmpada. Discursos têm a vertigem de um instante, porque se apagam quando os fatos se apagam.

A glória parlamentar vive de instantes. De um aparte, de uma lei, de um momento grave em que a nossa participação evita catástrofes. É uma escola de vida. Onde aprendemos a respeitar a opinião dos outros, onde aprendemos que é possível que não estejamos certos, onde a humildade, a vaidade, o orgulho, o talento, o patriotismo e o desprendimento se mesclam. O Parlamento é o lugar onde a instituição é maior do que a soma de todos. É a base da democracia. Sem parlamento não há democracia; sem democracia não há liberdade, e sem liberdade o Homem é apenas uma aspiração ao hedonismo.

O Parlamento é a casa do diálogo. Das soluções de consenso. As únicas que sobrevivem. Todas as soluções políticas impostas, quer pelas maiorias, quer pelas minorias, tendem a uma deterioração que ao longo do tempo renova o problema, reacende os impasses, e faz desembocar em catástrofes. Só os parlamentares costumam as soluções duradouras. Por isso eles representam a liberdade. Onde eles são vigorosos e forte sua voz, as instituições são fortes. Por isso mesmo eles são abominados pelos ditadores e pelos autoritários.

Minha homenagem, portanto, ao Parlamento do Uruguai que, como o Parlamento do Brasil, tem suas feridas, mas eles são mais fortes e eternos do que os momentos de eclipse.

O Parlamento uruguaio é um instante de resistência permanente na História do País. na defesa de seus interesses, de sua soberania, de suas liberdades.

Rendo minhas homenagens a Vossas Excelências, herdeiros dessa tradição.

Todos sabemos que vivemos um momento difícil de nossa História. Estamos atrasados na obrigação de colocar à disposição de nossos povos os instrumentos necessários ao seu bem-estar, à sua qualidade de vida. Todos estão com pressa de recuperar o passado; e o tempo não passa senão depois de o relógio correr as horas. É difícil esperar. Daí as dificuldades de todos nós homens públicos, acuados pela vontade infinita de mudança e abolição das injustiças e pelos limitados meios e tempo de poder fazer.

Desse conflito nasce nossa angústia. Que não é só daqueles que reivindicam, mas também nossa, oleiros das reivindicações. Liberdade, salários, justiça social, democracia, desenvolvimento e segurança são palavras que fazem parte da nossa tarefa cotidiana. Elas têm o significado do universo dos problemas com que lidamos. Em busca de uma combinação adequada.

A liberdade não pode ser a filosofia do suicídio, e a segurança o caminho do homicídio.

As nossas perplexidades não são monopólio de nosso tempo. Elas existiram ao longo da História e fizeram o desespero de pensadores e líderes que tiveram de moldar instituições. Contudo, em nenhum tempo, como no nosso, tantos, em espaço tão pequeno como é o mundo dos satélites, puderam participar das contradições de todos os homens, ao mesmo tempo, em todos os lugares.

A nossa paisagem atual não é a de um mundo em transformação, mas a de um mundo transformado.

A crise da democracia não podia nunca ser debitada a seus valores mas da realização imperfeita deles. Ela não podia ser julgada pelos que a traíram e corromperam, a conspurcaram e a deformaram.

A América Latina vive um grande momento. A liberdade abriu suas asas sobre nossas pátrias. Reacendeu suas luzes de esperança, e espera tempos de tranqüilidade e crescimento.

Temos como dragões de fogo ameaçando a estrada do futuro, os monstros da inflação, da recessão e do retrocesso. A inflação tem ameaçado permanentemente a democracia na América Latina. Contra ela devemos estar vigilantes, porque ela não atinge o bolso, atinge a boca, corrói os salários, confisca o trabalho, ameaça a vida, traz a fome.

A recessão significa a abdicação do direito de crescer, gera o desemprego e conduz ao desânimo, espalha a desconfiança, corrói o Governo, estimula os aventureiros de soluções impossíveis, criando um caldo onde só a demagogia resolve os problemas com milagres falsos. O retrocesso, monstro que sempre nos ameaça, jogando no nosso fracasso, caluniando o poder civil como incapaz de gerir, débil em suas estruturas, divergente e dissoluto, astúcias de argumento para poder voltar, voltar para fracassar, num círculo vicioso que tem feito a triste história das nossas desilusões.

Tudo isso solapa a nossa soberania, debilita o nosso poder de entendimento, a nossa vontade de estarmos unidos, juntos, com um só ideal, com um só sentimen-

to, o sentimento de latinidade que está no nosso sangue, na nossa vida, na nossa ambição.

A dívida externa aí está situada. Tenho dito e vou repetir. Não podemos pagar a dívida externa nem com a recessão, nem com o desemprego, nem com a fome, nem com a democracia. Precisamos crescer. Precisamos criar uma nova ordem econômica internacional capaz de gerar momentos de prosperidade e novas perspectivas para nossos países. Precisamos criar cada vez mais vínculos de identidade e de solidariedade.

Precisamos reagir contra a baixa cada vez maior dos preços de nossos produtos exportáveis e as barreiras protecionistas que nos condenam a uma dependência vergonhosa e à paralisia e liquidação dos nossos parques produtivos. Precisamos ficar em defesa contra a elevação unilateral dos juros que nos punem sem remissão.

Enfim, precisamos da liberdade de encontrar desobstruídos os canais do livre comércio internacional. Exemplo dos reflexos dessa política temos nas relações com o Uruguai. Brasil e Uruguai foram obrigados a diminuir suas trocas, fazer o seu intercâmbio cair a níveis baixíssimos, para cumprir as obrigações de gerar saldos e superávits em nossas balanças comerciais. O nosso desejo seria como do nosso interesse intensificar cada vez mais o nosso comércio regional, por todos os motivos.

No plano internacional o Brasil irá buscar sua identidade esmaecida, pregando o que fazemos internamente. Buscar a solução pacífica dos conflitos, a não-intervenção, a paz mundial, a autodeterminação dos povos e a defesa intransigente de nossos interesses.

Com o Uruguai, pessoalmente, desejo estabelecer relações as mais estreitas. É um país extraordinário que ao longo de sua história afirmou os seus valores próprios, lutou por eles, viveu com eles e se impõe pela extraordinária força do seu povo.

Seus heróis, seus homens públicos, suas tradições, seus escritores e artistas, seus políticos criaram esta grande nação que, pequena em território, é imensa pelos seus valores. Para homenageá-la, na casa do seu povo, eu aqui estou e aqui reverencio o seu passado, o seu presente, e saúdo com segura esperança o seu futuro. Sempre estaremos juntos. Em que o Brasil puder ajudar e contribuir para esse destino, eu direi: presente!

13 DE AGOSTO
SEDE DA ASSOCIAÇÃO LATINO-
AMERICANA DE INTEGRAÇÃO (ALA-
DI)
MONTEVIDÉU-URUGUAI
PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DE SUA
VISITA À SEDE DA ALADI

Honra-me falar desta tribuna que é a materialização de um sonho tão antigo quanto a nossa própria independência política. Sejam os Senhores os portadores da mensagem de amizade e confiança com que saúdo, em nome de todo o povo brasileiro, os governos e os povos irmãos da América Latina aqui tão dignamente representados.

Minha presença na sede desta Associação é um tributo que desejo prestar ao ideal da integração em nosso Continente. Ocorrendo durante minha visita oficial ao Uruguai, permite-me associar a elevada prioridade que meu Governo atribui às relações com os países vizinhos da América Latina e a grande importância que o Brasil sempre emprestou ao processo de integração no Continente.

Velho sonho de Bolívar, que acompanhou de perto a formação das nossas nacionalidades, a integração con-

tinental conta hoje com vinte e cinco anos de expressiva experiência. Durante esse período, a vontade política de nossos países prevaleceu sobre toda sorte de dificuldades que se antepunham ao projeto. Dessa mesma vontade política originou-se o processo de transformação da antiga ALALC na atual ALADI, que procura dinamizar os mecanismos de integração regional, adequando-os ao próprio desenvolvimento da América Latina nos últimos anos.

Enganam-se aqueles que vêem nos problemas enfrentados pela Associação sintomas de desencorajamento da integração na América Latina. Tal como proposta em 1960, a integração econômica era uma grande inovação no Continente.

Os mecanismos de integração contemplados no histórico Tratado de Montevideu, de 1960, contribuíram de forma expressiva para elevar e dinamizar o intercâmbio intra-regional, decisivo para o desenvolvimento de nossos países.

As dificuldades que se encontram hoje em torno da ALADI não dizem respeito unicamente ao processo de integração em si mesmo. Refletem elas, em boa medida, constrangimentos de ordem geral que repercutem negativamente no bom funcionamento do sistema, por cima da prioridade que atribuímos aos mecanismos de liberalização do comércio intra-regional.

Senhores Representantes,

Vivemos hoje a mais grave crise que a nossa História registra. Profundamente vinculados ao sistema eco-

nômico internacional, em que apoiavam parte substancial de seus projetos de desenvolvimento, nossos países viram-se gravemente afetados quando, às regras injustas da ordem mundial, sobrepôs-se uma crise sem precedentes, que afeta até mesmo os países tradicionalmente beneficiários do sistema vigente.

Nossos problemas agravam-se ainda mais na medida em que as soluções propostas para fazer face aos desajustamentos econômicos não são seguidas nos países desenvolvidos. Obrigados a honrar pesados compromissos financeiros, nossos países vêm dificultando nos mercados dos países credores o acesso de seus produtos de exportação. Com o crescente protecionismo, multiplicam-se as nossas dificuldades para gerar os saldos com que poderíamos pagar nossas contas. Custosos projetos de ajustamento econômico, que sacrificam legítimas aspirações sociais de nossos povos, esbarram no descontrole das taxas de juros internacionais, cuja imprevisibilidade é função de políticas econômicas praticadas de forma unilateral.

Não escapou o comércio intra-regional dos rigores impostos por nossas dificuldades financeiras. Necessitadas de superávits crescentes, nossas economias voltam-se naturalmente para os mercados onde podem gerar saldos comerciais expressivos.

Senhores Representantes,

Creio ser um sintoma extremamente positivo o fato de que, apesar desse panorama negativo, nossas sociedades têm demonstrado uma profunda vocação democrática. Assistimos a um renascimento da participação popu-

lar na nossa vida política e percebemos a importância crescente desse processo na própria tarefa de lidar com a crise econômica e social.

Estou seguro de que as aspirações de integração da América Latina ganham maior expressão quando a livre vontade de nossos povos se manifesta pelos canais democráticos. A profunda identidade cultural e histórica da América Latina é sem dúvida a instância primeira que faz possível a integração econômica e comercial, etapa inicial de um processo mais amplo e grandemente desejado de integração política, cultural e social do Continente.

A legitimidade que os governos da América Latina vêm conquistando dá respaldo às iniciativas de integração e coordenação regional que procuram ancorar-se na sabedoria refletida dos consensos. Essa é, creio, a grande lição do Grupo de Cartagena, por meio do qual, sem qualquer veiledade de confrontação ou desejo de radicalização, diversos países latino-americanos procuram encaminhar a questão do endividamento externo do Continente de forma abrangente, com base em interesses recíprocos e com uma visão política voltada para a estabilidade do longo prazo.

Se nossas prioridades em matéria econômica internacional parecem estar condicionadas pelos graves problemas financeiros que afetam o Continente, não devemos esmorecer nos esforços pela integração regional. Não há dúvida de que ela será facilitada enormemente pela solução do impasse financeiro. Mas ela é também, ao mesmo tempo, um instrumento poderoso no encami-

nhamento de soluções para os problemas que enfrentamos.

Temos portanto diante de nós a tarefa urgente de aprimorar os mecanismos com que nossos países contam para promover a integração regional. Será preciso mostrar vontade política para manter esse processo. Desde já, reafirmo a prioridade que o Brasil confere aos seus compromissos com o processo de integração econômica e liberalização comercial da América Latina e com os mecanismos previstos no Tratado de Montevideu de 1980.

O reforço das relações econômicas e comerciais entre os países do Continente permitiria reduzir a vulnerabilidade dos países da América Latina à crise internacional. Não é essa uma idéia utópica ou desvinculada da realidade. Basta examinar as estatísticas para verificar o imenso potencial inaproveitado que existe no comércio intra-regional e que possibilitaria substancial incremento nas relações comerciais entre os países da região.

Senhores Representantes,

Muito se tem falado sobre as vantagens da integração econômica para a América Latina. É preciso compreender que esse processo evolui lentamente, na mesma medida em que crescem nossas economias e aumenta sua complementaridade. A ALADI é um foro duplamente importante, por sua feição como órgão negociador, portanto voltado para o futuro, e como órgão implementador, integrado ao presente. É também uma entidade basicamente multilateral, mas cuja flexibilidade abriu uma dimensão importante para as consultas e os acordos bi-

laterais entre os Estados-Membros. De nossa capacidade de equilibrar essas múltiplas vocações de nosso organismo de integração regional dependem o seu êxito e a sua efetividade.

Rendo aqui, na pessoa dos Representantes dos povos latino-americanos, minhas homenagens a todos os que buscam fazer desta Associação a concretização de um nobre ideal bolivariano. Como todos os demais que acalentaram nossos povos, esse ideal tem como inspiração uma grande vocação de liberdade. Nossa tarefa é fazer dele uma realidade cada vez mais atuante em nossa vida política, econômica e social.

O Brasil, tenham a certeza, estará sempre presente nessa tarefa.

14 DE AGOSTO
CASA DE GOVERNO
MONTEVIDÉU-URUGUAI
PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA AS-
SINATURA DE ATOS BILATERAIS

Esta solenidade conclui de forma expressiva as conversações que mantive com Vossa Excelência no decorrer desta minha estada em Montevideu. Os atos bilaterais que acabamos de firmar homologam na prática o perfeito entendimento político entre nossos governos, que saem fortalecidos deste encontro.

Esta visita é um encontro de vontades políticas que se reflete sobre diversas dimensões da nossa existência.

A primeira dessas dimensões provém de nossa integração dentro da América Latina, Continente que representa a nossa circunstância mais imediata.

Hoje, a vida latino-americana se enriquece com a redemocratização e a volta da liberdade e da participação, recriando entre os seus povos vínculos mais profundos e autênticos.

Senhor Presidente,

O Uruguai sempre figurou aos olhos dos brasileiros como um exemplo de tradição democrática e de compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar de seus filhos. Essa tradição renasce hoje, vigorosa, sob a indiscutível liderança de Vossa Excelência, cujas qualidades de estadista e democrata ligado aos ideais mais caros de seu povo, ficaram demonstradas desde o primeiro momento de sua presença à frente do governo de seu país.

A história e a cultura uruguaia são ricas de realizações que enaltecem a América Latina. Não bastasse a grandeza épica de Artigas na Consolidação da Nacionalidade Oriental, a longa trajetória de estabilidade política e social, que marcou profundamente a sociedade uruguaia, constitui um exemplo e uma inspiração para o Continente.

Essa admiração se estende também ao campo das Artes e das Letras, em que o Uruguai sempre esteve na primeira linha. A força épica e profundamente humana da narrativa de Horacio Quiroga, marco clássico da revolução das Letras em nosso Continente; a prosa viril de Mario Benedetti; o humanismo universal de Onetti, que o alçou à condição de um dos maiores escritores vivos da América Latina; a poesia tão genuinamente latino-americana de *Juana de América* — são apenas alguns exemplos da presença admirável da cultura uruguaia nas letras da América Latina.

Não posso deixar de recordar aqui a grande lição de idealismo que nos dá José Enrique Rodó com seu imor-

tal *Ariel*. A valorização das nossas raízes e a reivindicação de uma identidade própria para a América Latina ganham hoje uma dimensão da maior importância na luta de nossos países pela promoção de seus valores e aspirações. Contribuição decisiva da inteligência uruguaia para o pensamento latino-americano, o *Ariel* de Rodó impressiona pela atualidade das duas preocupações humanísticas, que devem traduzir-se em políticas educacionais e culturais em nossos países nesta etapa crucial da nossa afirmação.

Senhor Presidente,

A decisão de estreitarmos ainda mais os expressivos laços de amizade e cooperação entre nossos países tem como pano-de-fundo uma difícil situação econômica e política. De certa forma, tentamos, naquilo que nos é possível, compensar por meio de relações fluidas e mutuamente benéficas as graves limitações que o cenário político e econômico internacional nos impõe.

As distorções do sistema financeiro internacional, aliadas à injusta distribuição dos benefícios do comércio, produzem desequilíbrios e ameaças à paz e à estabilidade da comunidade internacional.

A América Latina não tem sido imune a esse processo. A crise a que assistimos na América Central, de profundas raízes estruturais internas, é agravada pelo empobrecimento e desesperança decorrentes dos problemas da economia mundial, gerando um campo fértil para a instabilidade e a confrontação.

Da mesma forma, o dogmatismo de querer promover o reajuste econômico com fórmulas politicamente in-

sensíveis cria riscos intoleráveis à coesão social. A paralisação do esforço pelo desenvolvimento, seja ela devida a conflitos civis ou a políticas recessivas, é o grande mal que temos de conjurar em nosso Continente.

Nossos países têm dado mostras de saber encaminhar soluções próprias, latino-americanas, para esses problemas. No campo político, a iniciativa de paz de Contadora vem conseguindo, com incansáveis esforços e o apoio quase unânime da comunidade internacional, preservar o processo negociador que permitiu conter a violência e a confrontação dentro de certos limites. Nossos governos acabam de dar, uma vez mais, seu mais decidido respaldo político a Contadora. Nas conversações que mantive com Vossa Excelência, ficou claro que, na medida das nossas possibilidades e no interesse de todos os países participantes do processo, estamos prontos a colaborar com o esforço de conciliação e de negociação.

No campo econômico, o consenso de Cartagena, de que a Chancelaria uruguaia desincumbe-se atualmente com tanta eficiência como Secretaria *pro tempore*, tem-nos permitido chegar a posições equilibradas sobre a grave questão do endividamento externo. Sem qualquer ânimo de confrontação, temos apontado a necessidade de soluções consensuais e de longo prazo, no interesse comum de devedores e credores, sem perder de vista o contexto político e social em que devem atuar nossos governos.

Senhor Presidente,

O Brasil e o Uruguai compartilham um sentimento de crescente identidade de interesse e de uma mesma e profunda vocação democrática.

Esse sentimento afiança nosso trabalho conjunto de ampliar e dinamizar o já diversificado campo das nossas relações bilaterais e de aprofundar o diálogo político, no seu mais alto nível.

Trouxe ao Uruguai a determinação brasileira de inaugurar uma nova era nas relações com este país irmão e encontrei em Vossa Excelência o melhor e mais interessado interlocutor. Essa nova era, ao levar em conta as limitações que a conjuntura presente nos impõe, pretende fazer uso da criatividade de nossos povos para superar as dificuldades que afetaram algumas áreas do nosso intercâmbio e da cooperação bilateral.

Nossa visão deve necessariamente amparar-se em base de sólido realismo. Não estamos preocupados exclusivamente com questões de curto prazo, mas sim com a construção do futuro de nossas relações. Temos que ter em mente que a crise não há de ser eterna. A reconstrução dos níveis de intercâmbio que alcançamos em anos recentes é tarefa que se inicia desde já.

Estamos atualizando nossas relações à luz da participação popular em todas as instâncias de decisão de nossos governos.

A integração fronteiriça parece-me um dos setores onde mais expressiva se faz essa nova dimensão. Diretamente interessadas nos mecanismos que aprimorem sua profícua convivência ao longo da fronteira comum, as populações daquela área têm sabido encaminhar, pelos canais de participação democrática, as suas aspirações. Esse exemplo tende a ampliar-se para outros domínios, dando assim mais legitimidade à ação governamental.

Senhor Presidente,

Considero esta visita um êxito animador sob todos os pontos-de-vista. Ela veio somar, ao diálogo que já se iniciara quando da sua estada em Brasília em março e abril últimos, conversações da mais alta importância e passos concretos no sentido de dinamizar a cooperação e o intercâmbio bilaterais.

O diálogo político entre nossos governos sobre temas vitais como a dívida externa e a América Central vem dar impulso novo e decisivo à procura de respostas genuinamente latino-americanas aos desafios do Continente.

A troca de impressões sobre a nossa experiência democrática e de aperfeiçoamento institucional é para mim da maior relevância. Aprendi muito no decorrer das conversações francas e abertas que sobre essa questão decisiva mantive com Vossa Excelência. Saio pessoalmente enriquecido, confiante em que a democracia na América Latina é um exercício de participação que ganha com os contatos entre os governos e as instituições democráticas de nossos países.

No plano das realizações concretas, muito há a ressaltar.

O propósito de dar estabilidade às compras brasileiras de carne e outros produtos uruguaios vem acrescentar solidez às relações comerciais bilaterais, caracterizadas por tendência dinâmica ao equilíbrio. Apoiado em acordos eficazes negociados principalmente no âmbito da ALADI, como o Acordo de Alcance Parcial nº 35 e o Protocolo de Expansão Comercial, o comércio bilate-

ral é um dos instrumentos mais poderosos para dar viabilidade ao nosso desenvolvimento econômico.

A constituição da Comissão-Geral de Coordenação põe à disposição dos dois governos um foro efetivo de coordenação e consulta nas variadas áreas do intercâmbio e da cooperação bilateral. Representa uma decisão política da mais alta relevância, ao tornar permanente um canal de diálogo em nível ministerial entre os dois países.

A reativação dos trabalhos da Comissão da Lagoa Mirim representa outra medida concreta de relevo, ao contemplar uma área de grande potencial de crescimento de nossa fronteira. Voltam assim à consideração dos nossos governos projetos essenciais ao desenvolvimento da região, que procuramos levar adiante na medida das nossas disponibilidades.

A cooperação científica, técnica e cultural é setor onde ainda existem grandes possibilidades de aproveitamento. Nossos países têm muito a oferecer-se mutuamente. Não esqueço aqui as palavras do próprio Rodó, que em seu *Ariel* externava este pensamento de imensa atualidade: «A democracia e a ciência são, de fato, os dois insubstituíveis suportes sobre os quais nossa civilização descansa.»

A base institucional das nossas relações bilaterais sai fortalecida com a assinatura destes atos, que conferiram substância prática a este encontro. Estamos dando um passo decisivo para colocar o intercâmbio e a cooperação entre nossos países à altura desta nova era que se inaugura na nossa convivência.

Senhor Presidente,

Conscientes da importância de nossa ação internacional, nossos países têm procurado atuar de forma construtiva, tentando levar a conciliação onde há ameaça de confronto ou radicalização. Nações pacíficas, voltadas para a construção de seu futuro, Brasil e Uruguai dão, com este encontro, uma contribuição real à consolidação de suas democracias como um instrumento a serviço das aspirações de seus povos.

Firmamos aqui, juntamente com estes atos, o compromisso simbólico de não esmorecer nesta ação conjunta.

14 DE AGOSTO
INTENDÊNCIA MUNICIPAL
MONTEVIDÉU-URUGUAI
ENTREVISTA COLETIVA DO PRESI-
DENTE JOSÉ SARNEY À IMPRENSA

Presidente José Sarney:

Desejo, antes de iniciar esta entrevista, agradecer aos meios de comunicação do Uruguai a forma extremamente dinâmica e competente como têm coberto esta minha passagem. Têm contribuído bastante para melhor compreensão dos nossos países e, ao mesmo tempo, para um relacionamento bem melhor entre os nossos povos. Muito obrigado.

Pergunta

Senhor Presidente, a pergunta tem a ver com a dívida do Brasil com o Fundo Monetário Internacional, mais especificamente com os bancos credores. É nesse sentido que queremos saber se o Brasil aplicará um critério seletivo, de inclusão dos países que dêem mais facilidade para negociar a dívida externa, pela qual vocês estão lutando.

Presidente José Sarney:

A posição do Brasil sobre a dívida externa está bem definida. Consideramos que devemos tratar o problema da dívida em dois patamares absolutamente distintos. Um patamar diz respeito à negociação de natureza financeira, que temos com os nossos credores. Nesse patamar se inclui, sem dúvida, a negociação com o FMI e também a negociação com os bancos, o acordo com os bancos. E outro patamar, que é o patamar político, que consideramos extremamente importante e diretamente relacionado com o aspecto financeiro. O patamar político é aquele de que nós não podemos abdicar de nenhuma maneira, e que nos foros internacionais vai fixar o ponto-de-vista segundo o qual a dívida externa não pode ser paga com a manutenção de uma ordem econômica como atualmente existe, porque as formas de protecionismo evitam a expansão do livre comércio, e, por outro lado, o direito que têm os países desenvolvidos de aumentar unilateralmente os juros da nossa dívida, cria situações absolutamente insuportáveis para os nossos povos. Por outro lado, consideramos inadmissíveis a obrigação de nossos países de cada vez mais serem instados a uma política econômica voltada exclusivamente para gerar saldos comerciais destinados ao pagamento da dívida. A prioridade que devemos ter é a prioridade do crescimento econômico, a prioridade de dizer não a qualquer tipo de recessão.

Pergunta

Senhor Presidente. O Senhor disse ontem, na Assembléia-Geral do Uruguai, que a dívida não será paga

nem com a recessão, nem com desemprego, nem com fome, nem com democracia. Como um contrato de crédito é uma questão bilateral, as responsabilidades são iguais para quem concede e para quem contrai a dívida. Pergunto, Senhor Presidente, se os nossos credores internacionais não aceitarem as nossas propostas de composição das dívidas, o Brasil poderá chegar ao rompimento com o FMI?

Presidente José Sarney:

O Fundo Monetário Internacional é uma entidade da qual o Brasil foi fundador. Basicamente, nós temos a obrigação, como todos os países que dele fazem parte, de anualmente estabelecer um sistema de consultas sobre o andamento da nossa economia. Mas, evidentemente, o Fundo Monetário Internacional, que foi feito, que foi criado para resolver questões cambiais de curto prazo, transformou-se numa espécie de auditor internacional e, nesse sentido, tem alguns critérios, critérios esses dos quais divergimos. E nós estamos tendo uma difícil negociação com o Fundo Monetário Internacional, sobretudo porque o ponto-de-vista do Brasil é realmente o de que nós não podemos aceitar, em nenhum momento, qualquer política recessiva. Ahamos que, sem crescimento econômico, nenhum país pode cumprir os seus compromissos, nem internos, nem externos. A política da recessão é a pior política para os países subdesenvolvidos, porque a recessão leva, inevitavelmente, ao desemprego. Ela leva à estagnação da economia, leva à convulsão social, e essa convulsão social tem quase sempre desembocado em crises institucionais. Por isso, eu tenho dito,

em relação ao meu País, ao Brasil, que o Brasil não é um risco econômico. As potencialidades do País são grandes, mas pode ser um risco político se nós não tivermos a consciência histórica do que o País representa, e não defendermos intransigentemente o direito de o País manter o seu nível de desenvolvimento econômico.

Pergunta

O que eu quero perguntar ao Senhor, Presidente José Sarney, é se em sua reunião com o Presidente Sanguinetti se avaliou a possibilidade de levar a cabo ações concretas de solidariedade e apoio com os regimes, quem sabe talvez não democráticos, da América do Sul, dado que o contexto da declaração de ambos se depreende uma reafirmação do espírito democrático da América Latina?

Presidente José Sarney:

Acho que basicamente o fato de a prioridade do Brasil, em matéria de política internacional, ser hoje a América Latina, e conseqüentemente o Presidente do Brasil começar essa nova etapa visitando o Uruguai, é uma demonstração de que nós consideramos que, conjuntamente, hoje temos realidades que são de todos nós. E esse grande elo de ligação, hoje, da América Latina é realmente o renascimento democrático. Devemos fazer um esforço conjunto de consolidação da democracia na América Latina. Acho que, ao longo de nossa História, em poucos instantes tivemos uma situação tão idêntica quanto a que agora vivemos. Todos nós estamos viven-

do um renascimento, um período de grandes esperanças na consolidação do regime democrático. E o que desejamos é que esta era seja realmente uma era definitiva e uma marca permanente do grande caminho das liberdades individuais, dos direitos humanos, das liberdades civis e de um fortalecimento institucional de nossos países.

Pergunta

Senhor Presidente, fora dos aspectos protocolares, qual foi o saldo mais positivo de suas conversações com o Senhor Presidente Sanguinetti?

Presidente José Sarney:

Devo dizer que considero a minha visita ao Uruguai como um início de uma nova etapa no relacionamento de nossos dois países. Desejamos que o nosso relacionamento seja agora marcado, não pelo critério da acidentalidade, em que as nossas relações eram episódicas e quase sempre marcadas por instantes de crises, quer fossem no terreno político, quer fossem na área econômica. Quase sempre o Brasil tem se valido das suas trocas comerciais, em relação ao Uruguai, para estabelecer trocas que se destinam a regular o mercado interno em momentos de descompensação. Nós desejamos, então, que essas relações agora sejam marcadas por um permanente desejo, e, ao mesmo tempo, efetiva realização de uma política que possa ter bases sólidas e definitivas, e que não tenha, de nenhu'a maneira, a marca da circunstância. Levo do Uruguai a consciência da visão de que o

Senhor Presidente Sanguinetti está deseioso de que esse nosso relacionamento seja, agora, marcado por uma nova visão. Por outro lado, no terreno político, desejamos estabelecer uma permanente troca de idéias com o Uruguai e com os países da América Latina, sobre posições que possam ser posições conjuntas de nossos países na discussão dos problemas multilaterais.

Pergunta

Senhor Presidente, o Senhor acredita que ainda será possível ao Brasil firmar um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional este ano? E em caso positivo ou negativo, que importância o Senhor atribui a isso no contexto da renegociação da dívida brasileira?

Presidente José Sarney:

O nosso acordo com o Fundo Monetário Internacional não foi firmado, justamente por não vir de encontro aos nossos pontos-de-vista. Porque o Brasil, como eu disse e devo repetir, manteve e tem mantido uma posição de não admitir, de nenhuma maneira, abdicar de dois pontos importantes. O primeiro deles é um crescimento de 5% ao ano na nossa economia. E esse ponto-de-vista é básico. Por outro lado, nós também, no exercício da nossa soberania, adotamos os reajustes que considerávamos que eram suportáveis. Posteriormente levamos nossa posição ao FMI e, até hoje, não chegamos a um acordo. A posição do Brasil é realmente a de manter-se absolutamente firme nessa decisão de que, no exercício dos nossos interesses, da nossa soberania

nia, esses ajustamentos que estão sendo feitos sejam ajustamentos feitos por nós. Mas estamos dispostos a continuar nas negociações com o Fundo sem abrir mão desses pontos-de-vista que são pontos-de-vista para nós inegociáveis, porque não podemos negociar o crescimento econômico do País.

Pergunta

Como definiria, Senhor Presidente, as semelhanças ou diferenças entre o atual plano de reforma agrária com o plano que tentou João Goulart, Presidente em 1963-64? (repetindo a pergunta) uma estimativa comparativa e histórica, no Brasil, de seu plano atual de reforma agrária com o plano de reforma agrária tentado em 63-64 pelo Presidente João Goulart?

Presidente José Sarney:

A Reforma Agrária é uma decisão que foi tomada pela Aliança Democrática (que é o conjunto de forças constituído para a eleição do Presidente Tancredo Neves, chapa na qual eu fui candidato a Vice-Presidente), e nesse compromisso acertamos que um ponto fundamental do Governo seria a implantação da Reforma Agrária no País. Nós não vamos recuar desse compromisso. E a Reforma Agrária no Brasil está sendo feita não para gerar violência, não para atingir o direito de propriedade, mas para restabelecer a justiça no campo, para evitar violência no campo, para evitar o êxodo rural e, por outro lado, para promover uma justiça nessa área, que sem dúvida é uma das áreas mais castigadas pela miséria

no País. E nesse sentido o Governo está cumprindo as suas etapas. Neste instante, nós estamos recebendo sugestões para o I Plano Nacional de Reforma Agrária e a partir do próximo mês, uma vez avaliadas essas sugestões, nós deflagaremos o processo em nível de execução.

Pergunta

Senhor Presidente, o General Vernon Walters, representante dos Estados Unidos na ONU, disse que não descartava que seu país pudesse intervir militarmente na Nicarágua. Como julga o Senhor esses conceitos, sobretudo levando em conta que tanto o Uruguai como o Brasil decidiram respaldar as gestões que estão sobre esse tema o Grupo de Contadora?

Presidente José Sarney:

A posição conjunta do Brasil, do Uruguai e da Argentina tem sido extremamente positiva em relação à política da América Central. Temos todos defendido o ponto-de-vista de que de nenhu'a maneira devemos perder a possibilidade de uma solução negociada para o problema da Nicarágua. Não admitimos de nenhum modo qualquer fórmula de violência na solução do problema da América Central. E o Grupo de Contadora tem sido o foro natural que temos buscado para solucionar esse problema e, embora nossos países não façam parte do Grupo de Contadora, o nosso desejo tem sido o de fortificar esse Grupo de modo que ele possa cumprir com sua finalidade. Neste momento, estamos tentando revitalizar o Grupo de Contadora com algumas provi-

dências efetivas de modo que ele possa contribuir de maneira decisiva para o restabelecimento de uma política de paz na área da América Central.

Pergunta

Senhor Presidente: acredita-se que, para uma negociação política da dívida externa dos países latino-americanos, seria necessária uma ação conjunta, um bloco de países devedores. O Senhor ainda acredita nessa possibilidade, com as dificuldades que os países latino-americanos encontram, por exemplo, por parte dos Estados Unidos, que resiste em reconhecer o Grupo de Cartagena?

Presidente José Sarney:

Na busca de uma discussão política da dívida, nós da América Latina criamos um foro, e esse foro é o foro de Cartagena, além de todos os outros em que cada um de nós possa exercer influência e, ao mesmo tempo, o nosso poder de denúncia. Nosso interesse é o de fortalecer Cartagena, de modo que ele possa cumprir, cada vez mais, a finalidade para a qual foi criado. Em relação à negociação conjunta do problema da dívida, temos grandes dificuldades pelas peculiaridades que tem, cada País, em resolver seus próprios problemas. Isso não evita que haja uma visão conjunta, que é a visão sobre a necessidade da criação de uma nova ordem política internacional. Este é o elo de unidade entre todos os nossos países no que se relaciona ao problema da dívida. Agora, sob o aspecto financeiro, como negocia-

ção conjunta, achamos difícil, pelo problema peculiar de cada país. Seria desejável, mas é impossível.

Pergunta

Em suas conversações com o Presidente Sanguinetti se abordou o tema da situação da zona contestada conhecida por Rincón de Artigas? E, se não se conversou sobre o tema, o assunto se encontra na órbita dos respectivos Ministérios das Relações Exteriores?

Presidente José Sarney:

Recebemos uma nota a respeito do Rincão de Artigas e essa nota foi encaminhada ao nosso Ministério das Relações Exteriores. Está sendo estudada e deveremos trazer ao governo do Uruguai uma resposta a esse respeito. Mas, devo ressaltar que, em nenhum momento da vida dos nossos países, essa divergência foi capaz de tol- dar o relacionamento entre as populações de nossas fronteiras, onde há uma comunhão de interesses, uma comunhão perfeita entre o povo uruguaio e o povo brasileiro. A fronteira do Brasil com o Uruguai é mesmo um exemplo de convivência. Cidades que são quase cidades comuns, em que os nossos povos vivem em absoluto sistema de uma grande e fraterna convivência.

Pergunta

Senhor Presidente. O Senhor falou sobre a necessidade de se criar uma nova conjuntura no âmbito econômico internacional para melhorar a situação dos países subdesenvolvidos. Quais seriam os instrumentos para

que isso se concretize, haja visto que há muito tempo as nações da América Latina vivem uma situação de jugo sob os países industrializados?

Presidente José Sarney:

Nós constatamos que o sistema atual tem penalizado profundamente as nossas economias. Estamos vendo nos jornais uruguaios, e também do Brasil, um balanço das quedas do nosso comércio internacional. Ora, toda a economia poderosa do mundo desenvolvido está voltada para que as nossas economias possam gerar saldos comerciais, saldos estes que são canalizados para as economias mais fortes. Por outro lado, o preço das nossas matérias-primas é mais baixo. Os países mais desenvolvidos cada vez mais fecham as suas portas ao livre comércio. As leis protecionistas impedem o acesso de nossas exportações a esses mercados. Na área financeira, o estabelecimento de juros é uma decisão exclusiva desses governos, sem nenhuma ingerência de nossa parte. Ora, esse sistema, na nossa área, nos faz ficar absolutamente indefesos. A sensibilidade de todos nós, políticos, que temos a responsabilidade do Governo dos nossos países, é de que um sistema dessa natureza não vai funcionar por muito tempo. Ele não pode funcionar por muito tempo, porque traz, primeiro, o germe de uma grande injustiça; e, segundo, a inviabilidade de sua manutenção, porque, no fundo, não atinge os resultados para os quais ele se propõe. A pobreza, a debilidade econômica das nossas áreas, sem dúvida, irão corroer a própria economia dos países desenvolvidos. Daí a necessidade de uma modificação dessa ordem internacional, e a nossa

proposta, a proposta de todos nós, da nossa área, da América Latina — e nesse sentido nós discutimos com o Presidente Sanguinetti — é de que não é uma proposta de natureza ideológica. Nós não estamos interessados em politizar o problema econômico. Não estamos interessados em transformar a dívida externa, ou esta situação, num instrumento de uma confrontação Leste/Oeste. Não estamos interessados em estabelecer impasses. Mas nós estamos conscientes das nossas responsabilidades, da visão dos nossos interesses. E é essa visão das nossas responsabilidades, dos nossos interesses, que nos leva a essa denúncia, de que essa ordem econômica internacional, que aí está, tem um germe da injustiça, e essa injustiça não vai poder perdurar.

Pergunta

Senhor Presidente. O Presidente Sanguinetti e o Presidente Alfonsín já manifestaram a disposição de enviar soldados à América Central, numa força de paz que está sendo projetada para vigiar uma zona de segurança entre a Nicarágua e a Costa Rica. Gostaria de saber se o Governo brasileiro também estaria disposto a participar dessa força de paz?

Presidente José Sarney:

Eu acho que são hipóteses que foram levantadas, mas nenhuma ainda no terreno das coisas concretas com relação a providências a serem tomadas na América Central, de modo a restabelecer a paz. Eu acredito que não é do espírito do Brasil a participação de uma força internacional, e da nossa participação dessa força inter-

nacional. Teríamos muitas dificuldades internas para participar de uma medida dessa natureza. Mas eu acho que temos outras formas de ajudar numa solução pacífica para a América Central. E, para ajudar, o Brasil está disposto a contribuir com o seu prestígio, a sua voz e a sua ação diplomática, sem que necessariamente ele participe de qualquer força internacional.

Pergunta

Senhor Presidente, qual a sua opinião a respeito das bases militares construídas nas Ilhas Malvinas e agora, também nas Ilhas de Páscoa?

Presidente José Sarney:

A posição do Brasil é de total solidariedade à Argentina, reconhecendo a sua soberania sobre as Malvinas e, ao mesmo tempo, a nossa disposição de colocar o nosso País a serviço de uma solução que possa vir a ser encontrada, também dentro do próprio espírito da nossa diplomacia, ao longo do tempo, de soluções negociadas, de soluções pacíficas.

Pergunta

Senhor Presidente, o Presidente uruguaio, durante a assinatura dos acordos, disse que as decisões tomadas com audácia provocam sempre resistências. Eu queria saber se esses acordos agora firmados entre o Uruguai e o Brasil vão sofrer algumas resistências de setores brasileiros e, em caso afirmativo, quais seriam esses setores.

Presidente José Sarney:

Eu acho que na área comercial todos nós sabemos que não só em relação ao Uruguai, mas qualquer acordo que seja feito, em qualquer setor, provoca sempre algumas resistências. Mas não são resistências que possam impedir ou prejudicar a realização desses acordos. Até mesmo porque há uma definição de que governar é resistir, e sempre que possa haver resistências o próprio Governo pode buscar uma solução mediadora, vencendo essa resistência. Porque temos um propósito muito mais alto nas nossas relações com o Uruguai. Estamos convencidos de que precisamos, cada vez mais, estreitar o relacionamento com os nossos vizinhos, em particular com o Uruguai, e fazer sacrifícios no restabelecimento de relações duradouras, sem a marca da acidentalidade, permanentes, e que sejam o início de um ciclo que, de etapa em etapa, possa fortalecer o Uruguai. Naquilo que o Brasil puder ajudar — eu devo repetir aquilo que disse ontem, como Presidente do Brasil — nós estaremos presentes.

Pergunta

Um dos pontos importantes dessa visita ao Uruguai foi o estabelecimento de um acordo entre dois governos para o desenvolvimento da fronteira entre os dois países, através de estímulos fiscais, com isenção de tributos dos dois lados, para a implantação de indústrias que beneficiem a região. Esta medida poderá ser estendida pelo seu Governo também à fronteira com a Argentina, Paraguai e Bolívia que estão juntos do Brasil?

Presidente José Sarney:

Nós estamos fazendo um acordo com o Uruguai, resolvendo um problema com a fronteira do Uruguai. Desejosos de uma normalização das nossas relações com o Uruguai. Seria difícil que num acordo entre nossos países pudéssemos tratar e decidir por outros países, embora o desejo permanente do Brasil seja o de, cada vez mais, melhorar o relacionamento com os nossos vizinhos. Nunca tivemos relações tão boas ao longo da nossa História com a Argentina e Uruguai, como estamos tendo neste instante. Então, devemos aproveitar esses ventos bons e consolidar essas relações, que são de extrema importância para o nosso Continente, para os nossos povos. Assinamos não só esses acordos como também a constituição de uma comissão-geral de coordenação; um acordo para criação de uma subcomissão de desenvolvimento conjunto, que é essa comissão da zona fronteira; um acordo para criação de uma outra comissão para cooperação científica, técnica e tecnológica; também uma outra comissão destinada ao setor cultural — na próxima semana a Senhora Ministra da Educação e Cultura já estará no Brasil para implementação desses acordos — um convênio zoossanitário, um ajuste complementar ao acordo básico de cooperação científica e técnica no campo da metrologia, da normalização e controle da qualidade industrial; com o revigoramento da Comissão da Lagoa Mirim; o protocolo adicional a um convênio cultural na área de rádio e televisão, trazendo a nossa experiência em matéria de televisão didática e televisão educativa; também um outro acordo no setor do ensino superior; e um ajuste básico de coopera-

ção no campo das comunicações; e a criação de uma subcomissão econômico-comercial, da Comissão-Geral de Coordenação Brasil-Uruguai. Também o acordo de fornecimento de carne, e a declaração conjunta em que nós estabelecemos os nossos pontos-de-vista sobre problemas que dizem respeito ao forum multilateral. Por outro lado, também comuniquei ao Presidente Sanguinetti o meu desejo de acompanhar pessoalmente a execução desses acordos, e de fazermos uma reunião em nível ministerial, no Brasil, para acompanhamento e execução dessas nossas intenções. Nosso desejo é que esses acordos não fiquem só nas intenções, mas que real e efetivamente possam demarcar uma nova etapa do relacionamento do Uruguai com o Brasil:

Pergunta

Senhor Presidente, precisamente são palavras do Presidente Sanguinetti, que afirmou ser esta uma nova era das relações entre Uruguai e Brasil. Por que o Senhor Presidente da Argentina não vê desta maneira? Por que ele não recebe como uma nova era?

Presidente José Sarney:

Porque saímos de um período em que o relacionamento do Brasil e também do Uruguai, e podemos estender esse conceito à própria Argentina, esteve num período, vamos dizer assim, de adormecimento, um período de hibernação, em que existiam as palavras, mas não existiam as ações. Nós atravessamos, em todos os nossos países, um período em que tínhamos problemas internos. Nós estávamos voltados mais para os nos-

sos problemas internos do que realmente para os nossos problemas externos. Hoje, há uma conjugação de identidade. Tanto o Uruguai e, no caso podemos dizer, também a Argentina e o Brasil, podemos pregar, externamente, aquilo que já estamos praticando internamente que é o exercício da democracia, a abertura, a participação, participação esta que achamos que não deve se limitar somente ao nosso nível interno, egoisticamente, mas devemos nos extrapolar numa unidade de bem maior, porque ela se destina a fortificar instituições, a restaurar na América Latina uma consciência da democracia, para que nossos povos não tenham mais e nem possam ter aqueles hiatos que foram tão terríveis para todos nós. E, nesse sentido, com essas relações colocadas nesse nível, evidentemente que os outros setores também florescem numa nova etapa, que é essa que estamos desejosos de inaugurar. Eu volto, particularmente, muito feliz desta minha visita ao Uruguai. Feliz pela compreensão que nós tivemos das nossas intenções e, de certo modo, pela alta distinção que recebemos do Governo do Uruguai e também do povo do Uruguai. Sentimos, no contato que fizemos também com a população de Montevideu, que há o mesmo clima. Há uma confiança de que todos estamos com as asas da liberdade protegendo, como um grande Deus, esta nossa nova caminhada.

Pergunta

Eu gostaria de saber se já existe uma posição formada do Governo brasileiro sobre o reatamento de relações diplomáticas com Cuba. E gostaria de saber que as-

pectos deste relacionamento estão sendo examinados. Se as razões são puramente políticas ou se existem razões mais específicas de segurança nacional.

Presidente José Sarney:

O normal entre as nações é que elas tenham relacionamento diplomático. A falta de relações é a anormalidade. Nós já tivemos a oportunidade de ressaltar esse fato. Quando o Brasil rompeu relações com Cuba, existia uma situação internacional que não corresponde mais ao momento atual. Nesse sentido, nós mandamos estudar o problema do reatamento de nossa relações com Cuba. Mas, de acordo com nossa legislação, temos que ouvir o Conselho de Segurança Nacional. Eu vou aqui repetir que o Presidente, o nosso saudoso e grande líder Tancredo Neves, ao responder a uma pergunta como esta na Cidade do México, teve a oportunidade de ressaltar que esse era um problema de segurança nacional e, quando ele disse que era um problema de segurança nacional, ele queria se referir ao fato de a nossa legislação obrigar audiência do Conselho de Segurança Nacional, sobre o reatamento de nossas relações, não somente com Cuba, como com qualquer outro país. E o processo atualmente está no Conselho de Segurança Nacional e acho que dentro de algum tempo, de um breve tempo, nós teremos uma solução a esse respeito. Mas, de nenhum modo, isso tem prejudicado o nosso modo de vida em relação à maneira de encarar o problema de Cuba. Nós temos tido delegações de natureza cultural, que têm ido a Cuba, e desportivas. Tivemos, também, delegações de parlamentares cubanos no Brasil e essas

relações vão se normalizando dentro de um clima de absoluta normalidade, sem qualquer conotação de paixão e protesto.

Pergunta

Senhor Presidente do Brasil, há, hoje, essa corrente de homens que se interessam pelo modus vivendi da negritude mundial. Muito respeitosamente, Senhor Presidente, pergunto: por que razão o Itamarati não tem, dentro de seu quadro de funcionários, um homem de minha raça?

Presidente José Sarney:

Eu acho que nós temos dentro dos quadros do Itamarati pessoas que não são da raça branca, mas é porque não temos nenhuma discriminação, no Brasil, em relação a credo, a raça e somos realmente uma democracia racial e nos orgulhamos muito de ser uma democracia racial. No caso presente, da política do *apartheid*, acabamos de assinar decreto estabelecendo sanções de natureza comercial, de natureza cultural, de natureza esportiva em relação à África do Sul. Se eu pudesse agregar um dado pessoal, eu diria que sou um veterano na luta contra o *apartheid*. Em 1961 eu era delegado do Brasil nas Nações Unidas e essa questão apenas começava na Comissão de Política Social e tive a oportunidade de fazer um veemente pronunciamento contra a política do *apartheid* na África do Sul.

Pergunta

Senhor Presidente, qual a postura atual do seu governo com relação ao problema racial da África e quais as possíveis sanções?

Presidente José Sarney:

Como tive a oportunidade de ressaltar, temos permanentemente exercido por todas as vias diplomáticas toda a pressão que é possível fazer na condenação da política do apartheid.

Pergunta

Presidente, qual foi o fato mais importante, ou quais foram os fatos mais importantes destas 48 horas de sua visita a Montevideú?

Presidente José Sarney:

Eu acho que o fato mais importante é a própria visita, porque dentro da visita estão situadas todas as relações e todas as etapas que nós nos propusemos a cumprir e é, como eu disse, o início de um melhor relacionamento com o Uruguai.

Pergunta

Senhor Presidente, gostaria de saber a opinião sobre a realização de manobras conjuntas entre as forças brasileiras e dos Estados Unidos quando da Operação Unitas.

Presidente José Sarney:

Nós há muitos anos fazemos manobras de adestramento conjuntas, não só com forças navais dos Estados Unidos, mas também com países da nossa região. Eu acho que apenas estamos cumprindo, dentro da normalidade, aquilo que fazemos há tantos anos, não só com os Estados Unidos, mas com outros países da América Latina.

Pergunta

Senhor Presidente, durante esta sua visita ao Uruguai, falou-se muito sobre a necessidade de uma maior integração dos países latino-americanos. Ainda nesta entrevista o Senhor afirmou que um dos elos da união entre os países latinos é o renascimento democrático. Em que medida a manutenção de alguns regimes autoritários, como o do General Stroessner, no Paraguai, do General Pinochet, no Chile, prejudicam esse esforço de unificação no Cone Sul?

Presidente José Sarney:

A política do Brasil tem sido sempre a de não-intervenção, a de respeito à autodeterminação dos povos e, para repetir coerentemente a posição do Brasil, expressa também pelo Presidente Tancredo Neves, em relação aos nossos partidos, os partidos políticos, eles têm todo o direito de examinar o problema sobre o ângulo de suas idéias. E nós não podemos de nenhuma maneira deixar de dizer que todos nós ficaríamos extremamente satisfeitos, desde que a democracia se fortificasse em todas as áreas do Continente.

1. The first part of the document is a list of names and titles, including "The Hon. Mr. Justice G. D. C. O'Connell, Chief Justice of the High Court of Justice, Ireland."

2.

3.

4.

5.

6.

7.

8.

9.

10.

11.

12.

13.

14.

15 DE AGOSTO
PALÁCIO DO PLANALTO
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA INS-
TALAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO
PARA A REFORMULAÇÃO DO SISTE-
MA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO

Esta é uma solenidade que eu considero da maior importância para o Governo. Importância que se reveste do prestígio que a ela está dando a presença de todos os Senhores, aqui trazendo a contribuição da reflexão profunda que todos têm, interessados na solução dos problemas habitacionais brasileiros.

O sistema habitacional brasileiro é um dos assuntos mais polêmicos deste País. As causas de suas dificuldades têm sido identificadas. Quando chegamos ao terreno das soluções, elas não têm aparecido com a mesma nitidez. O desejo do Governo, ao criar esta Comissão, é fazer um estudo em profundidade do problema habitacional, identificando causas do seu fracasso e procurando encontrar o caminho de soluções. Como o Governo tem presente, na sua orientação, que não é dono da sabedoria infinita, nem das soluções milagrosas, busca, neste

Grupo de Trabalho composto das pessoas mais representativas do setor, meditar, receber sugestões, avaliar desempenhos e sugerir soluções que possam ser soluções efetivas, com resultados que venham a aparecer e que sejam considerados bons para o sistema. Esta é a finalidade da Comissão.

Consideramos que o problema habitacional não tem somente o aspecto financeiro. Muitas vezes nós generalizamos na afirmação do Sistema Financeiro da Habitação, mas ele conta, sobretudo, com uma conotação social e esta conotação social também estará presente no estudo das soluções a serem encontradas pela Comissão ora criada. O Governo tem absoluta certeza de que assim procedendo está mantendo a sua linha de ouvir a sociedade, a fim de que ela tenha cada vez mais participação nas decisões, porque somente decisões consensuais podem ter sentido duradouro. As decisões que não são consensuais tendem a encontrar resistências e essas resistências anulam as motivações maiores que se possa ter no exame e no estudo de um problema. Assim, nós desejamos seguir um rumo definitivo ao encarar o problema habitacional do País e que as soluções não apresentem aquele caráter das providências que o Governo tem tomado neste setor, isto é, o caráter da accidentalidade.

Queremos realizar obra mais profunda, mais consistente e mais definitiva. Entregamos a Presidência da Comissão a um dos homens de maior experiência no setor público do País, que é o Dr. Rafael de Almeida Magalhães. E todos que fazem parte da Comissão são representativos dos seus setores. Nós muito esperamos do seu trabalho.

19 DE AGOSTO
PALÁCIO DO PLANALTO
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DE ASSINATURA DE CONVÊNIO ENTRE O
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E O
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O convênio de cooperação que integra a ação do Ministério da Ciência e Tecnologia e o da Agricultura, que assinamos hoje, é mais uma demonstração de que o Brasil amplia suas fronteiras tecnológicas, levando ao campo o amparo das últimas conquistas da Ciência.

A iniciativa possibilitará a aplicação ao setor produtivo dos resultados de 15 anos de pesquisa básica aplicada, desenvolvida pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE).

Através deste convênio, as técnicas de sensoriamento remoto e aferição meteorológica serão postas a serviço de entidades do Ministério da Agricultura, permitindo o controle, a previsão de safra e redução de perdas, o mapeamento de recursos florestais, a localização de cardumes, a previsão do tempo com margem firme de

segurança. Além de contribuir com dados seguros para a preservação do meio-ambiente, tão agredido em todos os quadrantes.

O custo da tecnologia aeroespacial aplicada à agricultura propiciará também a ação preventiva a flagelos naturais. Assim, através desses estudos, será possível desenvolver e aplicar a previsão do tempo a longo prazo, antecipando-se as medidas contra a seca no Nordeste, fenômeno que não parece ter saído das condições do que devia ser a Natureza.

O espectro da utilização dos satélites é por demais abrangente — desde o uso para telecomunicações até a meteorologia, a agricultura, o meio-ambiente, os transportes. Os esforços conjuntos e concentrados de vários órgãos, como o INPE, o INEMET, a EMBRAPA, a EMBRATER, o IBDF, a SUDEPE e Secretarias Nacionais de Planejamento Agrícola e Abastecimento, visam primordialmente, neste convênio interministerial, a atender objetivos de ordem econômica e social, com reflexos substanciais em nossas safras, na ação preventiva contra catástrofes que venham a ameaçar nossas populações.

Senhores Ministros,

Este é um ato que diz respeito diretamente à comunidade científica. Dar todo o estímulo a ela é um dever de Estado, pois é a comunidade científica que está na ponta da promoção das conquistas materiais, que exigem transformações sociais e impõem a elevação da qualidade de vida das pessoas.

O Governo não abrirá mão do apoio à Ciência e à Tecnologia. A par da preservação dos nossos valores

culturais, da exaltação das nossas tradições, deve-se acrescentar a preocupação com a política científica e tecnológica que abre o horizonte do nosso futuro como nação desenvolvida.

Encontramo-nos todos à porta do Terceiro Milênio e grandes e profundas são as preocupações com esse futuro que só nos tem sido apresentado como uma ficção científica.

No que se refere ao Brasil, declaramos que não legaremos às próximas gerações a herança de um descompasso científico que lhes dificulte a vida e as deixe à margem da História dos anos 2.000.

Iniciamos o processo de resgate dos nossos melhores cérebros, evadidos do País principalmente na última década. Essas inteligências hoje se unem na busca de resposta para problemas inquietantes. Não queremos continuar somente como aplicadores das descobertas tecnológicas que outros povos alcançaram e detêm com unhas de avareza.

Mais que a assinatura de um convênio, este ato constitui uma convocação à Ciência e aos cientistas, à inteligência brasileira, para o patrocínio do desenvolvimento nacional.

19 DE AGOSTO
PALÁCIO DO PLANALTO
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA AS-
SINATURA DO DECRETO QUE INSTI-
TUI O PROGRAMA NACIONAL DO LI-
VRO DIDÁTICO

O emprego, numa sentença, da palavra considerada insubstituível e única, não é apenas uma regra estilística. Ele também se impõe quando se quer definir um ato de Governo. Neste momento em que vamos assinar o decreto que institui o Programa Nacional do Livro Didático, não há para caracterizar a medida senão uma palavra: *redenção*.

A partir do instante em que esse decreto entrar em vigor, a sociedade brasileira estará realmente assistindo à redenção do livro didático, em todos os seus desdobramentos pedagógicos, sociais e cívicos.

Nenhum país poderá aspirar a um desenvolvimento pleno sem fazer da Educação o investimento básico do seu futuro. Nem estará em paz com a sua consciência social sem assegurar à população em idade escolar o acesso à educação básica. Ou seja: ao livro, ao ensino e

à escola. O que, afinal, não é uma generosidade do Governo, mas um direito de cada brasileiro, expresso na Constituição. E pensarmos que, no Brasil de hoje, 8 milhões de crianças em idade escolar não estão estudando, não estão aprendendo — porque estão sem escola e sem livros.

O Programa Nacional do Livro Didático é uma conseqüência natural dos compromissos governamentais assumidos na primeira hora pela Nova República, no programa Educação para Todos, que vem sendo desenvolvido pelo Ministério da Educação.

A reformulação dos critérios que regulamentavam a escolha e distribuição, pelo MEC, do livro didático de 1.º grau, era uma velha e justa reivindicação da sociedade brasileira como um todo, e do magistério público em particular.

Uma comissão de gabinete, em Brasília, embora composta de técnicos competentes, estava inevitavelmente sujeita a uma deformação de óptica de cada região escolar do País. E, naturalmente, não tinha condições de compatibilizar a sua escolha de livros com as necessidades efetivas de cada segmento escolar regional.

Senhoras e Senhores,

Durante muitos anos, e em muitos casos, o livro escolhido pelo MEC, e por ele gratuitamente distribuído, ficava posto de lado na escola, porque não atendia às conveniências de uso do professor, nem aos interesses de aprendizado do aluno. E, em lugar do livro que o MEC escolhia para o professor, o professor tinha de escolher o livro que o MEC não escolhera.

O Programa Nacional do Livro Didático porá fim a esse tão equívoco e inutilmente oneroso sistema de atendimento bibliográfico escolar ao aluno carente — inclusive porque o aluno carente, não utilizando o livro do MEC, tinha de comprar o livro adotado pelo professor em função do interesse educativo comum do professor, do aluno e da escola.

A escolha do livro, de agora em diante, será feita pelo professor. É esse o caminho mais correto, mais inteligente e mais prático para uma efetiva ação pedagógica.

Segundo expresso no decreto, o «Programa Nacional do Livro Didático será desenvolvido com a participação dos professores do ensino de 1.º grau, mediante análise e indicação dos títulos dos livros a serem adotados». E a seleção «far-se-á por escola, série e componente curricular, devendo atender às peculiaridades regionais do País».

A Nova República preservará, na execução pelo MEC do Programa Nacional do Livro Didático, o fortalecimento da empresa privada. Nada de estatização do livro. Nos programas editoriais do Governo, os editores serão democraticamente parceiros do Governo.

No seu trabalho de aula com o livro, o professor terá condições de o manter sob permanente e necessária avaliação, em função da dinâmica do uso. Eventuais sugestões serão publicadas no boletim da FAE e encaminhadas ao editor, que as inserirá nas edições subseqüentes do livro.

Em 1986 serão distribuídos 30 milhões de livros a todos os alunos de escolas públicas do primeiro grau, da 1.^a a 8.^a séries. Será a maior distribuição até hoje feita pelo Governo. E, também, a mais eficaz e a mais pedagogicamente rentável.

A substituição abusiva do livro didático, a cada ano, era outra reformulação desde muito tempo reivindicada junto ao Governo pela sociedade brasileira. Se, num mundo em constante mudança, o livro didático terá fatalmente de sofrer mudanças, no correr do tempo, nem por isso se justificará que ele mude todos os anos, antes mesmo que mudem as coisas. Mudar todos os anos o livro, mudar o livro simplesmente por mudar, não é política pedagógica, mas política editorial. Não é necessidade educativa. É luxo de educação.

O Programa Nacional do Livro Didático institui o livro reutilizável, que tornará possível o uso de um livro nos anos subseqüentes, através dos bancos de livros, onde em cada escola serão depositados os livros gratuitamente distribuídos pelo MEC, e onde, a cada ano, na mesma série, serão utilizados por alunos diferentes.

O livro não é do aluno, mas da escola, o que é u'a maneira de ele ser de todos os alunos. O aluno terá assegurado, enquanto o estiver usando, aquilo que se poderia chamar a posse social do livro.

A duração do conteúdo de um livro independe do aluno. Mas, unicamente dele dependerá a durabilidade do livro que vai usar para estudar e aprender. A redenção do livro didático, na linha de renovação dos critérios sociais e educativos do processo de fortalecimento

da ação pedagógica no ensino de primeiro grau, reclama os esforços de toda a sociedade brasileira, de cada pai e de cada aluno. O Presidente da República confia em que, no esforço de todos nós, do povo e do Governo, o aluno brasileiro faça a parte que lhe cabe: estudando, aprendendo, mas também zelando pela conservação do livro que lhe poremos nas mãos com o pensamento voltado para o futuro da Pátria.

Agradeço a presença de todos e é com a maior satisfação que falo sobre livros, que é o maior e melhor companheiro da vida toda, porque livro didático, eu acho que é todo livro. Todo livro é didático. Este é mais didático ainda.

20 DE AGOSTO
SALA MARTINS PENA
— TEATRO NACIONAL
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA INS-
TALAÇÃO DA II CONFERÊNCIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA AMÉRI-
CA LATINA — CASTALAC

É com grande alegria que abro a Segunda Reunião de Ministros de Ciência e Tecnologia dos países da América Latina e do Caribe. Ao dar as boas-vindas a todos os participantes desta Conferência, peço-lhes serem os portadores da mensagem de amizade e confiança que dirijo a todos os povos do Continente, aqui tão dignamente representados. Saúdo igualmente, na pessoa do seu diretor-geral, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, cujo espírito de cooperação e decidido empenho na causa do progresso e da paz presidem a este encontro.

A realização desta reunião em Brasília, reveste-se, para nós, de profundo significado. Produto de um grande esforço nacional, Brasília representa para os brasileiros a firme determinação de construir o futuro a partir de soluções próprias, que combinam a criatividade com

o imperativo de dar um curso pessoal ao desenvolvimento do País. Ao receber, sob a égide da UNESCO, os representantes das áreas de Ciência e Tecnologia de nossos países, Brasília associa-se a um expressivo projeto de aperfeiçoamento das nossas sociedades por meio da cooperação fraterna do intercâmbio franco e sincero de experiências e pontos-de-vista.

Senhores Ministros,

A Conferência que aqui se abre retoma uma iniciativa que teve origem vinte anos atrás, quando se realizou a primeira CASTALAC. Desde então, o Mundo em geral, e o Continente em particular, passaram por profundas transformações políticas e econômicas. Essas transformações encontram uma de suas maiores expressões na aceleração do desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia, que abriram novos campos de atuação e passaram a afetar, como nunca antes na História, a vida de todos os habitantes do Planeta.

Não resta dúvida de que a Ciência e a Tecnologia são hoje temas centrais das relações intercontinentais. Demonstram-no a grande ênfase que projetos de desenvolvimento científico e tecnológico adquiriram até mesmo nas nações tradicionalmente mais adiantadas. Comprovam-no entre muitos outros fatos, as prioridades atribuídas pela nova liderança soviética ao desenvolvimento de tecnologias de ponta aplicadas a todos os setores da vida econômica; a ênfase do Governo norte-americano em novos programas tecnológicos; o empenho e a determinação com que os países da Europa pro-

curam, por meio do Projeto EURECA, encetar um grande esforço coletivo e aberto para acompanhar o impulso da Tecnologia nas superpotências.

Os temas científicos e tecnológicos passaram a ocupar espaços cada vez maiores na agenda internacional. Do Diálogo Norte/Sul, em suas múltiplas modalidades, à Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, o progresso na Ciência e na Tecnologia e as formas de operar a sua transferência para os países em desenvolvimento passaram ao primeiro plano nas preocupações de todos nós. Os organismos internacionais dedicam-se com empenho cada vez maior aos avanços que ocorrem nessa área da atividade humana, atendendo à codificação de regras que assegurem a utilização desse progresso em benefício de toda a Humanidade.

Assistimos, nos países desenvolvidos, a uma progressiva substituição das formas tradicionais de produção em favor de sistemas em que o progresso científico e tecnológico vem operando uma verdadeira transformação na economia de escala e na vocação do parque industrial, provocando uma nova distribuição internacional do trabalho. Não creio incorrer em exagero ao afirmar que assistimos hoje à Terceira Revolução Industrial, cujo impacto é global e afeta não apenas a economia de todos os países, provocando muitas vezes desequilíbrios, mas as próprias relações entre as nações e a vida particular dos cidadãos.

Senhores Ministros,

A América Latina e o Caribe não podem ficar à margem desse processo que veio para mudar o curso da

História. Profundamente marcados por sua herança histórica, nossos países não podem permitir que a revolução científica e tecnológica em curso contribua, pela sua marginalidade no processo, para retirar-lhes definitivamente toda participação no processo decisório mundial.

O desenvolvimento científico e tecnológico é, sem dúvida, produto de uma profunda herança histórica, econômica e cultural. Ele se nutre, entretanto, de grande dose de determinação e de empenho das sociedades que o produzem.

Não podemos esquecer a lição de grandes civilizações do passado. Muitas vezes responsáveis, em seu período de apogeu, por significativos avanços no conhecimento da Humanidade, seu imobilismo diante de momentos decisivos da Revolução Científica condenou-as ao obscuro papel de objetos da História, tornando-as dependentes e fracas.

Num momento em que as graves distorções do sistema econômico e político internacional ameaçam de forma nunca antes conhecida a estabilidade e o próprio futuro de nossos países, é chegada a hora de engrandecermos nossa determinação para preencher vazios que ainda nos tolhem a ação. Nosso Continente sempre necessitou de uma firme vontade política para suprir deficiências que a História lhe legou.

O desenvolvimento científico e tecnológico em nossa região é um campo desconhecido para nós. A rica diversidade da nossa paisagem geográfica foi desde o princípio da nossa colonização um fator de inventividade e adaptação do conhecimento, a desafiar as soluções

e os próprios conceitos tradicionais trazidos do Velho Mundo. Este Século assistiu em nossos países a um grande e efetivo esforço de modernização, por intermédio da industrialização e do planejamento.

Esse esforço gerou a um tempo um desenvolvimento na nossa ciência e na nossa tecnologia e ampliou nossas necessidades nesses campos. As grandes aspirações sociais de nossos povos geram, por seu lado, uma acentuada demanda de progresso na área científica e tecnológica, abarcando campos vastos como os da saúde, da educação, dos transportes, da habitação, da energia e tantos outros.

Estimulada internamente e pressionada externamente, a América Latina tem sabido compreender a importância de uma atuação decisiva na área científica e tecnológica. Esta reunião é, nesse sentido, uma clara demonstração da vontade política e da vocação de cooperação de nossos países também nessa área.

Não nos devem mover, contudo, qualquer veleidade de imitação ou qualquer disposição de competição estéril nesse campo. Nosso Continente tem desafios e interesses próprios, limitações e condicionantes que lhe são peculiares.

Nosso projeto de desenvolvimento científico e tecnológico deve, portanto, amparar-se em dois parâmetros fundamentais. O primeiro diz respeito à sua adequação às nossas condições ecológicas, à diversidade e ao desmesurado da nossa natureza tropical, matizada aqui e ali pelos descomunais altiplanos andinos e meso-americanos. O segundo relaciona-se com as nossas con-

dições econômicas e sociais, com a identidade mais profunda de nossos povos, com as dificuldades históricas a que se sobrepõem as agruras da crise presente.

Da consciente aplicação desses parâmetros deve resultar uma pesquisa científica e tecnológica profundamente vinculada à nossa realidade e traduzida em fórmulas próprias, adequadas aos nossos problemas e às nossas limitações. O que não fizermos por nós mesmos para atender nossos anseios, ninguém fará por nós.

Não nos interessam soluções que ignorem nossos problemas mais marcantes. Se temos uma carência histórica de recursos, agravada pela crise atual, por que preocupar-nos com projetos dispendiosos, de custos operacionais inadequados? Se ao nosso desemprego crônico, disfarçado pelo subemprego, somam-se as massas dos demitidos pela crise, por que privilegiarmos fórmulas que não utilizem de modo intensivo a mão-de-obra? Se nos faltam recursos, como admitir importar, ainda que parcialmente, tecnologias custosas, que acentuam nossa dependência e obstruem nosso desenvolvimento?

Não tem sido outra a minha preocupação ao atribuir prioridade, dentro de meu governo, ao projeto de irrigação de cerca de um milhão de hectares de terras áridas do Nordeste do Brasil. Esse projeto é função da capacidade tecnológica do País de encontrar fórmulas a um problema tipicamente brasileiro, que deve ser solucionado de forma eficaz, mas econômica. E deve beneficiar com trabalho direto e indireto grandes contingentes de homens e mulheres que querem construir suas vidas na terra que os viu nascer.

Senhores Ministros,

A América Latina e o Caribe têm sabido, nos inúmeros foros internacionais de que participam, coordenar suas ações no sentido de promover uma ordem internacional mais justa e equitativa, que proporcione o progresso de toda a Humanidade. Nossas vozes se levantam para propor fórmulas construtivas, assentadas na moderação do consenso e no pragmatismo de quem necessita de soluções urgentes para problemas graves e potencialmente perigosos, como a dívida externa, a paralisação do desenvolvimento e a ameaça do retrocesso político.

O progresso compartilhado da Ciência e da Tecnologia constitui sem dúvida um dos pilares dessa nova ordem que ainda está por ser construída. A América Latina e o Caribe têm um papel decisivo a desempenhar na nova etapa que se abre diante de nós para a discussão dessa proposta. Os avanços conceituais, obtidos na ação concertada de vários de nossos países e na discussão dos problemas relacionados com a dívida externa, são expressivos de uma nova disposição do Continente para tratar de assuntos que lhe tocam tão de perto.

Senhores Ministros,

A UNESCO mais uma vez traz à América Latina e ao Caribe a contribuição expressiva da sua ação que completa 40 anos em novembro próximo. O ideal de promover a paz e o progresso da Humanidade por meio da cooperação e do mútuo conhecimento entre os países da área da Educação, da Ciência e da Cultura, encontra em nossa região um terreno fértil e uma firme disposição de torná-lo realidade palpável.

Não nos imobilizemos. O que fizermos por nossa conta, no sentido de promover os interesses de nossos países, terá certamente um efeito benéfico sobre o esforço de cooperação e entendimento que está por trás de organismos como a UNESCO e as Nações Unidas. O pioneirismo da América Latina e do Caribe em muitas matérias do interesse da paz e do progresso da Humanidade deve presidir aos esforços de que esta Conferência é uma etapa decisiva.

20 DE AGOSTO
CINE BRASÍLIA
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA
MOSTRA «GLAUBER POR GLAUBER»

De admiração e carinho são feitas as imagens de Glauber Rocha que minha memória sempre reproduz.

Quando se via ou se ouvia Glauber, tinha-se a impressão de um permanente vulcão intelectual, em atividade ininterrupta de negações e afirmações. A racionalidade lhe despontava em pequenos clarões, lampejos até desnecessários, porque tudo era uma busca incessante da causa das causas, indagação contínua e angústia intelectual que marcaram sua trajetória.

Nada conseguiu dominá-lo: nem Deus aprisionou seu espírito, nem nenhuma ideologia o cativou. Nenhum homem, nenhum carisma, nenhuma mulher conseguiu escravizá-lo. Nada. Porque nele havia o desejo de liberdade, daquela liberdade feita da vastidão de todos os gestos, sem peias, sem limites nem conveniências.

Um homem que usava a sua liberdade até o limbo de uma santa demência. Poucas pessoas amaram tanto este País, sentiram tanto esta Pátria quanto Glauber Rocha.

Uma paixão por esta terra capaz de superar todos os ressentimentos. Paixão límpida, pura, desvencilhada de tudo porque era uma dádiva absoluta, sem dúvida a maior de toda a sua vida. Enfrentou todos os fanatismos, cuspiu na mediocridade e enfrentou a incompreensão de todos.

Quem o matou? Foi a vida dilacerada, com gosto de sal e de orvalho.

Nelson Pereira dos Santos bem definiu a personalidade polêmica de Glauber quando disse:

«Glauber fundou o cinema novo, e uma vez escreveu um artigo para acabar com o cinema novo. Ele tem essa capacidade de fazer onda...»

E Paulo Emílio Sales Gomes lembrou muito bem que Glauber era uma de nossas forças e nós Brasil a sua fragilidade.

Devo contar aqui a História do filme a que assistiremos. Tomava posse no Governo do Maranhão e fez uma ousadia como não se faz com um amigo como Glauber Rocha:

«Você podia documentar a minha posse?»

Com humildade, ele aceitou. Ao ser passado para o público num cinema de arte, há quase 20 anos, a reação inicial, de desconfiança, transformou-se em aplauso. Por quê? Porque, em vez de filmar a minha posse, ele

filmou o Maranhão, seus casebres, seus tipos de rua, sua miséria e sua esperança.

Disse antes que Glauber não foi escravo de ninguém. Que nenhuma mulher o escravizou. Entretanto, de sua memória se fez escrava uma mulher. A sua mãe: Dona Lúcia, a Tia Lúcia, que carrega todo um acervo de criação, organizando-o, buscando meios para transformá-lo, não em museu estático, mas num centro vivo como vivo era Glauber: o Espaço Glauber.

Estamos assinando este protocolo, hoje, quatro anos depois da morte do cineasta, e faremos o possível para, juntos com Dona Lúcia, dar vida ao Espaço Glauber.

Montaigne dizia que não tinha medo da morte mas que tinha medo de morrer. Glauber sempre falava que sentia medo da morte. Mais do que ele, tínhamos nós, brasileiros, medo que ele morresse.

Isso não acontecerá.

Ele será sempre uma luz para nós, luz em que identificamos nossa inquietação do espírito e nossa busca da liberdade que jamais morrerão.

22 DE AGOSTO
PALÁCIO DO PLANALTO
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA INS-
TALAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL
DA DEFESA DO CONSUMIDOR

O Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, que neste ato se instala, marcará uma nova posição do Governo para defesa do povo. Trata-se de providência que interessa a todos os brasileiros e por isso o Governo tem de estar atento para que funcione de maneira clara e com resultados positivos.

Ninguém em sã consciência admite que, além da agressão violenta da inflação contra o bolso do cidadão, sobrevenham ainda os assaltos disfarçados no dia-a-dia, através das fraudes dos pesos e medidas, dos preços e qualidade.

Os países mais avançados na proteção do cidadão vêm dando exemplos marcantes em atos em defesa do consumidor, esse ente tão desassistido no meio do embate entre o rochedo dos mercados insensíveis e as ondas fortes do apetite dos interesses econômicos.

Uma política efetiva de proteção ao consumidor não pode ser entendida como ação contra as forças produtivas e de distribuição do mercado. Ela deve representar uma busca de equilíbrio e de justiça social, de respeito aos direitos humanos, dirigindo o braço severo da punição contra aqueles que violem esses ideais.

A política de defesa do consumidor deve buscar três níveis de orientação: o pedagógico, o de coordenação administrativa e o jurídico.

O pedagógico deve prever a conscientização da comunidade quanto aos direitos do consumidor, à organização coletiva. Os cidadãos receberão dados adequados, que lhes permitam melhores escolhas, a fim de alcançarem o máximo benefício de seus recursos.

A coordenação administrativa impõe o realinhamento das entidades que, dispersas em vários ministérios, repetiam esforços, duplicavam providências e criavam conflitos de esfera de autoridade, comprometendo os atos governamentais com resultados inócuos. É imperativo estabelecer o entrosamento dessas instituições, quer do ponto-de-vista normativo, quer da ação prática.

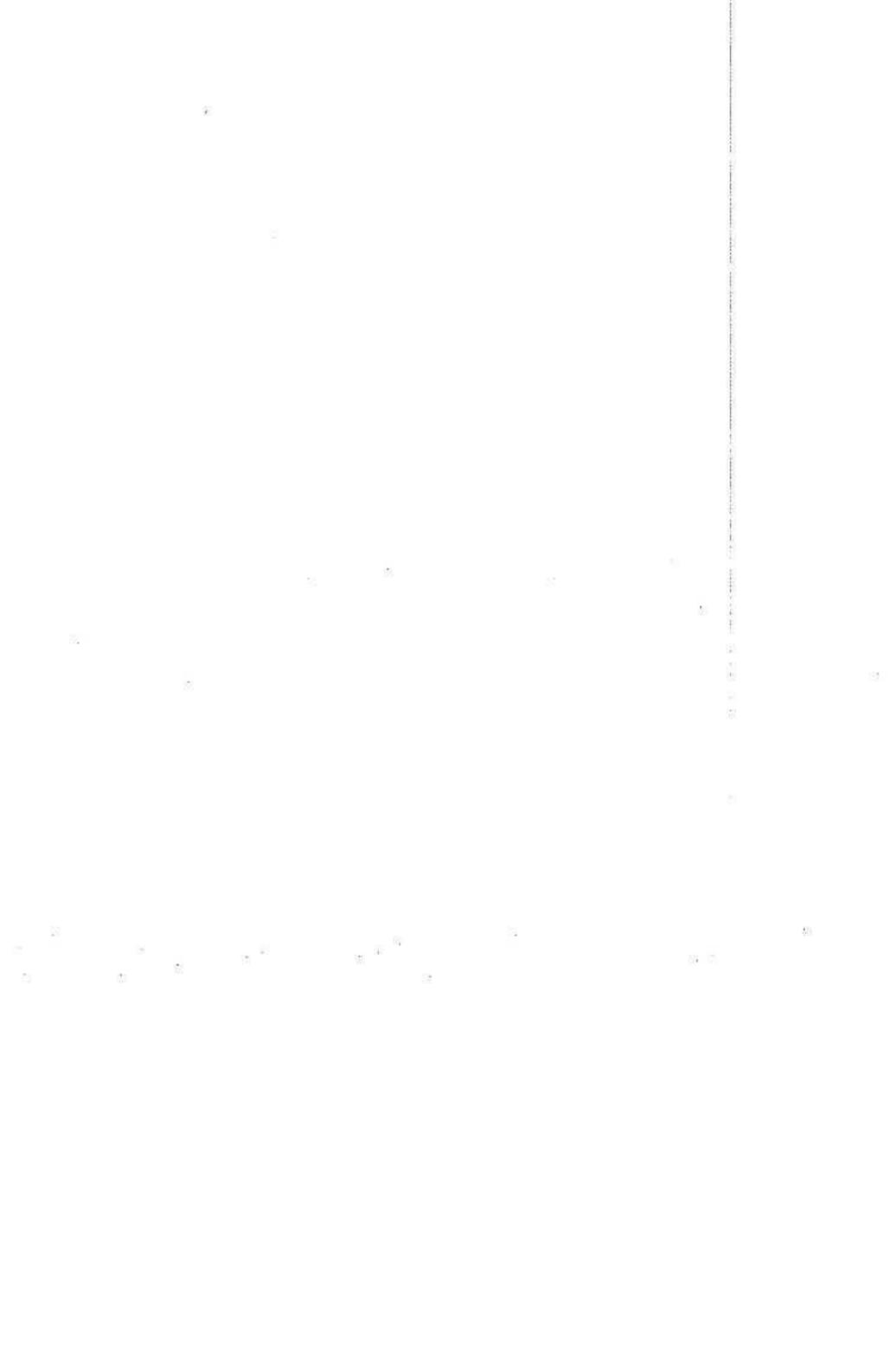
O nível jurídico envolve a edição de uma lei geral de proteção do consumidor, com a ordenação dos diplomas legais em vigor e o aditamento de novas normas. Mas também exige-se o traçado rigoroso de regras e princípios que garantam, em definitivo, a plena proteção dos consumidores.

Os tempos estão a exigir a definição da responsabilidade de produtores e distribuidores. Deve-se proteger o indivíduo contra práticas comerciais abusivas, reprimin-

do-se as fraudes que não violentam apenas o bolso do consumidor, mas a segurança e a saúde do cidadão. Deve-se chegar mesmo ao ressarcimento de prejuízos, de modo direto e sem controvérsias.

Ao estabelecer essas linhas básicas de defesa do consumidor, que espero ver cumpridos pelo Conselho que ora se instala, tive presente lição de Tancredo Neves, que desejava não ver vingar no Brasil «as teses que reduzem a defesa do consumidor a uma mera função fiscalizadora, fonte de mal-entendidos e desconfianças entre as forças da produção e do consumo».

Deverá prevalecer a resposta às denúncias e reclamações do cidadão, que convocamos para atuar pessoalmente nessa guerra que se trava todos os dias, toda hora.



26 DE AGOSTO
PALÁCIO DO PLANALTO
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA SO-
LENIDADE «PROGRAMA NACIONAL
DE DESBUROCRATIZAÇÃO PARA EM-
PRESAS ESTATAIS»

Encontram-se os Senhores aqui, hoje, pequenos e grandes empresários dos setores da produção e do comércio, para dar e receber a atenção do Governo.

Uns e outros são chamados a colaborar no esforço comum de construir um futuro do qual esta Nação se orgulhe e para o qual, efetivamente, se destina.

Dirigentes de associações de microempresas e responsáveis por grandes empresas do Brasil, todos devem dar as mãos na busca do saneamento administrativo e da burocracia no País. A carta que hoje recebo de mãos experientes e o Programa Nacional de Desburocratização para Empresas Privadas e Estatais são marcos na luta da simplificação dos métodos contra o cipocal burocrático.

Anotei atentamente os pleitos das microempresas, que no Brasil somam, com suas irmãs pequenas e médias, cerca de três milhões.

Representam elas 99% dos estabelecimentos que empregam 80% da mão-de-obra industrial. Essas pequeninas células de operosidade geram 75% da produção — com participação ainda maior nos setores do comércio e da prestação de serviços.

Essa força impressionante vem sendo, no Brasil, o herói que às vezes cai de pé. As microempresas têm no Brasil vida efêmera. Oitenta e um por cento das firmas industriais e 72% das comerciais vivem menos de 10 anos.

Esses números têm que ser revertidos.

É muito elevado o abate de tanto empreendimento corajoso. Impõe-se dar mais saúde a essa criatividade tão efêmera, embora movida por um princípio tão eterno como é o princípio da força da livre iniciativa.

Crê a Nova República que o investimento nas microempresas constitui baixo risco e produz elevado impacto social, provocando mudanças qualitativas irresistíveis na sociedade.

Além do reestudo do Estatuto das Microempresas, para modificações que sua vigência já demonstrou imperiosas, determinei o exame das opções de um programa de apoio aos pequenos que envolveriam, fundamentalmente:

— escolha de setores prioritários para resolver os graves problemas sociais e gerar o maior número possível de empregos;

— simplificação de procedimentos bancários para concessão de crédito;

— desenvolvimento de serviços de extensão, com treinamento e organização de sistemas de informação adequados ao pequeno empresário;

— criação de distritos industriais e comerciais para microempresas, com incentivo ao associativismo para realização de operações industriais, comerciais e de serviços de forma compartilhada, superando-se as desvantagens relacionadas com a pequena escala;

— garantia de mercado para determinados produtos e medidas para evitar a concorrência predatória.

Os ministros da área econômica já analisam, encaminhada pelo Programa Nacional de Desburocratização, a abertura de faixa de crédito, com aporte de Cr\$ 10 trilhões.

Nessa constelação de atos e providências, destaca-se o estudo da criação de um banco especial para pequenas e médias empresas.

Uma vez definidas alternativas e fixados contornos, esse programa representará elevada contribuição para a proposta de democratização do Governo, complementando no terreno econômico e social ações já fixadas no campo político.

Dos grandes empresários recebi, com agrado, suas proposições. Se aos pequenos nos inclinamos para dirigir o apoio governamental mais caloroso, aos grandes nos voltamos para receber o apoio solidário.

A estes observo que encetar um projeto de desburocratização no seio de suas organizações implica consa-

grar o objetivo que o Poder Público persegue, de descentralização das decisões, simplificação do trabalho administrativo, eliminação das formalidades e exigências que a experiência tem demonstrado desnecessárias.

Congratulo-me com os pequenos e os grandes empresários aqui representados. Todos, com o calor de suas presenças, puderam ressaltar o equilíbrio que, para o Marquês de Pombal, representaria «a arte de um feliz governo».

27 DE AGOSTO
PALÁCIO DO PLANALTO
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, AO DAR POSSE NO
CARGO DE MINISTRO DA FAZENDA
AO SENHOR DILSON FÚNARO

Sucede Vossa Excelência, no Ministério da Fazenda, ao Doutor Francisco Dornelles, a quem rendo, neste instante, a homenagem da gratidão do Governo e do Presidente pelos relevantes serviços que prestou ao País num momento difícil da vida nacional. Lamento, pessoalmente, o seu afastamento do Ministério por ser meu amigo e, em nome do Governo, por ficar privado do talento e da dedicação com que desempenhou as suas funções.

O Ministério da Fazenda está agora entregue às suas mãos. Tenho absoluta certeza, total convicção de que Vossa Excelência desempenhará o cargo com grande competência. Para isso, tem Vossa Excelência uma longa experiência, um grande espírito público, vasta cultura de assuntos econômicos e vivência profunda dos problemas brasileiros.

Da parte do Presidente, terá Vossa Excelência, permanentemente, apoio e confiança total para desempenhar as suas árduas funções.

As diretrizes estão aí. Agora, mais do que nunca, redobrada vigilância com a inflação. Prioridade para o setor social. Fortalecimento da iniciativa privada. Crescimento econômico.

E espero que em breve tenhamos todos os resultados que o povo espera do desempenho das nossas tarefas.

O Brasil espera, hoje, dos seus homens públicos, a absoluta doação, total sacrifício e dedicação ao trabalho de maneira integral.

28 DE AGOSTO
PALÁCIO DO PLANALTO
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, AO DAR POSSE NO
CARGO DE CONSULTOR-GERAL DA
REPÚBLICA AO PROFESSOR PAULO
BROSSARD

O Governo passa a contar, a partir deste instante, com a inteligência, o patriotismo, a cultura, o espírito público de uma das figuras mais importantes da história política brasileira contemporânea, que é o Professor Paulo Brossard. Ele substituiu o Doutor Darcy Bessone, a quem agradeço os relevantes serviços prestados ao País, nesta fase difícil mas em que ele se houve com grande competência e com grande mérito.

Aprendi a admirar Paulo Brossard, como ele mesmo ressaltou, no Senado Federal, onde estivemos em campos opostos. E justamente nessa situação pôde crescer uma amizade que foi alicerçada, em primeiro lugar, na admiração e no reconhecimento pelo seu talento, pela sua inteligência e pela sua cultura. É Paulo Brossard um instante dos mais importantes e extraordinários do Parlamento brasileiro. Ninguém poderá escrever a história

do Parlamento sem que possa omitir essa figura singular de orador, de homem público, de patriota, de destemido guerreiro, nas horas mais difíceis, e de grande equilíbrio, de grande patriotismo nas horas em que o Parlamento necessitava desse equilíbrio e desse patriotismo.

Dele nós podíamos dizer aquilo que García Lorca falou num de seus poemas, no poema Ignacio Sánchez Mejías, «*que era blando con las espigas y duro con las espuelas*».

Finalmente, o que eu quero ressaltar, a partir deste instante, é que o Governo está mais engrandecido, mais confiante, porque tem a seu lado, para prestigiá-lo e honrá-lo, o talento e a figura excepcional de Paulo Brossard.

28 DE AGOSTO
PALÁCIO DO PLANALTO
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA POSSE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA

Primeiro, a Criança — o Brasil começa na criança, programa que anuncio neste momento, quando se instala o Conselho Administrativo da Legião Brasileira de Assistência — é o maior plano de desenvolvimento social básico a ser adotado no País. Mobiliza um trilhão e 93 milhões de cruzeiros, recursos a serem acrescidos, a partir de 1986, ao orçamento da LBA, praticamente triplicando o valor atual. Este plano fundamenta-se diretamente na opção pelos pobres, marca de um governo que quer ver solucionado o problema social, problema que agride as forças do País naquilo que ele apresenta de mais promissor — a sua infância. Tal como o ser humano, também não há país que resista de braços cruzados à violência da fome. O quadro é grave; o sinal, alerta absoluto.

Este programa atenderá a mais de 1 milhão de crianças das áreas mais desassistidas, os chamados bolsões de miséria e fome, filhos de pais com rendimento inferior a dois salários-mínimos, enquadrados na faixa etária de até 6 anos. Atende-se o segmento mais frágil e exposto da sociedade; a criança em seus primeiros anos de vida. Mais de 1 milhão e 17 mil crianças se somarão às 1 milhão 725 mil já atendidas pela LBA por intermédio de seu elenco diversificado de programas. Participarão desta iniciativa as comunidades e o UNICEF (Fundo da Organização das Nações Unidas para a Infância), com a qual a LBA se articulou na luta contra a mortalidade infantil.

Há pouco menos de um mês, ao lançarmos o Programa de Suplementação Alimentar, através do INAN e da COBAL, chamamos a atenção para os fantasmas da fome e da subnutrição que rondam o País. E alertamos para o fato de ser a fome má conselheira.

Insistimos em que esse saque praticado nos últimos anos a descoberto sobre o futuro do País será cobrado, cedo ou tarde, queiramos ou não, por nossos filhos. O Governo não deseja deixar como legado nem o barril de pólvora da pobreza absoluta, nem o rastilho da fome e da subnutrição. O programa que a LBA patrocina, dentro do espírito de opção social da Nova República, não concorre, completa, porque se desenvolverá em outras regiões, o programa do INAN, que visa a atender mães e crianças de até 36 meses. Será um conjunto de medidas objetivas e de aplicação material, através do fornecimento de comida para mais de 1 milhão de crianças. A causa principal da mortalidade infantil, no nosso País,

é, concretamente, a fome, acompanhada de ausência de imunização.

O Programa de Suplementação Alimentar, que hoje atende 440 mil gestantes, nutrizes e crianças, dobrará para 880 mil. Em termos nacionais, somente na área de creches-casulos, marca registrada da Legião Brasileira de Assistência, uma rede que hoje assiste a 1 milhão e 15 mil crianças, fornecendo-lhes 4 refeições por dia, além de assistência médica e dentária, passará a assistir, ano que vem, a 2 milhões e 32 mil crianças. A experiência-piloto que a LBA e o UNICEF vêm promovendo na Baixada Fluminense está rendendo frutos que orgulham e entusiasmam. Somente com o fornecimento de alimentos e as práticas básicas de saúde, o índice de mortalidade infantil até um ano de idade caiu de 7,6% para 2%. Uma redução de mais de 70%.

Faz hoje a Legião Brasileira de Assistência 43 anos. Criada por inspiração de Dona Darcy Vargas, a LBA ganha um conselho de nobres e dedicados cidadãos, representantes dos extratos os mais diversos e amplos da sociedade. Desde o sacerdote ao homem de negócios, o representante de favelados, os intelectuais. Imensa é a responsabilidade com que assume o Conselho da LBA. A seus integrantes, pessoas de discernimento, dedicação ao bem comum e desprendimento, faço votos para que ajudem o Governo neste ataque frontal à fome e à miséria na sua origem.

Em Maria Alves dos Santos, aqui presente, 55 anos, teria eu a oportunidade de apontar o exemplo da dedicação e tenacidade que só os fortes trazem de berço e que lhes dá a têmpera para enfrentar a vida.

14 filhos, 13 netos, um bisneto, é ela uma líder comunitária cearense, dedicada ao trabalho entre sua gente, na Barra Ceará, em Fortaleza.

Tomando Maria como símbolo, observo ao Conselho da LBA que está em suas mãos promulgar uma nova Lei do Ventre Livre, que libertará os nascidos na escravidão da mortalidade.

29 DE AGOSTO
HOTEL NACIONAL DE BRASÍLIA
BRASÍLIA-DF
PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DO FÓ-
RUM DA GAZETA MERCANTIL

É um traço da sociedade humana a capacidade de gerar suas próprias lideranças.

E é ato de sabedoria política reconhecê-las, prestigiá-las.

Essas lideranças, a par do carisma com que já nascem, somam à sua têmpera o desempenho de uma ação empreendedora que gera e multiplica riquezas, distribuindo-as pela comunidade. Uma ação que se baliza na superação do risco a ser enfrentado.

A vitória sobre o risco, sabemos, é fruto do exercício da inteligência. Uma tarefa assumida, pelo temperamento, e imposta, pelas circunstâncias, a homens que praticam o difícil engenho e a arte ousada de avançar enquanto outros se acomodam, derrotistas e derrotados.

Ao mesmo tempo, vemos que as lideranças empresariais aqui premiadas representam o coroamento de um

esforço permanente de homens identificados com uma classe produtora atenta aos rumos que o Governo empreende, para, todos juntos, transformarem o quadro social brasileiro.

Somos hoje um País que avança dinamicamente no campo das liberdades políticas. A economia deve acompanhar esse renascer. Há de haver liberdade econômica para que se alcance plenamente a vigência da democracia.

Esta solenidade dá testemunho de que o setor privado da economia soube responder aos desafios do nosso tempo e reconhecer, no seu meio, os homens exemplares que lhe apontam, e ao próprio Estado, os rumos a seguir na luta pelo desenvolvimento econômico e social e pela promoção do trabalho útil e digno.

Colho, também, da pesquisa realizada pela Gazeta Mercantil, num colegiado de mais de 300 empresários, uma indicação confortadora: a de que o meu governo recrutou, no seio do empresariado, para exercerem as mais altas e graves responsabilidades da administração, alguns dos nomes que merecem a confiança e recebem a homenagem dos seus pares. Encontram-se aqui, entre os 10 eleitos, o Ministro das Relações Exteriores, Doutor Olavo Setúbal; o Ministro da Fazenda, Doutor Dilson Funaro; o Presidente da Petrobrás, Doutor Hélio Beltrão; o Doutor Antônio Ermírio de Moraes, do Conselho Administrativo da Legião Brasileira de Assistência. Colaboram com o Governo, no Conselho Monetário Nacional, os Doutores Abílio Diniz e Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho.

Ganham também a homenagem dos seus pares os Senhores Jorge Gerdau Johannpeter, Cláudio Bardella, Luís Otávio Vieira e José Mindlin.

Em muitos outros postos de relevância do Governo da União encontram-se homens e mulheres que se destacaram no mundo da produção e das finanças.

A Nação e o Estado, em pacto social, resolverão os problemas que o Brasil enfrenta, com a iniciativa privada na vanguarda.

Este recrutamento da competência do setor privado pelo meu governo não é casual.

Quero dar criatividade à máquina do setor público, o senso de austeridade e a inquietação produtiva do empresário privado. Na verdade, espero contar com uma contribuição crescente dos Senhores, ao avançarmos no nosso projeto de privatização da economia.

Quero que os empresários se voltem para o futuro, e nos sugiram e partilhem o caminho a seguir.

Desejo ouvir sugestões que nos levem a tirar o pequeno do emaranhado burocrático que enreda, tolhe e mata qualquer empreendimento.

Precisamos reduzir a interferência do Estado, que amarra com regulamentos em excesso, a operação da economia. Temos que transferir para o capital privado, depois de saneadas financeiramente, empresas públicas economicamente viáveis.

Ao mesmo tempo, vamos levar as estatais que forem necessárias em setor não competitivo com a iniciativa privada a operar dentro de padrões de eficiência

comparáveis aos do setor privado. É essencial a modernização da máquina administrativa.

Fecharemos as instituições dispensáveis ao setor público e seremos implacáveis no esforço de reduzir o déficit público, a fim de estimular e sustentar a tendência de queda das taxas de juros.

Outra ação importante do meu governo será ativar o mercado de capitais. A abertura do capital das empresas privadas ao pequeno poupador reverterá a atual situação: ao invés de uma sociedade de agiotas, tornaremos uma comunidade de sócios da produção.

Será pelo engajamento da pequena poupança no processo de crescimento que faremos chegar a abertura democrática ao campo econômico.

Disseram já alguns historiadores que o Brasil se formou sob a égide da economia predatória colonial e que o espírito dos colonizadores do Norte foi que criou a mística do trabalho que nós não herdamos. O Governo quer ser um repensar, não da nossa índole, mas da nossa ação projetiva.

Quando, faz cerca de três meses, lembrei que a ordem era trabalhar, convocava a Nação a empenhar-se na reconstrução do Brasil sob nova ótica e perspectiva.

O acordo celebrado ontem visando à baixa dos juros nas aplicações a prazo é fruto do trabalho e entendimento do Governo com a iniciativa privada.

A não-imposição das restituições alfandegárias aos sapatos, nos Estados Unidos, resulta de certo modo da posição do Governo e de empresários do setor. Há mais de um mês, expressando a nossa preocupação, dirigi ao

Presidente Ronald Reagan carta pedindo o cancelamento daquelas medidas protecionistas.

Se nos dermos as mãos, setor público e iniciativa privada, garantiremos as condições para o crescimento econômico com a queda da inflação.

Olhemos para o futuro!

Este o desafio que devemos enfrentar.

Esta batalha é nossa: dos Senhores e minha.

E chegaremos, juntos, à vitória.

02 DE SETEMBRO
PALÁCIO DO PLANALTO
BRASÍLIA-DF
PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA EN-
TREGA DO PRÊMIO TECNOLOGIA LI-
CEU/85

Estamos aqui hoje para uma premiação que honra a inteligência e o espírito empreendedor do brasileiro: a entrega do VII Prêmio Tecnologia Liceu, conferido pelo Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo à empresa nacional que se tenha destacado na pesquisa e implantação de tecnologia inovadora.

Ligado em seus 112 anos à história da Tecnologia do País, o grupo brasileiro que o dirige mantém os mesmos sadios objetivos semeados desde o Império. A promoção continuada de suas atividades sociais, que já formaram mais de 100 mil profissionais de nível técnico, atende também as Artes. O Liceu chancela e abriga em sua diversidade o estímulo ao saber e ao fazer humano.

Na Semana de Arte Moderna, em 1922, ou no abrigo de artistas como Victor Brecheret, encontram-se

exemplos dessa constante preocupação, hoje renovada com as atividades de seu centro cultural, que sei já ter recebido mais de 200 mil visitantes em quatro anos.

Hoje se premia este elo construtivo: a empresa e a invenção. A empresa premiada que se destaca pela dedicação de seus dirigentes e operários à tecnologia de ponta, não é só a escolhida e a premiada, mas o exemplo dignificante e maior do que a iniciativa privada pode fazer em benefício da sociedade.

Marcantes são os êxitos da Magnesita na tecnologia de refratários. Honra a escolhida o espírito estimulante da livre competição que faz que empresas, emuladas pelas leis naturais de mercado, busquem alternativas e adotem novas técnicas que resultarão, em última instância, em bem-estar social.

É propósito de meu governo prestigiar e fortalecer, em todas as formas, a pesquisa científica e tecnológica, seja pelo fortalecimento operacional dos órgãos governamentais, seja pelo apoio às Universidades, seja pelo estímulo à iniciativa empresarial. Reafirmo o empenho do Governo em promover o desenvolvimento científico e tecnológico como instrumento de progresso social e base para a consolidação de nossa autonomia.

No mundo de hoje, o domínio do conhecimento tecnológico e científico é sinônimo de soberania. Há ações que não são visíveis a curto prazo, que têm maturação longa, histórica mesmo, e, por essa razão, são muitas vezes relegadas a segundo plano. Os investimentos na Ciência e na Tecnologia, na conquista dos sabe-

res, que não forem efetuados terão mais tarde de ser pagos com altos juros e até com a soberania.

Senhoras e Senhores,

Congratulo-me com o Liceu e seus diretores, com os dirigentes da Magnesita e seus empregados, em particular, e com a iniciativa privada e com a inteligência brasileira, em geral.

E lembrando Camões das deusas *Engenho* e *Arte*, invoco a Ciência e a Tecnologia, deusas dos nossos tempos, para que nos dêem engenho e arte para conquistar o saber e a invenção.

03 DE SETEMBRO
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA INS-
TALAÇÃO DA COMISSÃO PROVISÓ-
RIA DE ESTUDOS CONSTITUCIONAIS

O Estado tem que ter a sua Constituição. E a Constituição de um Estado só estará voltada à duração e ao respeito da comunidade, se surgir do possível, isto é, da vontade predominante em um tempo e sem uma sociedade.

Presidente da República, com a consciência de minha responsabilidade neste tempo nacional, empenho-me em buscar para a Nação os instrumentos jurídicos de sua segurança, do bem-estar e da liberdade do seu povo. Uma das mais fortes reivindicações dos brasileiros, exposta na literatura política, nos discursos parlamentares, e na impetuosidade dos comícios populares do ano passado, foi a de que déssemos uma legítima ordem constitucional ao Brasil.

Esta população esteve presente nos pronunciamentos de todos os líderes de nossa Aliança Democrática,

hoje no Governo, e se manteve no eixo do pensamento político que o grande brasileiro Tancredo Neves nos deixou como instrução de serviço à Pátria.

Dele ficou a sugestão de que criássemos esta comissão provisória de estudos constitucionais. Coube-lhe, com o discernimento político que todos reconhecemos, convocar, para que a ela presidisse, esta figura exemplar de mineiro e de pensador que é o mestre Afonso Arinos de Melo Franco. Sabia Tancredo que, ao convocar Afonso Arinos, convocava, no tempo e na sabedoria, o melhor de Minas no cenário nacional.

Afonso Arinos procede dos mais rijos troncos que, vindos de Portugal, cresceram nas montanhas de Minas.

O grande constitucionalista e homem público é uma dessas unanimidades nacionais. Por si e pelos que lhe foram antepassados nesta linhagem de saber e de servir, ninguém seria melhor para a missão de presidir a esse grupo de homens que, a nosso pedido, irá encarregar-se de oferecer subsídios à Assembléia Nacional Constituinte.

Eles não se reunirão para ditar aos constituintes que textos devem aprovar ou não. Eles irão reunir-se para ouvir a Nação, discutir com o povo as suas aspirações, estimular a participação da cidadania no processo de discussão da natureza e fins do Estado, e estimulá-la a escolher bem os delegados constituintes.

É singular a situação histórica em que nos encontramos. Mas todas as situações históricas são singulares. O tempo perece e renasce a cada segundo; e em cada segundo perecem e nascem as circunstâncias políticas.

Sem uma ruptura do Estado — e devemos dar graças a Deus por tê-la evitado — não nos cabia outra saída que a de convocar a Assembléia Nacional Constituinte com a solidariedade do Congresso Nacional.

O que faz a autenticidade das Constituições não é a forma de convocar-se o Colégio Constituinte: é a submissão do texto fundamental à vontade e à fé dos cidadãos. Essa vontade e essa fé, para que se manifestem, reclamam discussão franca e serena reflexão. Para promover esta discussão, recolher e codificar a reflexão que ela provoque, encontram-se aqui alguns dos mais ilustres e honrados cidadãos deste País. Sou responsável pela escolha deste grupo, e fico feliz em lhes dizer que não foi fácil a decisão. O Brasil dispõe de milhares e milhares de homens e mulheres capazes de interpretar o sentimento do povo, de submeter-se à razão do povo, e de servir com alegria ao povo.

A Comissão não substituirá o Congresso nem substituirá o povo. Será, na verdade, uma ponte de alguns meses entre a gente brasileira e os representantes que ela elegerá. Servirá como uma área de discussão livre e informal das razões nacionais, submetendo ao debate público teses básicas quanto ao Estado, à sociedade e à Nação.

Agradeço aos membros da Comissão que acederam a oferecer seu tempo, sua inteligência e sua sabedoria à Pátria. Para todos eles é um sacrifício deixar as suas atividades habituais e participar deste grupo de trabalho e meditação.

Em nome da República, e dos brasileiros, assino-lhes a gratidão nacional.

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

03 DE SETEMBRO
SÃO CONRADO FASHION MALL
RIO DE JANEIRO-RJ

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA
ABERTURA DA II FEIRA INTERNACIONAL DO LIVRO

Especialmente convidado pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros e pela Câmara Brasileira do Livro para abrir esta II Feira Internacional do Livro, na Cidade do Rio de Janeiro, atendi prontamente a essa convocação.

Duas razões me trouxeram aqui: minha condição de escritor, com a exata consciência do que significa o livro na vida cotidiana, e minha condição de Presidente da República, com a determinação de dar ao livro, em meu governo, o relevo apropriado e superior, como instrumento de ação democrática.

Iniciamos pelo livro didático a revolução do livro em nosso País. O livro deve deixar de ser nas escolas um instrumento perecível de curta duração, restrita ao ano letivo: passar a ser um instrumento perdurável, protegi-

do pela família, passando de uma geração para outra, sem solução de continuidade, para durar e servir, cumprindo a sua missão benemérita de ensinar e iluminar.

Pertencemos a uma geração que viu expandir-se novos instrumentos de comunicação de massa, como o rádio e a televisão, que pareciam vir suplantar o código escrito em que se apóia o livro para exercer a sua missão de cada instante.

Mas não foi isso que aconteceu. Pelo contrário: nunca se publicaram tantos livros quanto agora. E não somente aqui — também no resto do Mundo. A memória oral, que antecedeu o livro na transmissão do saber e da experiência humana, e ainda hoje o acompanha, sobretudo nas expressões da cultura popular, não bastou ao Homem para a transmissão da Cultura. O livro aceleraria esse processo. As conquistas da informática, em nossos dias, convivem com o livro, e dele não prescindem. Nele cabe o saber mais simples, como a tabuada e a cartilha, e o saber mais sofisticado, como as indagações do Homem sobre o mistério da morte, do amor, dos mundos que nos cercam. Ainda hoje continua válido o verso de Mallarmé: *Tudo existe para terminar no livro.*

Gostaria de lembrar a comunhão entre a cultura oral, na boca do povo, e a cultura escrita, no texto dos criadores literários. Disso é exemplo o que nos conta Garrett no prefácio de seu *Romanceiro*. Diz-nos o grande poeta português que, ao reunir os romances populares portugueses, alguns já esquecidos, valeu-se de uma mulata brasileira, que os sabia de cor, numa das ilhas dos Açores. Podemos imaginar a cena: o alto poeta, à

sua mesa, escrevendo o que lhe ditava a nossa patricia, que não sabia ler e escrever. O saber oral da mulata brasileira transmitiu-se ao livro de Garrett, e pelo livro chegou até nós.

Quer sagrados, quer profanos, os livros realizam a cada momento o milagre da multiplicação da Cultura, e devem contribuir sobretudo para o aprimoramento da condição humana e do convívio social. Estão eles aqui, à nossa volta e à nossa espera. À espera de nossa mão, nossos olhos, nosso ser.

Coloco entre os compromissos fundamentais do meu governo, no plano da Cultura, o firme apoio à correta política do livro. Do livro que tem de chegar ao povo, em edições realmente acessíveis, criando e aprimorando o hábito da leitura. A esta altura de nossa evolução social e política, o livro não pode ser o privilégio de uma minoria, mas o instrumento do saber ao alcance de todos os brasileiros.

Cumpre-nos abrir caminho ao livro. Alargar o seu espaço na indústria privada, de modo que a Cultura venha por muitos caminhos e não só pelo caminho oficial, privativo dos regimes autoritários. O livro é um compromisso democrático. E sobre o seu alicerce temos de erguer a Nova República.

O livro é pão. E, como o pão do Testamento, deve se multiplicar aos milhares, até saciar a sede e a fome dos que têm sede e fome de poesia, de saber, de Cultura...!

04 DE SETEMBRO
PALÁCIO DO PLANALTO
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA INS-
TALAÇÃO DO PROJETO FALA, CIDA-
DÃO

Este ato de governo se reveste de grande importância, tanto na forma efetiva de benefícios que trará como no que representa simbolicamente. A assinatura de 18 convênios com municípios brasileiros e o Governo do Distrito Federal lança o Projeto Fala, Cidadão. Constitui muito mais do que um veículo de aproximação povo/Governo.

Entre os principais objetivos do projeto, inclui-se a consolidação dos direitos do cidadão através da explicitação clara dos deveres do Estado, aproximando um e outro no sentido de reduzir a enorme distância entre eles.

Dar voz ao humilde ou àquele que se queixa, reclama ou sugere é conferir direito maior à cidadania, ao homem, à nação sobre a qual repousam os princípios e os mandamentos.

Ao assinar estes convênios — que espero sejam estendidos aos nossos municípios de médio e grande porte — empreendemos o verdadeiro significado da democracia: o diálogo.

Uma sociedade surda aos apelos de sua população é um organismo que tende à atrofia e ao descompasso entre governantes e governados. Sem o diálogo, a democracia é um perigoso monólogo de desmando e autoritarismo.

O Governo não quer encerrar-se numa torre de marfim.

O Programa Nacional de Desburocratização caracteriza-se pela necessária e urgente simplificação da máquina administrativa, a fim de que os corredores dos órgãos estatais não se transformem num labirinto e neles se perca aquele a quem estão a serviço: o homem do povo, o cidadão comum.

Lembro que este projeto não representa somente maior transparência das ações do Governo mas também a conscientização de que o Estado tem por função servir.

Um país democrático é aquele em que a sociedade delega e acompanha passo a passo as funções do Estado. Não só ouviremos, pois não basta ouvir — é preciso agir e transformar a voz em ação.

Com este projeto, poderemos, dentro de pouco tempo, consignar com toda a sua riqueza semântica e significado social o que chamaríamos a Fala do Povo. E, em contraposição à fala do trono, vê-la com toda a pujança ressoar na ação que emana do Governo.

Há dias, ao instalar o Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, recordava que ele representa uma busca de equilíbrio, justiça social e respeito aos direitos humanos.

Repito estas palavras, porque penso que o Projeto *Fala, Cidadão*, se amarra nesse espírito de simplificar a nossa vida.

123

124

125

126

127

128

05 DE SETEMBRO
PARQUE DE EXPOSIÇÕES ASSIS BRAS-
SIL
ESTEIO-RS

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA
INAUGURAÇÃO DA VIII EXPOSIÇÃO
INTERNACIONAL DE ANIMAIS

Esta mostra é uma demonstração expressiva de força da terra e da determinação do nosso homem do campo.

Aqui se irmanam os produtores para mostrarem ao País o resultado do seu esforço, de sua dedicação e de seu trabalho. Aqui se testemunham os avanços que o Brasil vem conseguindo no aprimoramento do seu rebanho graças ao espírito dinâmico dos empresários da pecuária brasileira.

A prioridade à agricultura é um dos pontos centrais na estratégia do País para superar grande parte das dificuldades que enfrentamos.

O Governo tem procurado atender a agropecuária. A escassez de recursos impõe-nos limites dentro dos quais temos procurado atuar da forma mais construtiva possível.

Não cabe dúvida de que os recursos destinados pelo Governo Federal, este ano, para empréstimos e aquisições, alcançam uma cifra que, em valores corrigidos, jamais foi alocada em nosso País a essas atividades.

Temos procurado proteger os produtores através de política de aquisição de safras, preços mínimos, créditos e custeio da produção.

O Brasil tem as melhores condições possíveis para a produção animal. No pampa gaúcho, a fertilidade da terra permite a criação com pastagens nativas. No trópico, o sol abundante viabiliza condições inigualáveis. Cabe ao Homem transformar essas realidades em potencialidades produtivas.

Para chegarmos à meta de 65 milhões de toneladas de grãos, impõe-se uma elevação vertical da produção, junto a incorporação de novas áreas.

Os Programas de Reforma Agrária e de Irrigação representarão um aporte substantivo ao crescimento das áreas de cultivo.

A reforma agrária foi proposta em decorrência de dispositivo constitucional e de exigência da maioria da sociedade brasileira. Ela não afetará áreas produtivas. Não será mera distribuição de terras. Nem tampouco simples concentração parcelária para solucionar o problema do minifúndio, tão freqüente neste Estado. A assistência aos assentados contemplará o crédito e a viabilidade social e política, mediante a aplicação também de técnicas apropriadas.

Pretende-se ampliar a produção, agregar ao processo novas áreas até então improdutivas. Não se pensa em

tocar nas empresas rurais, como tenho reiterado. O objetivo é reduzir a tensão social, é resolver um problema histórico. O que se busca é o equilíbrio da riqueza no campo e o aumento da produção e da produtividade. É levar dinamismo eficiente e justiça ao campo.

Com esses mesmos objetivos, o Governo está empenhado em um amplo programa de pesquisa agropecuária, a fim de oferecer aos produtores as soluções tecnológicas que viabilizem sua atividade econômica e social.

Esta é a razão por que o meu governo, através do Ministério da Agricultura e da EMBRAPA, estabelecerá neste Estado, no próximo ano, uma unidade de pesquisa em agricultura alternativa, que deverá gerar técnica adequada aos pequenos e médios produtores e inúmeras tecnologias aplicáveis também aos grandes produtores e às grandes culturas.

Devo anunciar também, neste instante, que determinei ao Senhor Ministro da Previdência que estendesse aos trabalhadores rurais o mesmo tratamento dos trabalhadores urbanos no setor assistencial.

Voltando à pesquisa, devo dizer que ela serve para a eliminação do processo de dilapidação do solo e do ambiente, que já compromete seriamente grandes áreas em nosso País, e para outras técnicas que possam transformar a agricultura em uma atividade permanente e sustentável na mesma área física, e ainda recuperar as áreas degradadas em processo de desertificação.

Peço licença aos organizadores dessa mostra para valer-me deste instante e prestar uma homenagem ao Rio Grande do Sul. Esta é a primeira viagem que faço a

este Estado como Presidente da República. Trago as homenagens do Governo e a reverência de todos os brasileiros neste ano em que comemora os 150 anos da Revolução Farroupilha.

O orgulho e a determinação do ser brasileiro nascem nas heróicas sagas deste grande Estado. Rio Grande do Sul que aprendi na língua simples e encantada do vaqueano Blau Nunes, falando da ardência das areias do litoral, das lendárias ilhas da Lagoa Mirim, das coxilhas de Santana, das ásperas penedias do Canaverá, dos malmequeres do Saiçá, das águas grandes do Ibicuí, da derrocada Fortaleza de Santa Tecla, da forja brilhante de tantas espadas gloriosas de São Gabriel, das paragens do Tupanciretã, da língua da guaiacá, do xucro, do pingo, da querência, as lendas do quero-quero e do Negrinho do Pastoreio.

Rio Grande do Sul, exemplo e mestre de civismo, que devemos recordar nesta data em que se comemoram a visão dos Farrapos, o sangue dos que molharam a terra com gesto de bravura e heroísmo.

Recordo duas mensagens, para memória daqueles bravos, no manifesto de 1835, Bento Gonçalves dizia: *«O amor à ordem e à liberdade, a quem me consagrei desde minha infância, me arrancaram o gozo do prazer da vida privada para correr convosco a salvação de nossa querida Pátria.»* E afirmava: *«... não nos propusemos a outro fim que restaurar o império da lei».*

Esse era o sentimento da guerra. Agora, vamos falar do outro sentimento. Da canção da paz, escrita por David Canabarro, no instante final, como uma mensa-

gem perpétua que não se perde no tempo atual, e que nos inspira. Disse ele: «*Nós (gaúchos) partilhamos a glória de sacrificar os ressentimentos criados no furor dos partidos ao bem geral do Brasil*».

Bendito Rio Grande do Sul. Glória aos heróis farroupilhas e ao povo gaúcho.

10 DE SETEMBRO
PALÁCIO DO PLANALTO
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA POSSE DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

Elas são a metade do céu.

O desconhecimento dessa verdade, além de clamorosa injustiça, constitui também um ato de privar qualquer país de uma poderosa fonte de energia e criação: as mulheres.

Assim, neste momento, ao dar posse ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o Governo Federal ultrapassa em muito o gesto de simples rotina administrativa, para configurar um momento histórico de grande significado para o Brasil.

Trata-se do reconhecimento não somente da verdade de que elas são a metade do céu, mas de que devem ocupar esse espaço no gozo pleno de seus direitos essenciais, e florescendo como ser humano igual, autônomo e investido da maior dignidade.

Mas são somente isso.

Estamos certos de que não seríamos uma Nova República se ignorássemos que, no Brasil, as mulheres constituem 52 por cento da população, 36% de sua força ativa de trabalho, a metade do seu eleitorado e, sobretudo, que elas constituem um setor que, de maneira apaixonada, emocional às vezes é verdade, mas outras tantas tão cheias de sinceridade, já deixou sua marca forte no conjunto das lutas políticas que envolvem todo o processo de recuperação democrática de nossa Pátria.

Assim, ao atender à reivindicação de criar junto ao Governo Federal um organismo voltado especialmente para a problemática da Mulher, não estamos de modo algum realizando um gesto paternalista, formal, conciliador, ou de expressão de uma dádiva.

Estamos, sim, atendendo a realidades existentes que, se ignoradas, nos deixarão à margem do concerto das nações civilizadas e das repúblicas modernas, que já incluíram no texto de suas Constituições e em sua política diária a igualdade plena entre homens e mulheres:

— a Carta das Nações Unidas, que reafirma a fé nos direitos fundamentais do Homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, independentemente de seu sexo;

— a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que reafirma o princípio da não-discriminação e proclama que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.

Estamos, sim, cumprindo as determinações expressas na Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as discriminações contra a Mulher, da qual somos

signatários; estamos recolhendo o espírito das reuniões da Assembléia Mundial da ONU, e do Fórum 85, realizadas em agosto, em Nairóbi, para avaliar os resultados da década da Mulher, decretada em 1976 pela ONU; estamos reconhecendo de público a existência, no Brasil, de profundas desigualdades sociais que precisam ser eliminadas e que tornam a Mulher no trabalho, na família, na vida pública e administrativa um cidadão marginalizado; estamos entendendo que a eliminação das discriminações contra a Mulher constitui, hoje, um incrível fator de desenvolvimento político, social e econômico do País já que significa liberar para um trabalho profícuo, em nível social, uma energia até agora represada entre as quatro paredes da casa.

Esses foram fatores essenciais que nos inspiraram a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que agora empossamos e que tem como objetivo essencial captar os anseios das mulheres.

Congratulo-me com as mulheres brasileiras que lutaram pelo Conselho e alegro-me de vê-lo entregue a uma equipe de representantes que traz em sua bagagem uma trajetória de luta e combate em defesa de seus direitos.

Congratulo-me com os políticos, que, ao atenderem a tão importante reivindicação, deram um passo sério e responsável no espaço geral para a construção de uma República que precisa, para sua força e invencibilidade, ser apoiado pelo trabalho global e integrado de todos os nossos concidadãos, sem qualquer preconceito de cor, raça, credo político e religioso ou de sexo.

Desejo louvar a tenacidade e a bravura de Ruth Escobar, que se dedicou a esta obra com todas as forças da sua alma. A ela cabe a tarefa de dirigir o órgão nesta etapa em floração.

Declaro empossado o Conselho e tenho certeza de que ele cumprirá uma grande tarefa.

17 DE SETEMBRO
PALÁCIO DO PLANALTO
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DO LAN-
ÇAMENTO MUNDIAL DA CAMPANHA
DE ÁREAS ÚMIDAS

Conservar o meio-ambiente é preservar a vida. Dar sinal verde para a permanência do Homem na Terra. Por isso, vemos com grande preocupação o ato preservatório do nosso ecossistema e tudo faremos para a conservação dos nossos recursos naturais renováveis.

É imperativo assumir um compromisso como este que é um dos nossos maiores patrimônios. Cabe ao Governo e à sociedade resguardar as nossas áreas úmidas.

A relevância que elas têm é inegável e nos empenharemos para garantir a sua efetiva proteção e uso racional. Orgulha-se o Brasil de sediar o lançamento desta tão importante e vital campanha, objetivando disseminar a ampla conscientização e respeito destas terras.

Vivenciamos hoje uma realidade que aponta para uma bem representada área de terras úmidas que somam mais de 6% do nosso Território.

Aí estão incluídos manguezais da costa, os sistemas lagunares do Sul, as matas inundáveis da Amazônia.

Essa enorme extensão úmida evidencia sua necessária vinculação com a agricultura, visto que são importantes bancos genéticos para diversas espécies cultiváveis.

A expectativa criada por uma persistente e continuada ampliação da oferta de alimentos não deve desconsiderar as potencialidades do uso racional das áreas inundáveis.

Ao contrário, o Governo irá empenhar-se na utilização mais adequada desses recursos, maximizando o seu benefício social a longo prazo. O imediatismo das soluções até o presente encaminhadas deve ser superado por uma perspectiva capaz de assegurar a sua produtividade em um horizonte temporal mais amplo.

A responsabilidade internacional que nos cabe, no tocante ao manejo de áreas úmidas, torna-se patente com o âmbito da campanha a ser realizada pela União Internacional para a Conservação da Natureza e pelo Fundo Mundial para a Vida Silvestre.

Lembramos também que este não é um ato isolado.

Tornam-se necessárias ações de cooperação entre governos, num intercâmbio que permita assegurar a efetiva proteção dos recursos naturais.

Nasci em região de alagados. Como afirmava o Padre Vieira, os maracatins dos Maranhões, gente mais criada e nascida na água.

Estou feliz em presidir a esta solenidade que se destina a preservar a Natureza e a Vida, em benefício do Homem.

17 DE SETEMBRO
CENTRO DE CONVENÇÕES
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA
ABERTURA DA CONVENÇÃO DOS EM-
PRESÁRIOS DE TRANSPORTES RODO-
VIÁRIOS DE CARGA — NTC

Inaugura-se hoje o TELESTRADA, um serviço de apoio a um dos braços mais fortes do trabalhador brasileiro: o caminhoneiro.

Esses homens que transportam por suas mãos os frutos do progresso para os mais distantes rincões do País.

O TELESTRADA é um serviço que aliviará a solidão do caminhoneiro, dando maior segurança para o seu trabalho. Através dele terão auxílio esses homens dedicados que levam nos pára-choques de seus veículos pensamentos de amplo sentido existencial.

Uma filosofia de vida que se lê e vê pelas estradas.

Resultarão da implementação deste projeto alcances sociais imediatos como, além da segurança, mais facilit

dade de operação nas transportadoras, redução de custos e seguros contra assaltos e queda no número de acidentes. O que acarretará, conseqüentemente, influência favorável nos preços das mercadorias transportadas.

Este projeto atenderá, em sua primeira fase, 36% da malha rodoviária do País, alcançando regiões de Norte a Sul. Ativará o mercado, será um instrumento de maior integração, capaz de beneficiar muitos setores da nossa economia.

Meus Senhores,

Acabo de falar com um desses nossos bravos trabalhadores da estrada que unem as cidades pelas veias das nossas rodovias, e é com satisfação que constato que doravante estarão operando com a tranqüilidade que todo o trabalho exige, a fim de que renda bons frutos.

O Brasil, que se modernizou em várias áreas, agora pode, quanto ao seu sistema de transporte de cargas, igualar-se aos países desenvolvidos. Cerca de 670 mil caminhões que hoje trafegam por nossas rodovias poderão beneficiar-se com este sistema, que será estendido para outros usuários, como os coletivos de linhas interestaduais, e, futuramente, os particulares.

Recorreremos, em alguns casos, à comunicação via satélite, através do BRASILSAT, a fim de que se possa desenvolver amplamente o projeto.

Aos participantes da Convenção dos Empresários de Transportes Rodoviários de Carga desejamos que sua reunião seja coroada de êxito.

Quero comunicar-lhes que nos próximos 4 anos recuperaremos 30 mil quilômetros de rodovias mais neces-

sitadas, assim como concluiremos a conservação de 15 mil quilômetros em bom estado.

No corrente ano o Ministério dos Transportes, através do DNER, está investindo mais de 1 trilhão de cruzeiros na restauração de no mínimo 1.500 quilômetros (no ano passado foram recuperados apenas 700 mil). Para 1986, o Orçamento prevê a aplicação de quase 6 trilhões de cruzeiros para a restauração, conservação, sinalização e segurança de pelo menos 5 mil quilômetros de rodovias.

Tornaremos assim as estradas mais operáveis, com significativos ganhos para os transportadores e viajantes.

19 DE SETEMBRO
PALÁCIO DO PLANALTO
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NUCLEAR

Emposso, neste momento, a Comissão encarregada de avaliar o Programa Nuclear Brasileiro, convocada para, no prazo de 180 dias, apresentar propostas e sugestões para uma política nuclear.

Brasileiros,

O Brasil quer estar definitivamente comprometido com o desenvolvimento, a paz social, o progresso. Ao dar posse aos Senhores membros desta Comissão, composta por ilustres representantes dos vários segmentos do saber em nossa sociedade, reafirmo o compromisso indissolúvel do nosso País com o uso pacífico da energia nuclear.

Queremos a energia nuclear para que ela seja aplicada na saúde, na agricultura, na indústria, à luz da presente conjuntura econômica e social e da inadiável necessidade de manter-se o ritmo do nosso desenvolvi-

mento. E cabe à comunidade nacional, como um todo, engajar-se nesse debate a fim de que, através de formas democráticas de decisão, possamos eleger o uso adequado desta energia.

Caberá também a esta Comissão o papel relevante de identificar lacunas e eventuais desvios tanto no que concerne ao papel normativo e executório do Governo nesta área de sua exclusiva competência, quanto à participação das Universidades, Centros de Pesquisa e empresas contratantes na geração e absorção de conhecimentos científicos e tecnológicos.

Co-signatário, com a Alemanha Federal e a Agência Internacional de Energia Atômica, do acordo de Salvaguardas, garantia de caráter exclusivamente pacífico das atividades compreendidas no quadro do acordo com a República Federal da Alemanha, bem como do Tratado de Tlatelolco, o Brasil não pode fugir dos seus compromissos assumidos com a paz e a utilização, torno a repetir, pacífica da energia nuclear.

Lembro também que não deveremos nos aventurar numa política nuclear que não seja de todo segura. À imprescindível segurança de instalação e equipamentos deve corresponder a preocupação com as populações e meio-ambiente, mantendo-os a salvo de qualquer risco e acidente.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Desejo aos membros da Comissão que ora se empossa que venham a realizar com bom êxito as tarefas que lhe são incumbidas. Para finalizar, recordo Bertrand Russell que alertava de maneira pouco otimista,

que «é possível que estejamos vivendo na última idade do Homem, e, se assim for, será à Ciência que o Homem deve a sua extinção». Afirmo a prevalência da Vida e da Ciência como fonte de riquezas, salvação e bem-estar entre os homens.

23 DE SETEMBRO
SEDE DA ONU
NOVA IORQUE-EUA

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA
ABERTURA DO DEBATE-GERAL DA
XL ASSEMBLÉIA-GERAL DA ONU

Esta Tribuna impõe respeito e dignidade.

É a mais alta na comunidade das nações, onde grandes e pequenos ficam menores, porque maior é a carga da história do gênero humano exercida pela tarefa que é o barro do seu trabalho — a Paz —, pelos problemas que a desafiam, pelo esforço de transformar discordâncias em solidariedade.

Há quarenta anos tem o meu País, o Brasil, o privilégio de abrir o Debate-Geral da Organização das Nações Unidas.

É com trêmula emoção que exerço essa prerrogativa.

Pesam-me graves problemas, responsabilidades imensas.

Recorro a versos do maior poeta de minha terra para definir minha comoção. A poesia não é incômoda nem anacrônica no cenário dos grandes debates:

«Que tempo de viver-se!»

«... Que sonho raro

Será mais puro e belo e mais profundo
do que esta viva máquina do Mundo?»

É com esse sentimento do Mundo que falo em nome de uma das maiores nações do Globo, complexa e pujante sociedade, a oitava economia do Ocidente, país de contrastes e de grandezas: o Brasil dos vários brasis, em que a opulência e a pobreza, o árido e o fértil, a seca e a inundação fazem uma geografia de amostragens opostas, abrigando num vasto continente um povo unificado que soube construir uma democracia racial e uma unidade de cultura que é a força invencível do seu destino.

Homem simples, nasci e vivi numa das regiões mais castigadas da Terra, o populoso e pobre Nordeste brasileiro.

Percorro há trinta anos uma carreira política, mas foi no bojo de uma tragédia e espanto, de forma abrupta e inesperada, que assumi a chefia da Nação.

Presidente da República, orgulho-me de ser um escritor em que o gosto da palavra não confinou o espírito na expressão da obra estética. Dela fiz um elemento de identificação profunda com o povo, para viver os anseios do Homem e da sociedade.

A Literatura e a Política são vertentes a obrigar uma visão social e humanista do Universo. Não posso conceber a busca das conquistas materiais sem um subs-

trato do espírito que possa dar à aventura humana a dimensão das coisas eternas.

Tenho fé, e malsinado o homem que tiver vergonha de pensar na Terra sem a companhia de Deus.

O Brasil acaba de sair de uma longa noite. Não tem olhos vermelhos de pesadelo. Traz nos lábios um gesto aberto de confiança e um canto de amor à liberdade. Quem é prisioneiro do passado não enxerga o futuro. Moisés não ficou de costas para a Terra da Promissão.

O instrumento de nossa viagem do autoritarismo para a democracia foi a capacidade de conciliar e de entender, sem violência e sem traumatismos.

Nossa determinação, coragem e resignação foram tão fortes que suportamos a perda de nosso herói, Tancredo Neves, na noite em que clareavam os nossos céus em festa os fogos da vitória. O nosso sofrimento foi transformado em força e obstinação para fazer do seu sonho o nosso sonho, e não nos dispersarmos.

Mais forte do que a morte foram os valores da mudança. Estes valores projetamos no campo das classes sociais, abolindo distâncias e barreiras, numa patriótica convivência de todas as correntes de idéias, na busca do ideal efetivo de justiça, de conciliação e da consolidação institucional do poder civil.

Consideramos que a visão do social é a própria seiva do liberalismo moderno: a liberdade que se ocupa com as condições reais de vida, com a realização completa da felicidade individual, com a universalidade das franquias e do direito de ser livre.

Estou nesta tribuna para homenagear as Nações Unidas, no seu aniversário de 40 anos. O Brasil esteve no seu nascimento, está agora, estará no futuro, para defender o espírito da Organização. Esse espírito não é servir como arma dos fortes, mas como a voz dos fracos. Dos que não têm exércitos, nem arsenais, nem veto a impor ou a anular decisões.

Estou aqui para dizer que o Brasil não deseja mais que sua voz seja tímida. Deseja ser ouvido sem aspirações de hegemonia, mas com determinação de presença. Não pregaremos ao Mundo o que não falarmos dentro de nossa fronteira. Estamos reconciliados. A nossa força passou a ser a coerência. Nosso discurso interno é igual ao nosso chamamento internacional. E desejamos, agora, revigorar, com redobrada afirmação, nossa presença no debate das nações. Uma política externa independente, dinâmica e voltada para a solução das questões internacionais de conteúdo social.

Não seremos prisioneiros de grandes potências nem escravos de pequenos conflitos.

Há quarenta anos, nossos fundadores estabeleceram, sobre os estertores da guerra e as ruínas da opressão, os fundamentos do edifício da paz, o concerto das nações e a ilimitada cooperação entre os povos. As potências da Terra e os países emergentes foram convocados a liquidar a exploração colonial. Proclamaram ao Universo o valor dos princípios democráticos de igualdade e justiça. Condenaram o racismo e a intolerância. Legitimaram o direito universal à saúde, ao bem-estar e à educação. Reafirmaram a dignidade do trabalho e o poder aprimorado da cultura.

Hoje, tendo vivido sem guerra generalizada o dobro do tempo que a Humanidade viveu entre um e outro conflito mundial, podemos dizer que o papel da ONU nem sempre foi reconhecido; seu desempenho quase nunca foi suficiente. Porém sua ação, longe de ter sido inútil, foi, é e continuará a ser necessária.

Os seus fundadores estavam certos!

Senhor Presidente,

Em nome do Brasil, saúdo Vossa Excelência por sua expressiva eleição para a Presidência da Quadragésima Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas. Congratulo-me com os representantes dos Estados-Membros aqui reunidos, que comemoram quatro décadas na vida ativa desta egrégia Organização. Dirijo meus sinceros cumprimentos ao Senhor Secretário-Geral, Embaixador Javier Pérez de Cuéllar, de cujo talento e experiência diplomática nós os latino-americanos tanto nos orgulhamos.

Senhor Presidente,

É natural que minha primeira abordagem seja a América Latina. América Latina cujo esforço extraordinário de criar uma ordem democrática é o mais surpreendente e comovedor fato político ocorrido nestes anos, e que passa indiferente aos olhos descuidados do centro do poder mundial. Poucos examinam o amadurecimento institucional da região, o drama e a conquista. Sem ajuda e envolvimento, temperados apenas com a força de convicções, enfrentamos a ameaça da tentação totalitária e a ganância dos que só vêem com os olhos da exploração. Saímos sincronizados, num movimento

solidário, para a floração de instituições livres. Optamos, como um todo, em caráter irreversível, pelo trinômio: sociedade aberta, instituições livres, economia dinâmica. É com base nessa tríplice definição democrática que exercitaremos o diálogo, procuraremos ser a ponte entre o Oriente e o Ocidente, o Norte e o Sul, velhas e novas culturas, regimes e ideologias.

Gandhi, O Mahatma, disse que a verdadeira missão do homem da lei, é lançar uma ponte sobre o abismo que separa os adversários. A ONU é a lei; nós somos homens dessa lei.

Há ventos novos em nosso Continente, que revigoraram a nossa tradição democrática, refletida em compromissos que antecedem a criação da ONU.

Assim é que somos paladinos do princípio da autodeterminação dos povos e do dever de não-intervenção, da solução pacífica de controvérsias, da distensão nas relações Leste-Oeste, refratários ao antagonismo agudo da política de blocos, defensores do primado da negociação sobre as perigosas demonstrações de força.

Com o espírito democrático militamos, há tantos anos, pelo desarmamento, e recusamos, por precária, violenta e irracional, a idéia de uma paz sustentada pelo equilíbrio dos arsenais atômicos.

O Brasil acredita que não há tergiversação possível face a esses ideais, nem qualquer concessão que admita sua suspensão, em qualquer nível, em nome do que quer que seja!

E é também por fidelidade ao credo universalista da democracia que somos anti-racistas. Profunda, enraizada e intransigentemente anti-racistas.

O Brasil, Senhores, é um grande país mestiço que se orgulha de sua identidade. Várias das mais altas expressões criadoras da nossa cultura provieram da mescla racial, da mútua fertilização das etnias. A maior e mais completa sensibilidade literária que produzimos até hoje — Machado de Assis — era um mestiço. Como mestiços foram, nas artes plásticas, o grande escultor barroco, o Aleijadinho, e, na música, o universal Vila-Lobos. Recordo o quanto o Brasil deve, na sua cultura popular, ao gênio negro e ao espírito ameríndio.

No Brasil, a discriminação racial não é só ilegítima — é ilegal, é crime previsto nas leis penais. Por isso nos repugna a recrudescência do conflito racial ditado pela intolerância racista, ou a persistência de configurações coloniais. Reitero solenemente nossa total condenação ao *apartheid* e nosso apoio sem reservas à emancipação imediata da Namíbia, sob a égide das Nações Unidas.

Não concebemos que a ONU comemore sua idade da razão sem uma ofensiva em regra contra os resíduos do racismo na Terra.

Como Presidente do meu País, renovei há poucas semanas a proibição de exportar petróleo e derivados, armas e munições, licenças e patentes para a África do Sul, bem como suspendi as atividades de intercâmbio cultural, artístico ou desportivo com o Governo de Pretória.

O racismo é contra a Humanidade e contra o futuro.

O racismo, um colonialismo diferente, amoral e perverso não pode manchar a página de ouro da descolonização.

Mais do que as hecatombes dos conflitos mundiais, mais do que o confronto estéril da Guerra Fria, a descolonização ficará como a grande contribuição do Século XX à História da Humanidade.

O êxito da descolonização foi fruto de uma vontade internacional. Esse caminho, a busca de soluções consensuais, há de permitir superar a frustração que hoje sentimos diante dos desafios da corrida armamentista, da multiplicação de tensões e conflitos.

Senhor Presidente,

Os direitos humanos adquirem uma dimensão fundamental, estreitamente ligada à própria prática da convivência e do pluralismo.

O mundo que os idealizadores da Liga das Nações não puderam ver nascer, e cuja edificação ainda esperamos, é um mundo de respeito aos direitos da pessoa humana, que as Nações Unidas procuram promover através dos Pactos Internacionais de Direitos Humanos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é, sem dúvida, o mais importante documento firmado pelo Homem na História contemporânea. E ela nasceu no berço das Nações Unidas.

Com orgulho e confiança, trago a esta Assembléia a decisão de aderir aos Pactos Internacionais das Nações

Unidas sobre Direitos Cíveis e Políticos e sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, e à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. Com essas decisões e povo brasileiro dá um passo na afirmação democrática do seu Estado e reitera, perante si mesmo e perante toda a comunidade internacional, o compromisso solene com os princípios da Carta da ONU e com a promoção da dignidade humana.

Nessa tarefa, destaco a promoção dos direitos da Mulher, que no Brasil acaba de ganhar impulso com a criação do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher. A decisiva participação da Mulher na transformação por que passa a sociedade brasileira articula-se, em nível mundial, com o extraordinário movimento de afirmação feminina, cujo impacto vem renovando em profundidade as relações humanas deste fim de século.

Estamos numa encruzilhada das muitas que marcam estes 40 anos de existência da ONU. Os povos percebem que as concessões feitas às realidades do poder são uma avenida de uma só mão. Apenas a vontade conjunta da maioria pode recompor, numa atitude nova, o panorama emoliente criado pela confrontação e pelos mecanismos do poder.

Senhor Presidente, Senhores Delegados,

«Nem tudo é Este ou Oeste nas Nações Unidas. O Mundo possui outros pontos cardeais», dizia há 22 anos, o Embaixador Araújo Castro, representante do Brasil nesta Assembléia-Geral. O Brasil reconhece nas relações internacionais muitos aspectos negativos mas procura

perceber o Mundo de uma perspectiva rica e multifacetada.

Exploremos este tempo para a cooperação e a ciência; nele, as naturais diferenças não são empecilho para a convivência. Os espaços celestes sempre foram a imagem mais pura da paz. Preservemos os infinitos céus como fronteira que as armas não devem violar.

Os brasileiros acreditam em valores como o respeito à individualidade de cada país e a responsabilidade solidária perante os impasses e dilemas deste fim de século.

Vemos com aflição que inúmeros conflitos afetam países em desenvolvimento, paralisando esforços de progresso. Esses conflitos agravam as difíceis condições criadas pela persistência de uma ordem internacional injusta e colocam mais distante o ideal de paz e segurança. A transferência, para o cenário de muitos desses conflitos, de temas do choque Leste/Oeste agrega um elemento poderoso de dilaceração e mascara suas verdadeiras causas.

Temos exemplos à nossa volta.

O Brasil junta-se aos demais países latino-americanos para proclamar a necessidade urgente de uma solução política, duradoura e estável, para os embates que rasgam a América Central.

Por essa razão, devota o Brasil todo o seu apoio à iniciativa de Contadora, que traduz o sentimento da América Latina na busca de uma solução que preserve a paz e o entendimento no Continente e corresponda à vontade dos povos centro-americanos.

Meu governo juntou-se a três países irmãos na criação do Grupo de Apoio a Contadora, para traduzir em providências concretas o amplo respaldo que aquela iniciativa vem recebendo.

O caráter político e profundamente ético de Contadora é a resposta latino-americana às teses da confrontação; é um amparo ao diálogo onde existe radicalização; é um convite à negociação onde existe a ameaça do uso de força; e é uma vigorosa defesa da autodeterminação e da não-ingerência contra as tentativas de internacionalização do conflito.

O Brasil sente-se ligado por laços de grande amizade a todos os povos do Oriente Médio. A sociedade brasileira consterna-se com o clima desolador do Líbano e reconhece o direito de todos os povos do Oriente Médio, inclusive Israel, de viver em paz, dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas. Deseja ver concretizada a criação de um Estado nacional palestino, aspiração deste sofrido e grande povo, a evacuação dos territórios árabes ocupados e o acatamento das Resoluções das Nações Unidas sobre a região.

Ligado ao Irã e ao Iraque por laços de amizade e cooperação crescente, o Brasil exorta esses dois países a encaminharem suas divergências pela via pacífica e negociada.

Preocupam-nos o Afeganistão e o Campuchéia. Não haverá fim para a violência nesses países enquanto persistir a presença de tropas estrangeiras e não forem reconhecidos expressamente os direitos de seus povos à livre manifestação de sua vontade.

É nosso dever ainda exigir visão e postura construtivas sobre a questão das Malvinas. Desde 1833, o Brasil apóia a justa reivindicação argentina da soberania sobre as Ilhas Malvinas, encarecendo uma solução negociada como única forma de resolver o problema.

O Brasil fará todos os esforços que estiverem a seu alcance para preservar o Atlântico Sul como área de paz, afastada da corrida armamentista, da presença de armas nucleares e de qualquer forma de confronto oriunda de outras regiões.

Firmemente empenhado no esforço de proscrever as armas nucleares do Continente, o Brasil assinou e ratificou o Tratado de Tlatelolco, cujo objetivo pioneiro foi transformar a América Latina na primeira zona desnuclearizada em território habitado pelo Homem. A desnuclearização da América Latina deve ser o primeiro passo de um novo impulso para deter a acumulação vertical e horizontal das armas nucleares, liberando-se o milhão e meio de dólares desperdiçados cada minuto pela corrida armamentista para o combate à fome, à doença, à ignorância e à miséria.

A maratona armamentista é uma síndrome do mal que ameaça a lucidez, um hiato negro da consciência humana.

Vivemos uma nova Revolução Científica que, a cada momento, transforma o Mundo sob nossos olhos. Dominar os avanços que se sucedem vertiginosamente nos setores de ponta da Ciência e da Tecnologia passou a ser questão vital de sobrevivência. No plano de trabalho a que a ONU deve dedicar seus próximos anos, te-

mos de inserir uma estratégia para que o Mundo não se fragmente em blocos tecnológicos fechados, mas coloque o conhecimento técnico e científico a serviço das necessidades básicas de todos os homens.

Senhor Presidente,

Estes são os problemas visíveis. Mas há um outro, maior, que permeia as relações internacionais e que insidiosamente ameaça a todos, pobres e ricos. Os pobres, pela desestabilização; os ricos, pela insegurança; e todos pelo desmoronamento, se a nossa postura for de imobilidade.

Desejo falar do problema econômico, que concentra sua virulência no Terceiro Mundo, em particular na América Latina.

Esmagados sob o peso de enorme dívida externa, vivem os países da região um quadro de graves dificuldades, cujas repercussões internas se traduzem em recessão, desemprego, inflação, aumento da miséria e violência. Apanhados por uma conjugação viciosa de fatores econômicos — alta dos juros internacionais, queda dos preços dos produtos primários e seletividade de mercados nos países desenvolvidos — enfrentamos uma crise só comparável à que atingiu as economias de mercado no início dos anos trinta.

A carga da dívida externa impõe uma política econômica voltada para obtenção de saldos comerciais destinados ao pagamento dos juros. Os organismos internacionais propõem políticas de ajustamentos inadequados. Essa rota conduz à recessão, ao desemprego e à renúncia da capacidade de crescer. Essa política debilita as li-

deranças civis, torna explosiva a crise social, ameaça as instituições, compromete a ordem e, conseqüentemente, é uma ameaça às estruturas democráticas. Para aumentar nossas dificuldades, os mercados dos países desenvolvidos fecham-se às nossas exportações. Multiplicam-se as barreiras protecionistas e somos injustamente acusados de práticas desleais de comércio.

Confunde-se mesmo o protecionismo com que se procura cercar setores obsoletos dos países desenvolvidos com o legítimo direito dos países em desenvolvimento de criarem condições propícias e transitórias para a instalação de indústrias nascentes que absorvam tecnologias modernas indispensáveis à sustentação do nosso crescimento, exercendo, assim, a nossa soberania e independência.

E o paradoxo é que todo nosso esforço se faz, justamente para transferir divisas para os mesmos centros que nos atacam e discriminam. Vivemos assim entre a ameaça do protecionismo e o fantasma da inadimplência.

Fazemos um esforço extraordinário para competir. Nossas empresas exportam com escassos lucros e nossa mão-de-obra recebe baixa remuneração. É triste confessar que o nosso salário-mínimo é de 50 dólares mensais.

Para completar o quadro de nossas dificuldades, temos a obrigação de manter uma balança comercial superavitária para pagar, em quatro anos, juros de cerca de 50 bilhões de dólares.

Esta é a situação de um país que tem potencialidades, uma pauta diversificada de exportações que vai de

produtos primários a derivados de petróleo, produtos industrializados, máquinas e até aviões. Podemos avaliar o impacto destes fatores em outros países sem as nossas condições.

Nossa tradição é cumprir os compromissos externos. Mas temos o dever de alertar o Mundo de que o quadro existente tem que ser reestudado. Necessita de outro ordenamento. Porque é injusto. E tudo o que leva o germe da injuriça, do absurdo, não sobrevive.

O Brasil não deseja fazer da dívida uma questão ideológica, não deseja que ela se transforme num tema de confrontação Norte/Sul, Leste/Oeste. O Brasil é um país de arraigados ideais cristãos e ocidentais. Nós acreditamos que em qualquer lugar do Mundo em que a liberdade de iniciativa entrou em colapso, a liberdade desapareceu. Acreditamos no poder criativo da economia de mercado, através da competição. Assim não nos move, ao denunciar esta ordem, qualquer motivação política. Desejamos única e exclusivamente defender os nossos mais sagrados interesses. E esse dever nós o cumprimos, exortando a comunidade internacional a procurar conosco a solução. E essa solução não pode ser exclusivamente a das leis de mercado.

Senhor Presidente,

Ao final da Segunda Guerra Mundial, as potências vitoriosas tiveram a compreensão de que era essencial a paz a criação de um reordenamento internacional disciplinado, que regulasse as relações econômicas e financeiras entre as Nações.

Fundamental para a instituição dessa ordem econômica foi a percepção de que a reconstrução da Europa era indispensável para a estabilidade e para a própria segurança internacional. O êxito do programa de reconstrução da Europa demonstra a capacidade de realização dos projetos de cooperação entre as nações, quando concebidos com uma visão ampla de reciprocidade dos interesses e uma consciência clara da ligação entre os problemas políticos e os econômicos.

Vivemos hoje uma situação que reclama, novamente, visão criativa e renovadora. Os pilares da ordem vigente encontram-se desgastados e obsoletos. É necessário que se discutam medidas concretas para adequar a ordem econômica internacional às realidades de hoje.

Depois da prosperidade, quando veio a recessão, passou a reinar mais a selva predatória de Hobbes do que a fecunda anarquia harmoniosa de Adam Smith.

O endividamento da América Latina não é mais um problema de caráter regional, tal o seu impacto na estabilidade dos mecanismos financeiros do mundo ocidental. A consciência desse problema levou à formação do Consenso de Cartagena, manifestação solidária dos países latino-americanos mais afetados pelo problema da dívida externa, em busca de uma solução pela via do diálogo e do entendimento.

É imperioso, do ponto-de-vista latino-americano, que a crise do endividamento seja negociada em sua dimensão política. Agora, como há quarenta anos, é preciso que os governos dos países credores conscientizem-se da ocorrência de uma situação excepcional, cuja solução transcende a simples ação das forças econômicas.

Ao conclamar os líderes das nações industrializadas a uma ação política concentrada para solucionar o problema dos débitos externos, faço-o com a serenidade de um país que não tem medido esforços para cumprir com rigor seus compromissos internacionais.

Temos feito um esforço gigantesco. Mas, mesmo a persistir nossa trajetória atual de crescimento, somente em 1990 teremos recuperado a renda *per capita* que já havíamos alcançado em 1980.

Nosso povo chegou ao limite do suportável. É impossível solicitar sacrifícios adicionais de uma população depauperada como a nossa. Ao contrário, temos que garantir aos brasileiros que as oportunidades de emprego estarão aumentando nos próximos anos.

Nossa vulnerabilidade à elevação das taxas de juros internacionais é tão alta que todo o resultado acumulado vai desmoronar se taxas escorchantes voltarem a ser praticadas.

Maiores serão as dificuldades para formarmos uma sociedade liberal e pluralista, se não mantivermos e ampliarmos nossos contatos com o Exterior. A crise da dívida externa, no entanto, vem forçando nossa economia a um processo de isolamento e de autarquia, a traduzir-se em possibilidades mínimas de importação e em ligações débeis e insatisfatórias com o mercado financeiro internacional. Não desejamos o isolamento e a autarquia, temos o direito de esperar de nossos parceiros internacionais formas equitativas e justas de cooperação, que aceitem democraticamente uma partilha concreta de responsabilidade. Não podemos ficar apenas na retórica

do ajustamento da economia, supondo que o sacrifício é tudo que deve fazer um devedor do Terceiro Mundo para equacionar suas contas externas. Esta visão estreita esquece estarmos tratando de populações que têm direito a um padrão sério de sobrevivência e de países com legítimas aspirações nacionais. Ou conscientizamo-nos de que a solução da dívida externa é uma tarefa conjunta de credores e devedores, ou arriscamo-nos a atear fogo no barril de pólvora que ameaça o Continente.

Esse quadro justifica o caldeirão social da América Latina, indefesa diante das seduções messiânicas e demagógicas, do canto das ideologias totalitárias e presa a uma injusta situação, fruto de erros acumulados no passado.

É um milagre que o clarão que ilumina a América Latina, neste instante, seja o facho da liberdade e da democracia e não o da convulsão.

A posição do Brasil está tomada. A dívida não nos leva à dúvida. Optamos por crescer sem recessão, sem nos submetermos a ajustamentos que signifiquem renúncia ao desenvolvimento.

O Brasil não pagará a dívida externa nem com a recessão, nem com o desemprego, nem com a fome. Temos consciência de que, a pagar essa conta, com estes altos custos sociais e econômicos, teríamos em seguida de abdicar da liberdade, porque débito pago com miséria é conta paga com a democracia.

Assim, desejo afirmar com toda a seriedade e firmeza: não há solução fora de uma reformulação profunda das estruturas econômicas internacionais.

Por último, Senhor Presidente, devo falar da paz, o ideal maior do Homem.

Mas, o que é paz?

Será somente a ausência da guerra, da guerra entre as nações, da guerra entre os homens? Ou paz é algo mais transcendental que significa a libertação do Homem de todas as formas de violência, de todos os seus conflitos?

Acredito que deva ser um estado de espírito interior projetado pelo Homem como uma conduta para todas as nações. Mas realisticamente sabemos que passarão muitas gerações, antes de essa viagem chegar a esse porto.

É diferente a realidade que nos sustenta. A matéria de nosso trabalho é a dura paisagem de nosso tempo: a paisagem da violência, dos egoísmos, da retaliação, da dependência, do atraso, da servidão, da guerra nuclear, das doenças, da fome, do desnível cultural, dos atentados ecológicos, da poluição, do terrorismo, da ganância, da exploração.

A paz hoje ainda não é paz, é a dissimulação da guerra. O primeiro caminho da paz é a liberdade. E a organização política da liberdade é a democracia. Os povos livres não se guerreiam; não haverá guerra entre povos democráticos que decidem do seu próprio destino sem a submissão a autoritarismos pessoais e a fanatismos ideológicos.

Guerra e democracia, guerra e liberdade são termos incompatíveis. Clausewitz assinalou que só existiria guerra quando existissem estados soberanos. Da mesma forma, podemos afirmar que prevalecem as soluções

pacíficas e consensuais quando existem nações livres e democraticamente desenvolvidas, instituições permanentes, poderes funcionando, povo decidindo. Assim, a melhor maneira de a ONU trabalhar pela paz é trabalhar pela democracia. Nós do Brasil temos esse exemplo. Saímos do conflito pela democracia. No dia em que o povo sentiu que ele decidia, não decidiu pela violência. Decidiu pelo diálogo, pela negociação.

Estamos chegando ao fim do Século. A tarefa das Nações Unidas tem sido a de administrar conflitos circunstanciais. É hora de reagirmos com vigor a esse papel residual, restituindo à Organização as prerrogativas e direitos que decorrem da responsabilidade solidária de todos os povos em matéria de paz e segurança. A prioridade da quinta década de vida da ONU deve ser um programa de revitalização com os seguintes objetivos:

- contribuir para superar as tensões da renovada confrontação bipolar entre os dois blocos de Poder;

- criar uma nova ordem econômica inspirada no desenvolvimento e na justiça social;

- explorar todo o potencial de negociação da Organização para encaminhar soluções aos conflitos regionais que se multiplicam no Terceiro Mundo;

- recuperar uma função central nas negociações para a redução, controle e eliminação de armamentos, com ênfase nos de maior poder destrutivo.

Mas a liberdade não se esgota no exercício de um bem político. No bem-estar de cada um de nós está embutida uma grande dívida social, uma dívida moral com todas as populações pobres do Mundo inteiro que parti-

cipam do gênero humano a quem chamamos de irmãos, mas que tratamos como se não o fossem.

O sentido da liberdade, para o homem contemporâneo, não é somente a ausência de coerção ou de interferência. É a perspectiva de uma vida feliz, para si e para os seus. Daí a concepção de liberdade que se preocupa concretamente com as condições reais da vida livre e se esmera em promover a mais ampla igualdade de oportunidades. O homem moderno é alguém que vivencia no presente o sonho de Jefferson: a procura, pessoal e coletiva, da felicidade.

A equalização de oportunidades é o alimento da liberdade social, para que o mercado sirva aos homens em vez de os homens serem servos do mercado. Sem diversidade de valores e múltiplas formas de vida não viceja a liberdade, que se estiola no privilégio e se afoga na opressão.

Senhor Presidente,

Churchill e Roosevelt, em Hyde Park, pouco antes da criação da ONU, tiveram um diálogo. Perguntou Roosevelt como a paz poderia ser assegurada. Respondeu Churchill:

— Com a aliança anglo-americana.

Ponderou Roosevelt:

— Não. É com a melhoria das condições de vida em todo o Mundo.

Para que haja paz, repito, tem de haver democracia e liberdade. Liberdade contra a fome.

O Mundo não pode ter paz enquanto existir uma boca faminta em qualquer lugar da Terra, uma criança morrendo sem leite, um ser humano agonizando pela falta de pão. O século que virá será o século da socialização dos alimentos. A imagem da Mater Dolorosa dos desertos africanos nos humilha. Os alimentos não podem continuar sendo apenas mercadorias especulativas das bolsas. A Ciência e a Técnica estão aí, através da engenharia genética, anunciando uma nova era de abundância. A Humanidade, que foi capaz de romper as barreiras da Terra e partir para as estrelas longínquas, não pode ser incapaz de extirpar a fome. O que se necessita é de uma vontade mundial, é de uma decisão sem vetos. É urgente um plano de paz pela extinção da fome.

O Brasil, que vive o paradoxo de ser grande produtor de alimentos, enquanto luta para eliminar de seu território os bolsões de fome, está disposto a participar com entusiasmo de um esforço de mobilização da comunidade internacional para eliminar esse flagelo antes do fim do Século. Este desafio poderá ser a oportunidade para que a ONU e suas agências superem o descrédito do multilateralismo, demonstrando sua eficácia e validade.

Para isso, o Homem tem que ter uma visão humanista da Política, senão ele só enxergará e só semeará mísseis e ogivas nucleares.

A conquista dos mares deu ao Homem o humanismo renascentista.

A conquista do Cosmo amplia nossa vista para uma solidão infinita. O Mundo ficou maior e menor. Temos

de ser solidários nesta viagem em que todos os homens estão condenados à grande sedução da vida. O novo humanismo deve estar centrado na solidariedade e na paz. A paz só existe com a liberdade; a liberdade, com a democracia; e a democracia, quando olharmos pelos segregados, pelos famintos, pelos desempregados. Quando amarmos, nas nações pobres, as regiões mais pobres; nas nações ricas, os homens pobres; nas nações mais pobres, os mais pobres homens.

Há quarenta anos trabalhávamos sobre os escombros claros de uma guerra; hoje devemos trabalhar para evitar os escombros da guerra anônima que é a fome.

A miséria é negação da vida.

Esta a grande missão do Homem: transformar a vida, transformando o Mundo. Estamos avistando o Século XXI.

Olhem os novos tempos com olhos de amor à Natureza, com olhos de caçadores de sonhos.

Tenhamos a coragem de proclamar: liberdade e paz são o fim da miséria, da fome.

23 DE SETEMBRO
SEDE DA ONU
NOVA IORQUE-EUA

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA SES-
SÃO SOLENE DO GRUPO LATINO-
AMERICANO DAS NAÇÕES UNIDAS

Agradeço a generosidade das suas palavras de saudação, que realçam uma vez mais a histórica amizade e os intensos laços de cooperação que unem todos os nossos países.

Neste ano em que comemoramos, com renovadas esperanças, o quadragésimo aniversário da Organização das Nações Unidas, peço aos Senhores que sejam portadores da mensagem de fraterna amizade com que homenageio, em nome do povo e do Governo brasileiros, os governos e os povos irmãos da América Latina, aqui tão dignamente representados.

Minha presença neste foro de entendimento assinala a elevada prioridade que atribuo às relações com todos os países da América Latina, como expressão da vocação latino-americana do Brasil e da sua profunda identidade com o Continente.

Senhor Presidente,
Senhores Representantes,

A ação deste grupo de coordenação regional já deixou sua marca inconfundível na diplomacia que se pratica nos foros internacionais. Suas posições, que refletem a coesão e o equilíbrio dos consensos, enriqueceram as Nações Unidas com a vocação universalista e participativa da América Latina nas grandes questões que interessam à Humanidade em geral e aos países em desenvolvimento em particular.

A América Latina tem uma longa tradição de reflexão e prática internacional. Desde os tempos da nossa independência política, muitos foram os momentos de criatividade política e jurídica do Continente.

Essa vocação de serviço da América Latina, trazida aos foros da diplomacia multilateral, consolidou nossa presença nessa área cada vez mais importante das relações internacionais. Ao mesmo tempo, traduziu fielmente a importância das Nações Unidas e suas Agências especializadas para nossos países. Nossa voz, voltada para os valores da paz, do progresso e da participação, adquire uma amplitude nova no momento em que a democracia, fortalecida no Continente, empresta uma legitimidade crescente à ação de nossos governos.

Hoje, assistimos a novas iniciativas que comprovam essa capacidade de mobilização e de coordenação latino-americanas em defesa de interesses legítimos da região. É esse o sentido das ações do Gupo de Contadora e do Consenso de Cartagena, orientadas pela firme decisão de encontrar soluções duradouras, estáveis e genuínas.

mente latino-americanas para graves problemas que afetam a vida de nossos povos.

Senhor Presidente,

Senhores Representantes,

O exemplo diário da coordenação e da solidariedade é a diferença marcante entre nossa reação à crise atual e à dos anos 30.

Meio século atrás, o colapso da economia surpreendeu-nos dispersos, isolados, encerrados em nossos particularismos.

Hoje, o desafio mundial encontra uma América Latinas mais coesa e transformada pelos esforços de integração.

É nesse caminho da construção e aperfeiçoamento da confiança recíproca que devemos perseverar. São seus pressupostos a comunidade de destino e aspirações, a riqueza e diversidade de expressões nacionais harmonizadas pelo comum denominador da identidade cultural latino-americana.

Nas décadas de 50 e 60, a América Latina foi pioneira na introdução de conceitos inovadores que iriam conduzir à UNCTAD, à luta por uma Nova Ordem Econômica Internacional, ao diálogo Norte-Sul, à cooperação Sul-Sul, às duzentas milhas de mar territorial e à Convenção sobre o Direito do Mar.

Por algum tempo, nossos países foram apontados como a história do sucesso do desenvolvimento, como economias na plataforma de decolagem para o crescimento auto-sustentado.

Hoje, com igual exagero, somos vistos como descrentes de nós mesmos, mergulhados em perplexidade e frustração diante do desmoronar das velhas fórmulas desenvolvimentistas.

A vitória sobre a desesperança e o pessimismo deve nascer de uma reação baseada na autoconfiança. Não apenas da afirmação da vontade contra a adversidade dos tempos, mas do conhecimento sereno que temos da força, da perseverança e da vitalidade de que nossos povos, mesmo nos piores momentos, sempre souberam dar provas.

Não podemos renunciar ao desenvolvimento, condição do bem-estar, da educação e da justiça para nossas sociedades.

Se as fórmulas de antes estão gastas, temos de recorrer à inteligência criativa da América Latina para forjar conceitos novos, que atualizem o ideário do desenvolvimento.

Para outros Continentes, a idéia-força que plasmou a unidade foi ora a descolonização e a luta contra o racismo, ora a edificação da convivência e da integração num espaço geográfico dividido pela ideologia.

Para nós, latino-americanos, o fio unificador, a idéia comum capaz de gerar unidade e conferir-nos um papel internacional inconfundível só poderá ser a renovação do nosso compromisso com um desenvolvimento pleno e equilibrado, fonte de bem-estar e de justiça.

Senhores Representantes,

Os quarenta anos da fundação das Nações Unidas se cumprem num mundo conturbado. Nele, a paz e a se-

gurança são ainda um ideal e a justiça e a equidade uma promessa remota.

Estes quarenta anos de existência da Organização das Nações Unidas convidam-nos à reflexão e inspiram-nos para a ação.

A reflexão traz-nos a certeza de que a América Latina muito tem a oferecer à Organização e aos ideais e princípios que dão sentido à sua existência.

A ação mostra-nos que o caminho é um só: a capacidade de influirmos na História passa pela criatividade de nossas idéias, pela legitimidade de nossas propostas e pela determinação com que soubermos buscar em nossa Cultura a inspiração para construir um mundo de liberdade e de justiça.

24 DE SETEMBRO
COUNCIL OF FOREIGN RELATIONS
NOVA IORQUE-EUA
PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DO
BREAKFAST NO COUNCIL OF FOR-
EIGN RELATIONS

É com satisfação que compareço a este Conselho, reconhecido em todo o Mundo pela expressiva contribuição que tem dado ao debate e esclarecimento de importantes questões internacionais.

Embora se viva em toda a América Latina tendência quase geral à democratização, cada país segue caminho independente, determinado pelos fatores que lhes são próprios.

Por isso, tenciono falar sobretudo da experiência que me é mais próxima, a da consolidação da democracia brasileira, objetivo central da Nova República inaugurada em meu País em março deste ano.

Iniciamos no Brasil a reforma pacífica e sem traumatismo das instituições políticas e das estruturas econô-

micas, para permitir a participação, sem exclusão, dos brasileiros na construção do seu futuro.

Vencendo o pessimismo que nos abatia, construímos uma grande esperança. O golpe trágico da perda do inesquecível líder Tancredo Neves converteu-se numa razão a mais para prosseguirmos, com a mesma maturidade, no processo de conciliação nacional.

Em poucos meses, o panorama político do País renovou-se por completo.

Há, hoje, no Brasil, plena liberdade de pensamento e expressão. O Presidente da República será eleito não mais através de um colégio eleitoral, mas por eleições diretas. E o Congresso Nacional tem, no conjunto das instituições representativas, a importância e o papel próprios das democracias contemporâneas. A lei eleitoral foi emendada para permitir o restabelecimento de um saudável pluralismo político. Foram, assim, legalizados partidos até há pouco clandestinos, e criados outros que exprimem, ordenadamente, a manifestação do dissenso e a representação das mais variadas opiniões. Assegurou-se a autonomia dos sindicatos, que por muito tempo estiveram sob o controle do Estado.

Como coroamento de todo o processo, estamos convocando uma Assembléia Nacional Constituinte, a ser eleita no próximo ano, para iniciar seus trabalhos em 1987. A Constituinte será um instrumento nas mãos dos brasileiros para cristalizar, em preceitos constitucionais, sua vontade de viver em uma organização política autenticamente democrática.

A democratização política projeta-se na economia e nas instituições sociais. Entendemos que a democracia, ao permitir u'a maior participação de todos na vida política nacional, gera necessariamente reivindicações naquelas áreas. A recuperação econômica e a construção da democracia são tarefas convergentes e estamos, assim, empenhados em realizá-las conjuntamente, porque estamos convencidos de que asseguraremos a estabilidade das relações políticas na medida em que elas estejam em correspondência com a realidade social.

O esforço interno brasileiro tem sido grande, ao tentar superar os problemas econômicos e sociais, de cuja solução depende também a consolidação democrática.

Esse é o grande desafio que se coloca para o Governo e para o povo brasileiro.

As tensões sociais no País foram agravadas pela limitação das liberdades políticas e por medidas econômicas que concentraram a renda e aprofundaram o desequilíbrio regional. Nos últimos meses, ocorreu no Brasil uma saudável liberação de demandas há tempos reprimidas, que, à primeira vista, podem parecer descontroladas, mas que, na realidade, estão sendo canalizadas através dos veículos democráticos de associações de classe, dos partidos políticos e do Parlamento. E todas essas forças compartilham a convicção de que o primeiro dever dos governos democráticos é o da promoção humana e do tratamento justo dos diferentes grupos sociais.

Para atender esse anseio e corrigir as desigualdades apontadas, o Governo se vê diante de um difícil quadro, cuja solução está intimamente ligada à opção pela reto-

mada do crescimento econômico com base em seus próprios recursos e instrumentos, uma vez que os fatores externos que para ele poderiam concorrer estão fora do seu controle e lhe têm sido adversos.

Não temos o mesmo crescimento dos anos anteriores. Mas desejamos que nosso crescimento renda sobretudo dividendos sociais. No total, fomos obrigados a diminuir nossos investimentos. Mas aumentamos gastos na área social, em especial em saúde e educação.

Estamos iniciando uma reforma agrária progressiva, com o objetivo de levar ao campo a paz e a justiça social, juntamente com um impacto positivo sobre a produção.

Um novo impulso dinamiza a nossa realidade política, econômica e social, estabelecendo as condições internas para a consolidação democrática.

Caberia também analisar a relação entre a consolidação democrática interna e fatores externos. A própria formulação da política externa brasileira projeta a visão democrática também para o conjunto das relações internacionais do País. Por outro lado, alguns fatores internacionais têm conseqüências para a consolidação interna da democracia.

A visão democrática projetada internacionalmente nos leva a uma reflexão crítica sobre o próprio sistema mundial do poder.

O princípio da soberania, o da autodeterminação e o da igualdade jurídica entre os Estados estão consagrados pela Carta das Nações Unidas, cujo espírito e estrutura jurídica são democráticos. Num mundo complexo,

em que surgem novos atores, em que já são poucos os resíduos do colonialismo e em que os países em desenvolvimento participam ativamente do cenário internacional, esses princípios não deveriam ser meras abstrações conceituais.

O Brasil acredita que se devem aplicar os princípios democráticos ao sistema mundial de poder e às instituições econômicas internacionais, ampliando-se os canais de participação no sistema internacional de decisões.

Na prática, o princípio da igualdade jurídica tem convivido com um sistema decisório internacional concentrado. Decisões que interessam a todos os povos — como as que dizem respeito, por exemplo, à questão do desarmamento — ficam à mercê da vontade de alguns poucos Estados. Há, além disso, uma tendência a menosprezar o trabalho dos organismos multilaterais, sobretudo daqueles foros onde predomina formalmente a igualdade entre os Estados.

A desigualdade entre as nações continua impondo-se à ordem jurídica, substituindo o primado do direito pela realidade da força.

De fato, o Mundo viu surgir, após a Segunda Guerra, uma organização internacional em que as concessões ao poder, com a criação do Conselho de Segurança das Nações Unidas, estariam, em princípio, servindo de instrumento, não de hegemonia, mas de paz e de conciliação. A guerra fria mostrou ao mesmo tempo a fragilidade do equilíbrio do terror e a inviabilidade das teses da confrontação. Abriu, assim, o caminho para a competição em diferentes campos, como o tecnológico, e para

progressiva descompressão da cena internacional. A *détente* chegou, por sua vez, a lançar esperanças quanto à possibilidade de desviar a confrontação político-ideológica e os esforços bélicos para o progresso humano. Parecia que a visão bipolar já estava desgastada e a reflexão política pôde incorporar o fato da multipolaridade do poder mundial.

A renovação atual da retórica da bipolaridade soa artificial e incompatível com a complexidade do mundo contemporâneo. Como ela se baseia em interesses particulares das grandes potências, é incapaz por si mesma de rearticular lideranças. Surge, além disso, num momento em que se intensifica o sentimento de autonomia política dos países até agora marginalizados do sistema internacional de poder.

A divisão do Mundo em dois blocos hegemônicos de poder faz sobrepor a nossas realidades políticas tensões que lhes deveriam ser estranhas. Os alinhamentos a blocos levam a situações conflitivas, que têm agravado antagonismos inclusive em nosso Continente, na América Central, gerando propostas de solução que não se coadunam com os interesses específicos dos povos envolvidos ou com o respeito ao princípio da não-intervenção.

A democracia nada tem que ver com alinhamentos, automáticos ou não. Ela não pode, assim, basear-se em princípios de segurança e de defesa condicionados por uma disputa entre blocos.

Não é que não tenhamos uma visão de segurança nas relações internacionais. Mas nossa visão parte das

causas profundas da insegurança mundial, que se deve, em particular, à própria tentativa de cristalização internacional de áreas de influência. Deve-se também à prevalência de estruturas injustas no sistema econômico e financeiro internacional, que levam a crises econômicas e sociais.

O Brasil lançou, ainda nos anos 60, um conceito que vem desde então defendendo nas Nações Unidas: o da segurança econômica coletiva, da qual depende, em grande medida, a própria segurança política.

De fato, uma ordem internacional mais justa e democrática, que conduza a uma participação significativa dos países em desenvolvimento na vida econômica mundial, viria a complementar seus esforços internos para encontrar soluções econômicas e sociais essenciais ao fortalecimento democrático.

Quanto à influência de fatores externos para a consolidação da democracia, ressalta, de imediato, o papel da dívida externa e o tratamento que esse problema vem tendo por parte dos países credores.

No caso do Brasil, a quase totalidade dos créditos obtidos foi aplicada em obras de infra-estrutura em setores produtivos, na expectativa de que a dívida contraída externamente pudesse ser paga com os bens e produtos por elas gerados.

Colhido pelas crises do petróleo, pela alta dos juros internacionais, pela erosão acelerada dos preços dos principais produtos de exportação e pelo estreitamento de mercado nos países desenvolvidos, o Brasil se vê a

braços com dificuldades gigantescas para fazer face a seus compromissos financeiros com o Exterior.

Todo o processo de desenvolvimento e crescimento interno brasileiro passou assim a depender do equacionamento satisfatório dessa variável externa e de outros problemas fora do nosso controle.

Nesse contexto, cabe referir o protecionismo, que nos países desenvolvidos tem atingido uma ampla gama de nossos produtos de exportação. Nossas indústrias, quando conseguem competir internacionalmente, são objeto de um tratamento especialmente restritivo.

Ao invés de montarem programas de reconversão econômica, preferem os países desenvolvidos proteger suas indústrias, mesmo quando estas se mostram ineficientes e com baixa produtividade. Assim, produtos que tendem a concentrar-se nos países em desenvolvimento, como o aço e têxteis, são objeto de restrições e de acordos especiais, de cujos mecanismos somos obrigados a participar para evitar dificuldades ainda maiores em nossas exportações. Isso para mencionar apenas indústrias de tecnologia relativamente simples, que não estão mais na base da organização econômica dos países desenvolvidos.

O mesmo se pode dizer das indústrias nascentes. O Acordo Geral sobre as Tarifas Aduaneiras e o Comércio (GATT) reconhece a necessidade de proteger e de estimular as indústrias nascentes nos países em desenvolvimento. No entanto, quando um país como o Brasil começa a desenvolver uma indústria nova, como a da informática, este fato passa a gerar preocupações externas exageradas e injustificadas.

Por outro lado, surgem propostas novas, como a da discussão do tema dos serviços no contexto de uma futura rodada de negociações no GATT. Temos procurado dar passos no sentido de compreender essas preocupações. Mas isso não poderá ser feito plenamente se não houver pelo menos um entendimento recíproco que leve em conta as necessidades urgentes dos países em desenvolvimento.

De nossa parte, temos também identificado áreas novas, que requerem atenção cuidadosa.

Temos, na América Latina, por exemplo, através do Grupo de Cartagena, defendido um tratamento político para o problema econômico mais sério que enfrentamos internacionalmente: o da dívida externa, cuja solução não poderá ocorrer senão dentro de uma perspectiva de longo prazo e acima das forças de mercado.

Ainda na área financeira, passa a ser cada vez mais necessário um reordenamento do atual sistema financeiro internacional, que, montado em Bretton Woods, no pós-guerra, já não corresponde às necessidades de hoje, em especial àquelas decorrentes de uma inserção mais profunda dos países em desenvolvimento no sistema econômico mundial.

Senhoras e Senhores,

Quando reivindicamos, no plano externo, preços justos para nossos produtos, maior acesso aos mercados dos países desenvolvidos, reforma das estruturas montadas no pós-guerra em Bretton Woods, solução de larga visão e acima das forças de mercado para o problema

da dívida externa, estamos também lutando pelo fortalecimento da democracia em nossos países.

A tradição e a vocação da América Latina são democráticas. No seu reencontro com a democracia, o Brasil e os demais países latino-americanos identificam-se com sua imagem mais positiva. Esperamos que nosso esforço encontre um respaldo internacional que, por cima de considerações mesquinhas e de curto prazo, contribua efetivamente para a criação de um mundo de paz, justiça e desenvolvimento, dentro da democracia.

26 DE SETEMBRO
ESPAÇO AÉREO NORTE-AMERICANO
MENSAGEM DO PRESIDENTE JOSÉ
SARNEY AO PRESIDENTE RONALD
REAGAN

Ao deixar o espaço aéreo norte-americano, desejo fazer chegar a Vossa Excelência os meus agradecimentos pela hospitalidade com que fui acolhido em seu país. Da tribuna das Nações Unidas procurei levar a todos os povos ali representados a mensagem de esperança e de renovação que inspira todos os brasileiros neste momento. Reitero-a especialmente ao povo norte-americano, na certeza de que da nossa amizade histórica e de nossa convergência em tantos assuntos possam aperfeiçoar-se constantemente o nosso entendimento e a busca de um número crescente de interesses comuns. Cordialmente,

José Sarney
Presidente da República Federativa
do Brasil

26 DE SETEMBRO
ESPAÇO AÉREO VENEZUELANO
MENSAGEM DO PRESIDENTE JOSÉ
SARNEY AO DOUTOR JAIME LEPAGE,
MINISTRO DAS RELAÇÕES INTERIO-
RES, ENCARREGADO DA PRESIDÊN-
CIA DA REPÚBLICA DA VENEZUELA

Ao deixar o espaço aéreo venezuelano, de regresso ao meu País, peço-lhe aceitar meus sinceros agradecimentos pela hospitalidade dispensada a mim e à minha comitiva pelo Governo e pelo povo venezuelanos. Leverei de minhas duas passagens por esse país o sentimento renovado de que nos unem fortes laços de identidade e uma fraterna amizade, que espero continuarão a frutificar no decorrer do meu governo. Cordialmente,

José Sarney
Presidente da República Federativa
do Brasil

ÍNDICE CRONOLÓGICO

		Págs.
02 DE JULHO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA ABERTURA DA COLETIVA À IMPRENSA ESTRANGEIRA/RIO DE JANEIRO-RJ	5
02 DE JULHO	ENTREVISTA COLETIVA DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY AOS CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS/RIO DE JANEIRO-RJ.....	9
02 DE JULHO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, NA RECEPÇÃO A MARCOS VINÍCIOS VILAÇA/RIO DE JANEIRO-RJ.....	35
03 DE JULHO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, AO RECEBER HOMENAGEM NO INSTITUTO DOS ADVOGADOS DO BRASIL/RIO DE JANEIRO-RJ	51
16 DE JULHO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DO LANÇAMENTO DO PROGRAMA DE SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR/BRASÍLIA-DF .	57

17 DE JULHO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA REUNIÃO COM OS GOVERNADORES/BRASÍLIA-DF.....	61
21 DE JULHO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DO DÉCIMO-PRIMEIRO CONGRESSO EUCARÍSTICO/APARECIDA DO NORTE-SP....	65
22 DE JULHO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY AO DIDIGIR-SE À NAÇÃO, EM CADEIA DE RÁDIO E TELEVISÃO/BRASÍLIA-DF.....	69
23 DE JULHO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, AO RECEBER O PRESIDENTE DA REPÚBLICA DOMINICANA/BRASÍLIA-DF.....	89
24 DE JULHO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA SANÇÃO SOLENE DA LEI QUE REGULAMENTA A EMENDA CALMON/BRASÍLIA-DF..	93
25 DE JULHO	CARTA DE AMOR DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, EM NOME DO BRASIL, À PIANISTA MAGDALENA TAGLIAFERRO/RIO DE JANEIRO-RJ.....	97
30 DE JULHO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA ASSINATURA DOS CONTRATOS DE PAVIMENTAÇÃO DA BR-364/BRASÍLIA-DF.....	101
31 DE JULHO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA INSTALAÇÃO DA COMISSÃO-GERAL DA REFORMA ADMINISTRATIVA/BRASÍLIA-DF.....	105

		Págs.
02 DE AGOSTO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, EM DIÁLOGO COM O CAPITÃO MOREIRA, EM VIAGEM A UMA ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA/ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO	109
05 DE AGOSTO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, AO RECEBER A COMISSÃO DO ESPORTE NACIONAL/BRASÍLIA-DF.....	117
06 DE AGOSTO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA ASSINATURA DE MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL SOBRE O VALE-TRANSPORTE/BRASÍLIA-DF.....	119
07 DE AGOSTO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, AO RECEBER OS REPRESENTANTES DAS INDÚSTRIAS DO COURO E CALÇADO DO RIO GRANDE DO SUL/BRASÍLIA-DF.....	123
08 DE AGOSTO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DE SUA VISITA À CIDADE DE LONDRINA/LONDRINA-PR.....	127
09 DE AGOSTO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, AO DIRIGIR-SE AO POVO URUGUAIO/BRASÍLIA-DF.....	133
12 DE AGOSTO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DE SUA CHEGADA AO URUGUAI/MONTEVIDÉU-URUGUAI.....	135
13 DE AGOSTO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA SESSÃO SOLENE DA ASSEMBLÉIA-GERAL DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI/MONTEVIDÉU-URUGUAI	139

13 DE AGOSTO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DE SUA VISITA À SEDE DA ALADI/MONTEVIDÉU-URUGUAI.....	145
14 DE AGOSTO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA ASSINATURA DE ATOS BILATERAIS/MONTEVIDÉU-URUGUAI.....	151
14 DE AGOSTO	ENTREVISTA COLETIVA DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY À IMPRENSA/MONTEVIDÉU-URUGUAI.....	159
15 DE AGOSTO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA INSTALAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO PARA A REFORMULAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO/BRASÍLIA-DF.....	181
19 DE AGOSTO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA ASSINATURA DE CONVÊNIO ENTRE O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E O MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA/BRASÍLIA-DF.....	183
19 DE AGOSTO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA ASSINATURA DE DECRETO QUE INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO/BRASÍLIA-DF	187
20 DE AGOSTO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA INSTALAÇÃO DA II CONFERÊNCIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA AMÉRICA LATINA — CASTALAC/BRASÍLIA-DF	193

20 DE AGOSTO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA MOSTRA «GLAUBER POR GLAUBER»/BRASÍLIA-DF.....	201
20 DE AGOSTO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA INSTALAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR/BRASÍLIA-DF.....	205
26 DE AGOSTO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA SOLENIDADE «PROGRAMA NACIONAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO PARA EMPRESAS PRIVADAS E ESTATAIS»/BRASÍLIA-DF.....	209
27 DE AGOSTO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, AO DAR POSSE NO CARGO DE MINISTRO DA FAZENDA AO SENHOR DILSON FUNARO/BRASÍLIA-DF ..	213
28 DE AGOSTO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, AO DAR POSSE NO CARGO DE CONSULTOR-GERAL DA REPÚBLICA AO PROFESSOR PAULO BROSARD/BRASÍLIA-DF.....	215
28 DE AGOSTO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA POSSE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA/BRASÍLIA-DF.....	217
29 DE AGOSTO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DO FÓRUM DA GAZETA MERCANTIL/BRASÍLIA-DF.....	221

02 DE SETEMBRO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA ENTREGA DO PRÊMIO TECNOLOGIA LI-CEU/85/BRASÍLIA-DF	227
03 DE SETEMBRO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA INSTALAÇÃO DA COMISSÃO PROVISÓRIA DE ESTUDOS CONSTITUCIONAIS/BRASÍLIA-DF	231
03 DE SETEMBRO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA ABERTURA DA II FEIRA INTERNACIONAL DO LIVRO/RIO DE JANEIRO-RJ	235
04 DE SETEMBRO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA INSTALAÇÃO DO PROJETO FALA, CIDADÃO/BRASÍLIA-DF	239
05 DE SETEMBRO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA INAUGURAÇÃO DA VIII EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DE ANIMAIS/ESTEIO-RS	243
10 DE SETEMBRO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA POSSE DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER/BRASÍLIA-DF	249
17 DE SETEMBRO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DO LANÇAMENTO DA CAMPANHA DE ÁREAS ÚMIDAS/BRASÍLIA-DF	253
17 DE SETEMBRO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA ABERTURA DA CONVENÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGA/BRASÍLIA-DF	255

19 DE SETEMBRO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NUCLEAR/BRASÍLIA-DF.....	259
23 DE SETEMBRO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA ABERTURA DO DEBATE-GERAL DA XL ASSEMBLÉIA-GERAL DA ONU/NOVA IORQUE-EUA.....	263
23 DE SETEMBRO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA SESSÃO SOLENE DO GRUPO LATINO-AMERICANO DAS NAÇÕES UNIDAS/NOVA IORQUE-EUA.....	287
24 DE SETEMBRO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DO BREAK-FAST NO COUNCIL OF FOREIGN RELATIONS/NOVA IORQUE-EUA.....	293
26 DE SETEMBRO	MENSAGEM DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY AO PRESIDENTE RONALD REAGAN/ESPAÇO AÉREO NORTE-AMERICANO.....	303
26 DE SETEMBRO	MENSAGEM DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY AO DOUTOR JAIME LEPAGE, MINISTRO DAS RELAÇÕES INTERIORES, ENCARGADO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DA VENEZUELA/ESPAÇO AÉREO VENEZUELANO.....	305

ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO

A

- Abertura política — 80, 175.
Academia Brasileira de Letras (V. também Letras) — 35, 38, 39, 41, 42.
Ação política — 90.
Acordo de Alcance Parcial nº 35 — 156.
Acordo de Salvaguardas — 260.
Acordos bilaterais — 149.
Administração Pública — 71, 106, 245.
Agência Internacional de Energia Atômica — 260.
Agressões externas — 52.
Agricultura — 76, 184, 243.
Ajustamentos da economia — 24, 147, 165, 275, 280.
ALADI — 145, 146, 149, 156.
ALALC — 145.
Alcool — 10, 32.
Aliança Democrática — 11, 23, 24, 29, 51, 55, 61, 70, 77, 79, 165, 231.
Alimentação — 80, 82.
Alimentos — 59, 254, 284.
Amazônia — 54.
América Latina (V. também Países Latino-Americanos) — 9, 13, 20, 21, 23, 31, 90, 136, 137, 138, 142, 145, 146, 148, 149, 151, 152, 153, 156, 162, 164, 167, 169, 170, 175, 195, 197, 199, 200, 267, 272, 274, 275, 278, 280, 285, 288, 289, 291, 293, 301, 302.
América do Sul — 167.
Analfabetos — 74.
Anarquia — 53, 278.
Anistia — 11.
Anti-racista (V. também Racismo) — 269.
Apartheid — 26, 177, 178, 269.
Áreas úmidas — 253, 254.
Armamento nuclear (V. também Energia nuclear) — 31, 174.
Artes — 83, 84, 152, 227.
Assembléia-Geral da República Oriental do Uruguai — 130.
Assembléia Nacional Constituinte (V. também Constituinte) — 24, 30, 51, 74, 232, 233, 294.
Assistência — 80, 82, 219.
Atlântico Sul — 274.
Ato Adicional — 62.
Atraso econômico e social (V. também Economia) — 103, 104.
Autodeterminação dos povos — 85, 143, 179, 268, 273, 296.
Autonomia política — 298.

Autonomia sindical (V. também Sindicatos) — 29, 30, 294.
Autoritarismo — 265.
Aventuras militares — 31.

B

Banco Central do Brasil — 70.
Banco Interamericano do Desenvolvimento — 103.
Bancos — 12, 14, 159, 160.
Barreiras protecionistas (V. também Protecionismo) — 20, 124, 143, 279.
Bem-estar social — 133, 136, 138, 141, 152, 228, 231, 261, 266, 290.
BNH — 75.
Bolsões de miséria e fome (V. também Miséria e Fome) — 58, 218, 284.
Bomba atômica — 10, 31, 40.
BRASILSAT — 256.

C

Campo da Itália — 110.
Carajás — 24, 25.
Carta Institucional — 63.
Carta das Nações Unidas (V. também Nações Unidas) — 250, 271, 296.
Carta Política — 51.
Cartagena (V. Consenso de Cartagena).
CASTALAC — 193, 194.
Cenário internacional — 6, 272.
Cenário nacional — 18.
Cesta de alimentos (V. também Alimentos, Alimentação) — 58.
Ciência — 157, 185, 199, 261, 272, 284.
Ciência e tecnologia — 184, 194, 195, 197, 199, 228, 229, 274.

Cinema — 83, 200.
Clube de Paris — 18.
COBAL — 52, 60.
Código Civil — 33.
Código Penal — 33.
Colégio Constituinte (V. também Constituinte, Assembléia Nacional Constituinte) — 233.
Colégio Eleitoral — 63, 294.
Colonialismo — 297.
Comissão para Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica — 173.
Comissão do Esporte Nacional (V. também Esporte) — 117.
Comissão da Lagoa Mirim — 157, 173.
Comissão para o Setor Cultural — 173.
Comissão-Geral de Coordenação — 157, 173.
Comissão-Geral de Coordenação Brasil-Uruguai — 194.
Comissão-Geral de Reforma Administrativa — 107.
Cone Sul — 179.
Conflito racial (V. também Racismo) — 269.
Conflitos agrários (V. também Reforma Agrária) — 16, 19, 20, 33, 129.
Confrontação bipolar — 282.
Congresso Eucarístico — 65, 66.
Congresso Nacional — 24, 51, 74, 107, 119, 233, 284.
Congresso de Trabalhadores Agrícolas — 16.
Consciência democrática — 54.
Conselho Administrativo da LBA — 217.
Conselho Nacional de Defesa do Consumidor — 205, 241.
Conselho Nacional de Direitos da Mulher — 249, 251, 271.

Conselho de Segurança Nacional — 10, 176.
Conselho de Segurança das Nações Unidas — 25, 26, 176, 297.
Consenso de Cartagena — 154, 166, 167, 278, 288.
Consenso nacional — 7, 74, 131.
Consolidação democrática (V. também Democracia) — 296.
Constituição — 19, 25, 51, 54, 62, 72, 188, 231.
Constituinte (V. também Assembléia Nacional Constituinte) — 294.
Contadora (V. Grupo de Apoio a Contadora).
Contrato nuclear — 16.
Convenção sobre o Direito do Mar — 289.
Convenção dos Empregados de Transporte Rodoviário de Carga — 256.
Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Discriminações contra a Mulher — 250.
Convivência democrática (V. também Democracia) — 7.
Convulsões sociais — 161, 170, 180.
Cooperação científica — 157.
Cooperação econômica — 24.
Cooperação Sul/Sul — 289.
Cooperação técnica — 32.
Corrida armamentista — 270, 274.
Corrupção — 71, 79, 107.
Creches-casulos — 219.
Crescimento — 15, 75, 76, 77, 79, 83, 131, 134, 136, 142, 157, 160, 161, 165, 214, 224, 225, 244, 279, 289, 296, 300.
Criminosos nazistas — 28.
Crise econômica — 148.
Crise social — 148, 276.
Cuba — 9, 10, 175, 176.
Cultura — 83, 89, 199, 236, 237, 264, 266, 269.

Custos sociais e econômicos — 280.

D

Declaração Universal dos Direitos do Homem — 250, 270.
Déficit — 14, 15, 71, 79, 224.
Democracia — 5, 21, 29, 57, 61, 62, 72, 128, 131, 133, 136, 137, 142, 143, 156, 157, 161, 162, 174, 179, 222, 265, 269, 280, 281, 282, 283, 285, 295, 298, 299, 302.
Democracia racial — 177, 264.
Democratização — 54, 106, 130, 293, 295.
Dependência externa — 23.
Desarmamento — 18, 268, 297.
Descolonização — 270, 290.
Desemprego — 12, 13, 71, 142, 143, 161, 198, 275, 280.
Desenvolvimento — 5, 6, 14, 20, 27, 28, 58, 72, 73, 77, 78, 82, 103, 105, 106, 124, 125, 127, 128, 129, 133, 134, 141, 146, 152, 154, 157, 162, 172, 185, 187, 194, 196, 197, 198, 199, 217, 222, 228, 251, 259, 272, 282, 289, 290, 297, 300, 301, 302.
Desnuclearização — 31, 274.
Despotismo — 53.
Détente — 298.
Diálogo — 20, 86, 90, 129, 137, 155, 156, 157, 268, 278, 282.
Diálogo Norte/Sul — 195, 289.
Direitos humanos — 6, 54, 251, 270.
Direitos do Mar — 195.
Discriminação racial (V. também Racismo) — 269.
Ditadura — 52, 71.
Dívida externa — 12, 13, 14, 18, 20, 21, 26, 27, 38, 44, 45, 70, 86, 143, 156, 159, 160, 161, 164, 167,

170, 199, 275, 278, 279, 280, 299,
301, 302.

Dívida interna — 36, 70.

Dívida moral — 70, 182.

Dívida social — 70, 75, 262.

Dividendos sociais — 296.

DNER — 257.

E

Economia — 15, 27, 48, 69, 71, 74,
77, 78, 82, 83, 86, 105, 124, 153,
161, 164, 169, 195, 222, 223, 224,
256, 264, 277, 279, 289, 295.

Educação — 80, 83, 94, 95, 113,
187, 190, 197, 199, 266, 290, 296.

Educação básica — 93, 187.

Educação para Todos — 188.

Eleições diretas — 24.

EMBRAPA — 184, 245.

EMBRATER — 184.

Emenda Calmon (V. também Edu-
cação, Ensino) — 93.

Emprego de força (V. também Orga-
nização das Nações Unidas) —
16.

Endividamento externo (V. também
Dívida Externa) — 148, 154, 278.

Energia — 127, 128, 197, 249.

Energia nuclear — 31, 259, 260.

Ensino — 94, 187.

Esbanjamento e ostentação — 79.

Escândalos econômicos (V. também
Economia) — 22.

Escritor — 37, 40, 43.

Esporte — 117, 118.

Esquadrões da morte — 10.

Estatais — 78, 79, 240.

Estatuto das Microempresas — 210.

Estatuto da Terra (V. também Re-
forma Agrária) — 19.

Êxodo rural — 127, 129, 130, 165.

Exportação — 28, 77, 125, 147, 169,
299, 300.

Exposição Internacional de Animais
— 243.

F

FAE — 189.

Fantasma da inadimplência (V. tam-
bém Dívida Externa) — 276.

Feira Internacional do Livro — 235.

FMI (V. Fundo Monetário Interna-
cional).

FINSOCIAL — 57.

Fogo e caldeirão social — 70.

Fome — 13, 57, 67, 73, 82, 113, 142,
143, 161, 217, 218, 219, 274, 280,
281, 283, 284, 285.

Força Aérea Brasileira — 109, 110.

Força Internacional (V. também Or-
ganização das Nações Unidas) —
170, 171.

Força de Paz (V. também Força In-
ternacional) — 170.

Fórmulas demagógicas — 71.

Fórum — 85, 221.

Frente democrática — 21.

Funcionalismo — 22, 102, 177.

Fundo Monetário Internacional —
13, 14, 159, 160, 161, 164, 165.

Fundo Mundial para a Vida Silvestre
— 254.

G

Gastos públicos — 74, 76, 78, 80.

GATT — 300, 301.

Gazeta Mercantil — 222.

Grupo de Apoio a Contadora — 22,
23, 154, 166, 272, 273.

Grupo de Cartagena — 90, 148, 288,
301.

Guerra nas Estrelas — 18.
Guerra fria — 270, 297.

H

Habitação (V. também BNH) — 80,
81, 197.

I

IBDF — 184.
Identidade cultural — 4, 83, 85,
133, 148, 269, 289.
Ilhas Malvinas — 171, 274.
Ilhas de Páscoa — 171.
Importação (V. também Dívida Ex-
terna) — 20.
Imposto de renda — 74.
Imposto sindical (V. também Sindi-
catos) — 30.
INAN (V. também Alimentos, Ali-
mentação) — 57, 60, 218.
Independência — 53, 85, 87, 145,
285.
Indicadores econômicos (V. também
Economia) — 28.
Índices econômicos (V. também
Economia) — 49.
Índices inflacionários (V. também
Inflação) — 76.
Índices de saúde — 57.
Indústria — 123, 259.
Indústrias do Couro e do Calçado
— 123.
Inflação — 15, 28, 70, 75, 76, 79,
80, 131, 142, 205, 214, 225, 275.
Informática — 236, 300.
Injustiça social — 69, 249.
INMET — 184.
Integração nacional — 101.
Instituto dos Advogados do Brasil
— 51.

Instituto de Pesquisas Sociais —
183, 184.
Intercâmbio cultural (V. também
Cultura) — 10, 269.
Intolerância racista (V. também Ra-
cismo) — 269.
Investimento — 24, 58, 59, 78, 84,
117, 296.

J

Juana de América — 152.
Juros (V. também Dívida Externa)
— 12, 20, 77, 79, 80, 86, 147,
160, 169, 224, 229, 276, 279,
299.
Justiça social — 48, 52, 71, 90, 129,
141, 206, 251, 282, 290, 291,
296, 302.

L

LBA — 217, 218, 219, 220.
Legislação sindical (V. também Sin-
dicatos) — 29.
Lei eleitoral — 294.
Lei de greve — 30, 74.
Lei Fundamental (V. também Cons-
tituição) — 25.
Leste/Oeste — 86, 170, 268, 272,
277.
Letras — 36, 39, 83, 84, 152.
Liberdade — 23, 30, 37, 52, 53, 61,
63, 66, 69, 73, 84, 112, 113, 115,
129, 133, 135, 138, 140, 141,
143, 150, 151, 175, 201, 202,
203, 222, 231, 246, 265, 277,
280, 281, 282, 283, 285, 291,
293, 294.
Liga das Nações — 270.
Literatura — 36, 231.
Livro do Mérito — 99.

M

- Magnesita — 228, 229.
Mater Dolorosa — 283.
Medidas protecionistas (V. também Proteccionismo) — 224, 225.
Meio-ambiente — 82, 184, 260.
Menores abandonados — 82.
Mercado interno — 78.
Ministério da Aeronáutica — 109.
Ministério da Agricultura — 57, 183, 244.
Ministério da Ciência e Tecnologia — 183.
Ministério da Desburocratização — 107.
Ministério da Educação — 188, 189, 190.
Ministério da Fazenda — 107, 213.
Ministério da Justiça — 113.
Ministério das Relações Exteriores — 23, 32, 168.
Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário — 19.
Ministério da Saúde — 57, 58.
Ministério do Trabalho — 30.
Ministério dos Transportes — 257.
Ministérios das Relações Exteriores da América Latina — 23.
Miséria (V. também Fome) — 12, 66, 69, 73, 80, 81, 82, 136, 165, 174, 219, 275, 280, 285.
Mordomia — 79.
Mortalidade infantil — 59, 218, 219, 220.
Mostra «Glauber por Glauber» — 201.
Música — 83, 97, 98, 261.
Mutirão contra a violência (V. também Violência) — 111.

N

- Nações Unidas (V. também Organização das Nações Unidas) —

- 195, 200, 266, 267, 270, 271, 273, 282, 290, 299, 303.
Não-ingerência — 273.
Não-intervenção — 143, 179, 268, 298.
Negociação da dívida (V. também Dívida Externa) — 13, 20, 167.
Nordeste — 32, 58, 59, 80, 81, 184, 198, 264.
Norte/Sul (V. Diálogo Norte/Sul).
Nova Ordem Econômica Internacional (V. também Ordem Econômica) — 289.
Nova República — 11, 32, 74, 106, 113, 119, 121, 128, 136, 188, 189, 210, 218, 237, 250, 293.

O

- Opção Social — 72, 80, 219.
Operação *Unitas* — 178.
Opressão — 266, 283.
Ordem democrática (V. também Democracia) — 267.
Ordem econômica (V. também Economia) — 282, 289.
Ordem internacional — 5, 7, 86, 145, 169, 199, 274, 278, 299.
Ordem jurídica — 51.
Ordem social — 72.
Ordenação política — 37.
Ordenações Filipinas — 52.
Organismos internacionais — 13, 14, 86, 195.
Organização das Nações Unidas — 25, 166, 251, 263, 266, 268, 274, 282, 283, 284, 285, 291.

P

- Pacote econômico — 74.
Pactos Internacionais de Direitos Humanos — 270.

- Pactos Internacionais das Nações Unidas — 270.
- Países desenvolvidos — 24, 86, 124, 160, 169, 195, 256, 299, 300.
- Países em desenvolvimento — 288, 299, 300, 301.
- Países industrializados — 169.
- Países latino-americanos — 103, 148, 179, 272, 302.
- Países subdesenvolvidos — 161, 168.
- Parlamento — 19, 62, 139, 140, 215, 295.
- Partidos políticos — 74.
- Paternalismo — 78, 82, 106, 250.
- Pecuária (V. também Agricultura) — 243.
- Petróleo — 269, 277, 299.
- Pistolão — 105.
- Plano Marshall — 20.
- Plano Nacional de Desenvolvimento (V. também Desenvolvimento) — 78.
- Plano Nacional de Reforma Agrária (V. também Reforma Agrária) — 32, 166.
- Plenitude democrática (V. também Democracia) — 5, 21, 54, 137.
- Pobreza — 58, 80, 83, 138, 169, 218, 264.
- Poder Público — 111.
- Política — 14, 35, 39, 179.
- Política cambial — 76.
- Política externa — 5, 7, 21, 136, 266, 296.
- Política internacional — 162, 167.
- Política nuclear (V. também Energia Nuclear) — 259, 260.
- Política racial (V. também Racismo) — 26.
- Política recessionista (V. também Recessão) — 86, 154, 161.
- Preços — 15, 75, 76, 77, 299.
- Prêmio Tecnologia Liceu — 277.
- Prioridade — 15, 17, 76, 86, 136, 149, 160, 162, 198, 214, 243, 287.
- PROÁLCOOL (V. também Álcool) — 32.
- Problemas fundiários — 81.
- Problemas sociais — 13.
- Processo de isolamento e de autarquia — 279.
- Processo inflacionário (V. também Inflação) — 28.
- Programa de Desburocratização de Empresas Privadas e Estatais — 209.
- Programa de Eletrificação Rural (V. também Agricultura) — 127.
- Programa Nacional de Desburocratização — 211, 240.
- Programa Nacional do Livro Didático — 187, 188, 189, 190.
- Programa nuclear (V. também Energia Nuclear) — 17, 30, 259.
- Programa de Nutrição e Saúde (V. também Alimentos, Alimentação, Saúde) — 58.
- Programa de Suplementação Alimentar — 57, 58, 218, 219.
- Projeto EURECA — 17, 18, 195.
- Projeto *Fala, Cidadão* — 239, 241.
- Protecionismo — 86, 124, 147, 160, 169, 270, 300.
- Protocolo de Expansão Comercial — 156.

R

- Racismo (V. também *Apartheid*) — 266, 269, 270, 290.
- Recessão — 13, 71, 76, 77, 142, 160, 161, 275, 280.
- Recuperação econômica (V. também Economia) — 290.

Redemocratização (V. também Democracia) — 54, 151.
Reescalonamento da dívida (V. também Dívida Externa) — 14.
Reforma administrativa — 105, 106.
Reforma agrária — 16, 18, 19, 32, 33, 75, 81, 129, 165, 244, 296.
Regime democrático — 163.
Relações comerciais — 10.
Relações desportivas — 25, 26.
Relações internacionais — 9, 275, 288, 296, 298.
Renascimento cultural — 83.
Renascimento democrático (V. também Democracia) — 133, 162, 179.
Renda — 6, 80, 81, 278.
Renda Nacional — 70.
República — 52, 61.
Retrocesso político — 199.
Revanchismo — 10, 11.
Revolução Pernambucana — 62.
Revolução Praieira — 53, 62.
Rincón de Artigas — 168.
Risco econômico (V. também Riscos) — 27.
Risco político — 26, 27.
Risco social — 27.
Riscos — 26.

S

Salários — 15, 27, 75, 141, 142.
Saldos comerciais (V. também Dívida Externa) — 27, 76, 77, 147, 160, 169, 275.
Saúde — 48, 80, 82, 113, 207, 219, 259, 266, 296.
Segunda Guerra Mundial — 29, 40, 109, 277, 297.
Segurança internacional (V. também Organização das Nações Unidas) — 170, 276.

Segurança Nacional — 9, 10, 176.
Semana de Arte Moderna — 227.
SEPLAN — 107.
Setor privado — 77, 222, 223, 224.
Setor público — 77, 79.
Sindicatos — 29, 30.
Sistema Financeiro da Habitação (V. também BNH) — 181, 182.
Soberania — 13, 72, 73, 85, 86, 140, 142, 164, 228, 229, 274, 296.
Sociedade de agiotas — 224.
Solidariedade latino-americana — 90.
Solução pacífica dos conflitos — 129, 143, 171.
Soluções messiânicas e demagógicas — 280.
Subemprego — 197.
Subnutrição (V. também Alimentos, Alimentação, Saúde) — 57, 58, 59, 218.
SUDEPE — 184.
Sul/Sul (V. Cooperação Sul/Sul).
Superávits — 77, 143, 147

T

Teatro — 83.
Técnica — 284.
Tecnologia — 30, 31, 34, 84, 109, 195, 227, 228, 300.
Tecnologia do átomo (V. também Energia Nuclear) — 31.
Tecnologia aeroespacial — 184.
TELESTRADA — 255.
Terceira Revolução Industrial — 195.
Terceiro Mundo — 275, 280, 282.
Torturas — 10.
Transporte — 197.
Transporte de massa — 119.
Tratado de Montevideu — 146, 149.

Tratado de Tlatelolco (V. também Energia Nuclear) — 31, 260, 274.

Tratamento de choque (V. também Organização das Nações Unidas) — 27, 28.

U

UNCTAD — 289.

UNESCO — 193, 199, 200.

União Internacional para Conservação da Natureza — 254.

UNICEF — 218, 219.

Unidade cultural (V. também Cultura) — 84.

Universidade — 84, 94, 228, 260.

Usinas nucleares (V. também Energia Nuclear) — 16, 17.

V

Vale-Transporte — 119, 120, 121.

Violência — 16, 18, 19, 71, 73, 111, 112, 113, 114, 115, 129, 130, 165, 166, 217, 265, 273, 275, 281, 282.

